

Centro de Atendimento para Mulheres
Vítimas de Violência, em Fortaleza-Ce

E.L.A.S

Espaço de

Liberdade

Amparo e

Segurança



Myrla Rodrigues Alexandre

Centro Universitário Christus
Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso

Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência, em Fortaleza-Ce

Myrla Rodrigues Alexandre

Fortaleza-Ce, 2021

Myrla Rodrigues Alexandre

Orientação: Profa. Ma. Larissa de Carvalho Porto

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Christus, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 17 de Dezembro de 202.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Me. Larissa de Carvalho Porto

Orientadora

Profa. Me. Clarissa Salomoni de Menezes

Avaliador Interno

Arq. Me. Marília Diógenes Oliveira

Convidada

agradecimentos



Foram muitos os pilares que me sustentaram no decorrer da minha trajetória na faculdade e é imensurável a felicidade que tenho em reconhecer todo esse suporte na finalização desse ciclo. Agradeço primeiramente a Deus, por estar comigo, iluminando e guiando meus caminhos, sendo um suporte nos momentos difíceis e abençoando meus dias, me permitindo concluir essa etapa. Agradecendo também a Ele por me permitir encontrar pessoas maravilhosas no decorrer de minha vida.

A minha mãe, Valdete Rodrigues, que com todo amor e carinho, me ajudou em todas as etapas da minha vida, me inspirou com toda sua força, garra e determinação, me mostrando o melhor exemplo a ser seguido. É graças a ela, meu pai e meu irmão, que hoje consigo concluir esse ciclo tão importante para minha vida e meu futuro profissional.

Ao meu pai, Francisco Alexandre, mostrando sempre ser o meu suporte, desde os primeiros momentos, me inspirando a ser uma pessoa e uma profissional melhor, me mostrando o exemplo de reforço e dedicação. Ao meu irmão, João Lucas, que mesmo novo, me mostra como é ser alguém tão forte e dedicado, seguindo muito bem os passos dos nossos pais.

A todos os meus familiares, minha avó Maria Estael e a avó Rita, minhas tias Zildete, Bernadete, Galba e Silvia, que em diversas etapas da minha vida, incluindo a faculdade, tiveram papéis muito importantes. Ao tio Joaquim, Arimatea e Luciano, por se fazerem presentes, e me ajudarem a conseguir chegar aonde estou hoje. Minha prima Gabriela e meu primo Gustavo, por serem companhias nos melhores e piores momentos, encarando juntos o desafio de morarmos sozinhos e hoje, já caminhamos para novos ciclos. A dona Fátima, que mesmo não sendo um membro da minha família, cuidou de mim e dos meus primos como uma segunda mãe, nos dando muito amor e cuidado enquanto estávamos longe de nossas famílias.

No decorrer da vida, adquiri uma segunda família, e agradeço imensamente a eles, os meus amigos, que escolheram estar ao meu lado no decorrer dessa caminhada, que mesmo exaustiva, se tornou gratificante graças ao companheirismo de todos, tendo a certeza que tudo se tornou mais prazeroso e lembrarei com muito amor todos os aprendizados que consegui com cada um.

Agradeço ao José, pela grande parceria desde o primeiro semestre da faculdade, pelo carinho, suporte, amizade e dedicação, se mostrando um exemplo de companheirismo e força. A Larissa, pela amizade e apoio desde o começo do curso, nos momentos de alegria e insegurança.

A Rebeca, por toda sua paciência e sabedoria, trazendo conforto e união em grandes momentos nessa caminhada. A Germanda, por sua amizade e dedicação, onde junto com Rebeca, me proporcionou a experiência de liderar um time, possibilitando explorar novos caminhos dentro da arquitetura.

A Edith, por se fazer tão presente nos meus últimos anos de faculdade, que, além de uma grande amiga, virou sócia, levando nossos planos desse ciclo que se encerra, para uma concretização futura. A Séfora, pela calma e ajuda em muitos momentos da faculdade, tendo ótimas conversas e momentos de descontração. Ao Samuel, pela caminhada que tivemos juntos na faculdade, sendo um amigo presente e auxiliador.

A Carla Bruna, por todo o apoio que me deu desde o dia que nos conhecemos, sendo uma grande amiga nos meus melhores e piores momentos, se fazendo presente diariamente e me mostrando que tenho sempre alguém com quem eu possa contar. Ao Vinicius, sendo um amigo de longa data, compartilhamos muitas memórias boas juntas, sendo um grande amigo, disposto a ajudar com muito carinho e amor.

A Thaís, que, mesmo em pouco tempo, não poupou esforços para me ajudar, me mostrando ser uma pessoa paciente, doce e companheira. Ao André, que por ser um grande amigo, compartilhando ótimos momentos felizes juntos. Sou grata por cada pessoa citada, pela grande contribuição que tiveram em minha vida.

Aos professores, por todo o conhecimento compartilhado e por agregarem no meu ciclo na faculdade e no meu futuro profissional. Agradeço em especial a minha orientadora Larissa Porto, que me orientou, repassando seus conhecimentos e vivências na área de arquitetura.

Por fim, agradeço a toda equipe da Lagus Arquitetura: Lais, Gustavo, René, Danyella e Ingrid, por contribuírem com a minha formação, me repassando seus conhecimentos e vivências profissionais.

Obrigada a todos que passaram pelo meu caminho ao longo desses anos, por serem pilares importantes no meu desenvolvimento.

Resumo

A questão da violência contra a mulher é um fator preocupante da sociedade brasileira, visto que, o número se agrava a cada ano que passa. Mobilizações de grupos de mulheres ocorrem com frequência, na busca por mais visibilidade em questões sobre a violência de contra a mulher, sendo ela doméstica e familiar, sexual, violência de gênero, feminicídio e a violência contra mulheres negras, lésbicas, bi e trans. O propósito desse trabalho foi elaborar um projeto arquitetônico de um Centro de Atendimento as mulheres vítimas de violência na em Fortaleza, Ceará. O ELAS (Espaço de liberdade, amparo e segurança) foi criado após um estudo acerca de trabalhos na área de arquitetura e urbanismo, direito, sociologia, cartilhas, termos de referências, publicações, serviço social e projetos que utilizam da mesma temática. “ELAS” contempla um programa complexo, de diretrizes estabelecidas, visando a proteção e a liberdade dessas mulheres, criando um espaço seguro e de amparo, mas que eduque sobre temas relevantes e minimize o tabu existente da denúncia. O projeto foi construído através desse estudo e diretrizes traçadas.

Palavras-chave: Projeto de Arquitetura, Violência, Violência de Gênero, Fortaleza – CE.

Abstract

The issue of violence against women is a worrying factor in Brazilian society, as the number increases with each passing year. Mobilization of women's groups occurs frequently, in the search for more visibility in issues about violence against women, whether domestic and family, sexual, gender violence, femicide and violence against black, lesbian, bi and trans women. The purpose of this work was an architectural project for a Service Center for raped women in Fortaleza, Ceará. The ELAS (Space of Freedom, Protection and Security) was created after a study of works in the area of architecture and urbanism, law, sociology, booklets, terms of reference, publications, social service and projects that use the same theme. "ELAS" contemplates a complex, baseline program that favors the protection and freedom of women, creating a safe and protective space, but one that educates on relevant topics and minimizes the existing taboo on reporting. The project was built through the study and guidelines outlined.

Keywords: Architecture Design, Violence, Gender Violence, Fortaleza - CE.

Lista de Figuras

Figura 01 - Indicadores que afetam as mulheres e suas carreiras / pg. 20

Figura 02 - Linha do tempo das conquistas adquiridas pelas mulheres / pg. 27

Figura 03 - Fluxo do espaço físico da Casa da Mulher Brasileira / pg. 33

Figura 04 - Diretrizes de atendimento da CMB / pg.34

Figura 05 - Setorização da Casa da Mulher Brasileira / pg.35

Figura 06 - Dormitório da Casa da Mulher Brasileira em Brasília /pg. 35

Figura 07 - Refeitório da Casa da Mulher Brasileira /pg.35

Figura 08 - Recepção da Casa da Mulher Brasileira / pg. 36

Figura 09 - Localização da Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza-CE / pg.36

Figura 10 - Planta baixa: Casa da Mulher Brasileira / pg.37

Figura 11 - Bloco Juizado: Casa da Mulher Brasileira /pg.37

Figura 12 - Pátio Central: Casa da Mulher Brasileira / pg.38

Figura 13 - Hortas Comunitárias voltadas para sustentar vendas / pg.43

Figura 14 - Espaço externo às edificações utilizadas também para integração / pg.43

Figura 15 - Telhado ondulado pensado para o recolhimento de água potável /pg.44

Figura 16 - Implantação do Centro de Oportunidades para Mulheres / pg. 44

Figura 17 - Edifício com forma circular / pg.45

Figura 18 - Área externa com pátio central / pg. 46

Figura 19 - Implantação Casa Abrigo em Israel / pg.47

Figura 20 - Fachada do projeto Moradas Infantis / pg.48

Figura 21 - Integração da arquitetura com a natureza externa / pg.49

Figura 22 - Planta baixa de uma das vilas existentes / pg.49

Figura 23 - Pátio central com espelho d'água / pg.50

Figura 24 - Equipamentos de auxílio para a mulher em Fortaleza / pg.53

Figura 25 - Bairros próximos a Barra do Ceará / pg.54

Figura 26 - Fortaleza – Barra do Ceará / pg.54

Figura 27 - Mapa de Uso do Solo na Barra do Ceará / pg.56

Figura 28 - Mapa de Cheios e Vazios na Barra do Ceará / pg.57

Figura 29 - Mapa de Gabarito da Barra do Ceará / pg.57

Figura 30 - Mapa de áreas verdes, recursos hídricos e equipamentos / pg.58

Figura 31 - Mapa de Classificação Viária e Paradas de Ônibus / pg.59

Figura 32 - Mapa de Mobilidade do bairro Barra do Ceará / pg.59

Figura 33 - Mapa de Assentamentos Precários na Barra do Ceará / pg.60

Figura 34 - Mapa de Macrozoneamento na Barra do Ceará / pg.60

Figura 35 - Terreno e suas ruas limitantes / pg.61

Figura 36 - Dimensões de calçada em situação de cruzamento de via local com via local / pg.61

Figura 37 - Topografia do terreno / pg.62

Figura 38 - Cartas Solares da cidade de Fortaleza com orientações sobre o terreno / pg.63

Figura 39 - Carta Solar em 3D / pg.63

Figura 40 - Rosa dos Ventos, ventilação predominante de Fortaleza, Ceará / pg.64

Figura 41 - Fluxograma / pg.70

Figura 42 - Fluxograma 02 / pg.71

Figura 43 - Setorização / pg.71

Figura 44 - Volumetria do Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência / pg.73

Figura 45 - Implantação / pg. 75

Figura 46 - Setorização / pg. 76

Figura 47 - Planta Baixa Recepção e Administração / pg.77

Figura 48 - Planta de Coberta Recepção e Administração / pg.78

Figura 49 - Corte Recepção e Administração / pg.78

Figura 50 - Fachadas Recepção e Administração / pg.79

Figura 51 - Planta Baixa Delegacia da Mulher / pg.80

Figura 52 - Planta de Coberta Delegacia da Mulher / pg.80

Figura 53 - Corte Delegacia da Mulher / pg.80

Figura 54 - Fachadas Delegacia da Mulher / pg. 81

Figura 55 - Planta Baixa Ministério Público e Defensoria Pública / pg.83

Figura 56 - Planta de Coberta Ministério Público e Defensoria Pública / pg.84

Figura 57 - Corte Ministério Público e Defensoria Pública / pg.84

Figura 58 - Fachadas Ministério Público e Defensoria Pública / pg.85

Figura 59 - Planta Baixa Psicossocial e Social / pg.86

Figura 60 - Planta de Coberta Psicossocial e Social / pg.87

Figura 61 - Corte Psicossocial e Social / pg.88

Figura 62 - Fachadas Psicossocial e Social / pg.88

Figura 63 - Planta Baixa Juizado e Empoderamento / pg.90

Figura 64 - Planta de Coberta Juizado e Empoderamento / pg.91

Figura 65 - Corte Juizado e Empoderamento / pg.92

Figura 66 - Fachadas Juizado e Empoderamento / pg.92

Figura 67 -Planta Baixa Abrigo Temporário / pg.93

Figura 68 - Planta de Coberta Abrigo Temporário / pg.94

Figura 69 - Fachadas Abrigo Temporário / pg.94

Figura 70 - Cortes Abrigo Temporário / pg.95

Figura 71 - Sistema Estrutural / pg.96

Figura 72 - Perspectiva Externa 01/ pg.97

Figura 73 - Perspectiva Externa 02/ pg.98

Figura 74 - Perspectiva Externa 03/ pg.99

Figura 75 - Perspectiva Externa 04/ pg.100

Figura 76 - Perspectiva Interna 01/ pg.101

Figura 77 - Perspectiva Interna 02/ pg.102

Figura 78 - Perspectiva Interna 03/ pg.103



Lista de Gráficos

Gráfico 01 - Número de Homicídios de Mulheres em Fortaleza / pg.21

Gráfico 02 - Gráfico de Faixa Etária Barra do Ceará / pg.55

Gráfico 03 - Gráficos de Infraestrutura da Barra do Ceará / pg.56

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Resumo dos projetos de Estudo de Caso e Referências Projetuais / pg.51

Tabela 02 - Programa de necessidades / pg.67

Lista de Quadros

Quadro 01 - Tipos de Violência Contra a Mulher / pg.29

Quadro 02 - Objetivos específicos CMB / pg.33

Quadro 03 - Dimensões das vias de circulação / pg.61

Quadro 04 - Classificação de Grupo e Atividade de acordo com a LUOS (2017) / pg.62

Quadro 05 - Registro de atendimentos na Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza / pg.66

Lista de Siglas e Abreviações

CAP - Casa de Acolhimento Provisório.

CAPS - Centro Psicossocial.

CMB - Casa da Mulher Brasileira.

CEI - Centro de Educação Infantil.

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

CVLI - Crimes Violentos Letais e Intencionais.

DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

ETP - Escolas Técnicas.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

LUOS - Lei de Uso e Parcelamento do Solo.

MLC - Madeira Laminada Colada.

MS - Ministério da Saúde.

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

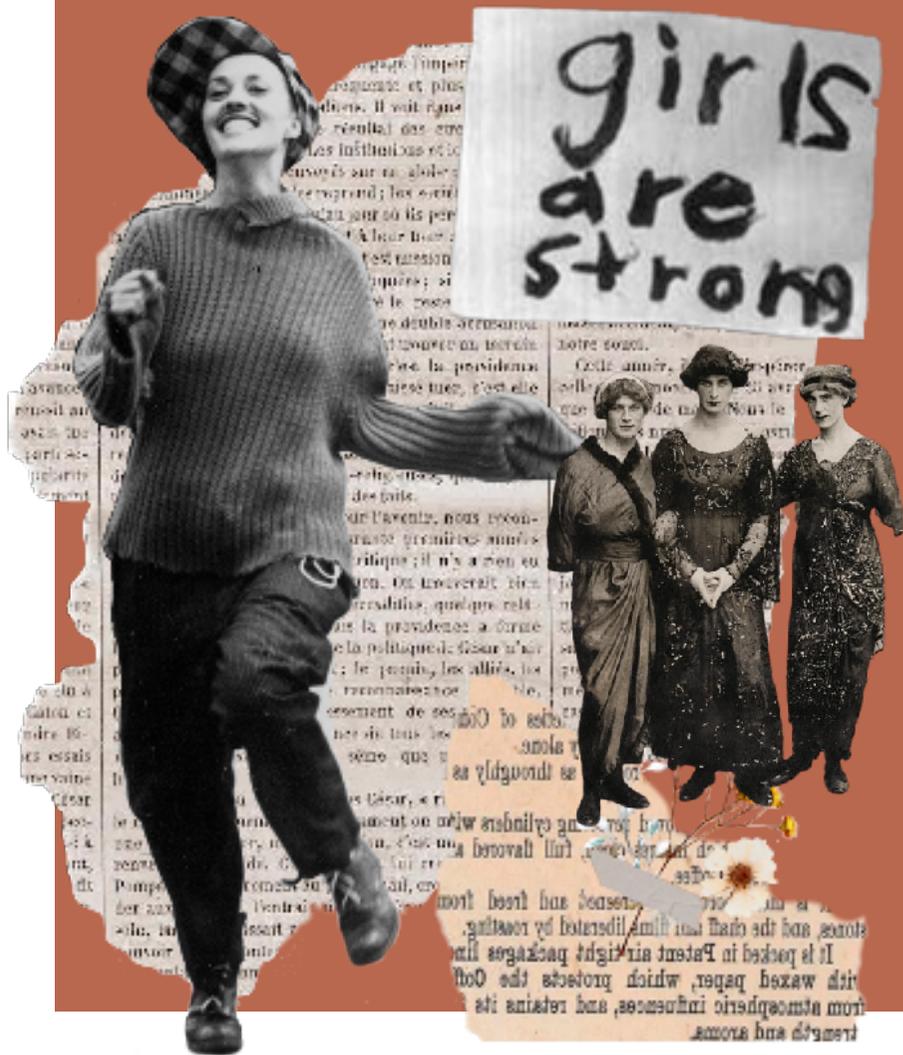
SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade.

VLT - Veículo Leve sobre Trilho.

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social.

ZPA - Zona de Preservação Ambiental.

ZRU - Zona de Recuperação Urbana.



sumário

01 Introdução

- 1.1. Tema
 - 1.2. Justificativa
 - 1.3. Objetivos
 - 1.3.1. Objetivo Geral
 - 1.3.2. Objetivo Específico
 - 1.4. Metodologia
-

02 Referencial Teórico

- 2.1. Contextualização sobre o tema
 - 2.1.1. As conquistas dos Direitos das Mulheres no Brasil
 - 2.1.2. A violência de gênero e os tipos de violência
 - 2.1.3. Lei Maria da Penha e os tipos de violência contra mulher
 - 2.1.4. Redes de enfrentamento
 - 2.1.5. Estudo Descritivo: Casa da Mulher Brasileira
 - 2.2. Conceituação
 - 2.2.1. Arquitetura com uma perspectiva de humanização
 - 2.2.2. Conforto ambiental
-

03 Referências Projetuais

- 3.1. Women's Opportunity Center
- 3.2. Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica
- 3.3. Moradias Infantis Canuanã

04 Diagnóstico

- 4.1. Justificativa
 - 4.2. Localização
 - 4.3. Análise da área de intervenção
 - 4.4. Legislação pertinente
 - 4.5. Análise do terreno
 - 4.6. Diretrizes
-

05 Proposta de Intervenção

- 5.1. O projeto
 - 5.2. Programa de Necessidades
 - 5.3. Fluxograma
 - 5.3.1. Setorização
 - 5.4. Conceito
 - 5.4.1. Conceito
 - 5.4.2. Partido
-

06 Projeto

- 6.1. Implantação
- 6.2. Setorização
- 6.3. Planta Baixa e Corte Recepção e Administração
- 6.4. Planta baixa e Corte Delegacia da Mulher
- 6.5. Planta Baixa e Corte Ministério Público e Defensoria Pública
- 6.6. Planta Baixa e Corte Psicossocial e Serviço
- 6.7. Planta Baixa e Corte Juizado e Empoderamento
- 6.8. Planta Baixa e Corte Abrigo Temporário
- 6.9. Coberta

01

Introdução



1.1 Tema

O presente trabalho tem como objetivo a elaboração de um anteprojeto arquitetônico de um Centro de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, localizado na cidade de Fortaleza - CE. O tema abordado surgiu a partir da reflexão sobre uma problemática urgente: O crescente número de mulheres vítimas de violência e como as vítimas recebem o acolhimento necessário no momento de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade, enquanto conceito pode parecer excessivamente árida e abstrata. Afinal, a maioria das pessoas e das sociedades, em diferentes níveis de desenvolvimento, são vulneráveis em muitos aspectos a situações e circunstâncias adversas, alguns dos quais não podem ser antecipados ou evitados (...) todavia, a vulnerabilidade enquanto conceito pode tornar-se menos abstrata quando a análise recai sobre quem é vulnerável, a que é vulnerável e porquê. (PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014, p.19).

Os edifícios institucionais caracterizados como Centros de Referência consistem em espaços com grande alcance de público, promovendo os procedimentos adequados para o combate da violência contra a mulher e concedendo orientações adequadas com os diversos profissionais capacitados para lidar com as mulheres vítimas de violência. De acordo com a Norma Técnica de Uniformização (2006, p.11), “Os Centros de Referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher (...)”.

A criação do programa “Mulher, viver sem violência” implementado

em 13 de março de 2013, subdividiu-se em alguns planos de ações, dentre eles, a proposta dos primeiros Centros de Referência de Atendimento, conhecidos também como, “Casa da Mulher Brasileira”, proporcionando um maior foco na criação de políticas públicas voltadas para mulheres vítimas de violência. Gonçalves (201?) consolida que o programa tem como objetivo a união e a disseminação dos serviços públicos voltados à mulher que se encontra em situação de violência. Ressaltando a importância do programa, com o presente trabalho será explorado de forma mais detalhada uma de suas grandes estratégias, portanto, a Casa da Mulher Brasileira.

1.2 Justificativa

As questões em torno da violência contra a mulher consistem em um fator grave, principalmente quando tratamo-nos como um problema de saúde pública. Lima et al. (2016), afirma que a violência contra a mulher é uma causa das relações de gênero, classe, raça/etnia e sobre uma relação de poder. Mesmo tratando-se de uma problemática antiga, esse termo é mencionado de forma mais urgente na década de 50 em diante. Lima et al. (2006), complementa sua análise discutindo que esse tipo de violência é efeito de adversidades ainda persistentes na sociedade. Ao longo da história, essa problemática foi camuflada pela sociedade e interpretada como uma situação familiar, na qual, apenas a família era protagonista da sua resolução.

Tendo em vista que o Brasil é um país, em sua maioria, ocupado por mulheres, PNAD (2019), esse dado não anula o fato que existam discrepâncias que tornam o gênero feminino ainda uma minoria em direitos. Conforme o estudo “Mulher, Empresa e o Direito 2019: Uma Década de Reformas”, nas últimas décadas tiveram avanços em relação aos direitos da igualdade de gênero nas legislações em todo o mundo (Figura 01), porém, é registrado que, em

sua grande maioria, a mulher tem apenas três quartos dos direitos concedidos aos homens nas áreas que foram analisadas.

Figura 01 - Indicadores que afetam as mulheres e suas carreiras.



Fonte: Worl Bank Group (2019) apud. Equipe de Mulheres, Empresas e o Direito.

A problemática da violência engloba todos os gêneros, mas os mesmos são atingidos de maneiras diferentes. Pessoas do gênero masculino tendem a serem vítimas de violências praticadas em espaços públicos, em contrapartida, as mulheres propendem a sofrer mais violência em seus ambientes domésticos. Segundo o Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil

Pesquisa realizada pelo Instituto Data Senado indica que, em 2015, 18% das mulheres entrevistadas afirmaram já terem sido vítimas de algum tipo de violência doméstica, seja ela física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial. E, de acordo com o Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, a taxa de homicídios de mulheres no país entre os anos de 2006 e 2013, aumentou em 12,5%, chegando a 4,8 vítimas de homicídio em cada 100 mil mulheres. Somente em 2013 foram registrados 4.762 homicídios de mulheres no ano, ou 13 assassinatos por dia, em média. (BRASIL, 2016, p.04)

Casos de violência contra a mulher não são fatores isolados na sociedade, encontram-se números alarmantes em diferentes situações cotidianas em que as mulheres estão inseridas, principalmente, em sua própria residência. Em geral, o agressor é companheiro da vítima, pai de seus filhos, o que dificulta o rompimento da relação afetiva, mesmo em um contexto de violência. (FEDE- RAL, 2016).

O contexto em que a vítima está inserida torna-se um silenciador, inibindo a mulher na procura de ajuda, visto que, em muitos casos, ainda há um sentimento de culpa pela agressão sofrida, como também, uma esperança que o agressor mude e a opressão seja uma situação ímpar.

Considerando os dados fornecidos pela tabela do Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil, houve um período de redução das taxas de violência letal entre os anos de 2014 e 2015 registradas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Ministério da Saúde (MS). Em 2014, foram registrados 4,6 homicídios por grupo de 100 mil mulheres, em 2015 tal índice foi reduzido a 4,4. (FEDERAL, 2016).

De acordo com o Artigo 7 da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, existem cinco tipos de violência contra a mulher, sendo elas violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. No ano de 2018, de acordo com o Mapa da Violência Contra a Mulher:

A mídia brasileira veiculou 32.916 casos de estupro no País entre os meses de janeiro e novembro de 2018. (...) O tipo comum de estupro é aquele cometido por um único autor presencialmente contra uma ou mais vítimas. Foram registrados 29.430 casos. (...) o estupro coletivo é aquele cometido por dois ou mais indivíduos contra uma ou mais vítimas de forma presencial. Entre janeiro e novembro de 2018, foram identificados 3.349 casos. (...) estupro virtual é uma categoria recente na classificação dos crimes sexuais, mas em nada difere da noção de relação sexual abusiva. (...) Em 2018, foram encontrados 137 casos de estupro virtual na imprensa. (CÂMARA, 2018, p. 09)

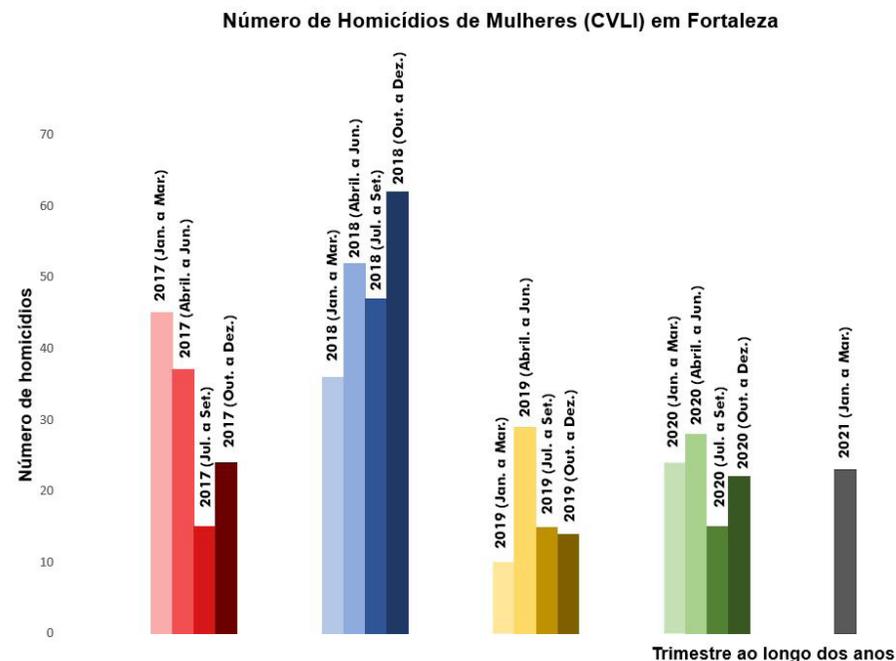
Os homicídios dolosos de mulheres e os feminicídios tiveram leve crescimento no primeiro semestre de 2020. Nos homicídios dolosos, as vítimas do sexo feminino foram de 1.834 para 1.861, um crescimento de 1,5%. Já as vítimas de feminicídios foram de 636 para 648, aumento de 1,9%. (PÚBLICA, 2020). Analisando os casos de violência doméstica desde o começo da pandemia do Covid-19, é visto que, o problema agravou durante esse período de isolamento em países como o Brasil. Sem o amparo externo, as vítimas acabam sendo compelidas a estarem dentro de casa, muitas vezes com seu agressor ao lado.

Quanto à violência doméstica durante a pandemia do Covid-19, Bueno (2020), afirma que:

Uma das consequências diretas dessa situação, além do aumento dos casos de violência, tem sido a diminuição das denúncias, uma vez que em função do isolamento muitas mulheres não têm conseguido sair de casa para fazê-la ou têm medo de realizá-la pela aproximação do parceiro. (BUENO, 2020, p. 03)

Analisando os números colhidos pelo Instituto Maria da Penha, com os dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa (SSPDS) do Estado do Ceará, é possível explorar mais a fundo a violência de gênero, tratando-se de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) em âmbito estadual, levando em consideração de forma mais específica à cidade de Fortaleza, conforme o especificado no gráfico a seguir:

Gráfico 01 - Número de Homicídios de Mulheres em Fortaleza.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados do boletim trimestral do Instituto Maria da Penha.

A interpretação do gráfico mostra o cenário do número de homicídios de mulheres nos anos de 2017 a 2021 na cidade de Fortaleza. No ano de 2017, foram contabilizados 121 casos de homicídio de mulheres, seguindo para 2018, com um aumento para 197 casos, sendo o ano da implementação do equipamento: Casa da Mulher Brasileira do Ceará, espaço que agregou de forma positiva ao auxílio à violência contra a mulher, visto que o gráfico mostra que no ano de 2019, ocorreu uma diminuição significativa no número de casos, contando apenas 68 no geral.

No entanto, no ano seguinte diante do contexto pandêmico de Covid-19, ou seja, em 2020, verificou-se um aumento de casos, chegando aos 89 no geral. Por fim e ainda incompleto, contabilizado

contabilizando apenas o primeiro trimestre (Janeiro a Março), de 2021, observou que segue com um número semelhante ao ano anterior, já contendo 23 casos.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo propor um anteprojeto arquitetônico de um Centro de Atendimento as Mulheres Vítimas de Violência em Fortaleza – CE, visando uma arquitetura com soluções projetuais adequadas para todo o ciclo de atendimento, desde a recepção até o amparo psicológico para que a mulher se sinta preparada para a ressocialização na sociedade.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- Conhecer as estatísticas e o cenário da violência de gênero no Brasil, no Ceará e na cidade de Fortaleza e suas problemáticas;
- Analisar os atuais serviços especializados de enfrentamento a violência da mulher no Brasil, utilizando como estudo de caso o programa da Casa da Mulher Brasileira;
- Propor um equipamento arquitetônico para o atendimento de mulheres vítimas de violência de gênero, que esteja em consonância com a Norma Técnica de Uniformização para Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.
- Criar ambientes que tragam a sensação de segurança, propondo um fluxo de atendimento adequado dentro do espaço que minimizem os impactos das situações as quais as vítimas são expostas.
- Propor um espaço humanizado e seguro, que ofereça uma diversidade de atendimentos desde a prevenção ao abrigo de mulheres vítimas de violência.

1.4 Metodologia

O presente trabalho se enquadra em uma pesquisa qualitativa, dividida em duas etapas distintas, sendo elas: exploratória e propositiva. Exploratória por sondar um tema novo, buscando coleta de dados, pesquisas bibliográficas e análises com informações sobre partido arquitetônico. Propositiva, pois apresenta o processo e o desenvolvimento do projeto arquitetônico, contendo as primeiras ideias até o resultado final do projeto.

Segundo Neves (2012) o processo de projeto se dá em três etapas principais:

Ele está inserido no processo de planejamento arquitetônico que começa numa primeira etapa, a indutiva, a de conduzir o pensamento desde o ponto inicial, o de querer elaborar o projeto, armazenando e analisando informações. Passando à segunda etapa, a criativa, quando a mente desencadeia o processo de síntese, dando como resposta a ideia da solução arquitetônica, ao desafio criado. E indo à terceira etapa, a da evolução da ideia, que é ao mesmo tempo indutiva e criativa, na qual a ideia arquitetônica esboçada na etapa anterior é aperfeiçoada, nos diversos aspectos envolventes, até chegar ao ponto final, à da conclusão do projeto. (NEVES, 2012, p.11)

Seguindo o pensamento do autor, esta pesquisa segue três etapas, sendo a primeira uma coleta e análises das informações básicas, por meio de referenciais teóricos, referenciais projetuais, aspectos conceituais e aspectos físicos do terreno. A segunda etapa é a elaboração do partido arquitetônico, aprofundando-se em uma análise sobre o tema e as condicionantes locais, adicionando as intenções plásticas e projetuais para o espaço que será proposto. E, por fim, o projeto arquitetônico, sendo a última etapa, onde será produzido em 2D as plantas técnicas necessárias, perspectiva volumétrica da maquete física e eletrônica.

02

Referencial Teórico



2.1 Contextualização sobre o Tema

2.1.1 As conquistas dos Direitos das Mulheres no Brasil

As conquistas a respeito de igualdade de gênero no Brasil consistem em avanços graduais no decorrer da história. De forma ainda lenta, a temática sobre a violência contra a mulher vem recebendo mais visibilidade com o passar dos anos, entretanto, ainda nos dias atuais, o cenário de luta por direitos ainda é persistente e ameaçado por retrocessos.

Para Barsted (1994), a dimensão da violência no Brasil é a revelação de um cenário cultural de uma política opressora que persiste durante muitos anos na história. A busca pelo direito das mulheres não é uma luta recente, mas ganhou destaque notório com os movimentos feministas nos anos 1970. Ainda segundo Barsted (1994), anteriormente aos movimentos, as denúncias sobre a violência eram vistas como uma revolta a ordem social existente, indicando ato de desmoralizar o governo.

Em 1988, o IBGE divulgou dados da PNAD e, em suplemento especial sobre justiça e vitimização, demonstrou que as mortes violentas constituíam as mais significativas causas de óbito no Brasil. (...) os dados do IBGE apenas confirmaram o que o movimento feminista vem denunciando desde a década de 70: há uma violência específica contra as mulheres, no Brasil, que precisa ser assumida como questão social. (BARSTED, 1994, p. 17)

Identificando-se uma grave questão social, a violência ainda consistia em um tabu na sociedade brasileira, sendo oprimida e desmerecida, mesmo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelando-se um cenário violento para essas mulheres.

Analisando Barsted (1994), a exposição dessas denúncias fundamentou-se em muitos assassinatos feitos contra mulheres de classe social média alta, ou rica, onde os mesmos foram cometidos por seus maridos e companheiros. A união entre o número alto e a classe social despertou atenção da imprensa, gerando um destaque midiático e documentário expondo todo o processo judicial que as vítimas enfrentavam.

Ainda que a mídia disseminasse o assunto de forma ampla, ainda existiam fatores problemáticos para a melhoria da situação, pois, ocorria uma falta de preparação na entrega dos fatos, além de um medo em relação à denúncia, como também profissionais tratando de forma desrespeitosa às vítimas.

Sarti (2004) nos revela que os anos de 1980 foram marcados por movimentos sociais feministas no Brasil, esse fato gerou uma maior força nas políticas e em atos sociais, consolidando o discurso carregado por feministas sobre as questões de gênero.

Acompanhado por uma sociedade construindo cenários mais contemporâneos, a atuação do discurso feminista ganhava visibilidade no país, desse modo, gerando ainda de forma gradual, um vínculo mais sólido de mulheres reconhecendo a luta por uma maior conquista de direitos. Para Sarti (2004, p.36) “Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular”.

Mobilizações aconteciam para conter os números de violência contra a mulher, tais como “Quem Ama Não Mata”, relatando casos de mulheres assassinadas por seus companheiros e injustiças diante da justiça da época. Barsted (1994, p. 18) retrata que:

No desenrolar dos inquéritos, o que mais chamou a atenção foi a justificativa utilizada pelos advogados: os réus teriam matado suas mulheres em nome da “legítima defesa da honra”. Assistiu-se a uma cruel inversão: as vítimas passavam à qualidade de réus, em processos onde, na realidade, o que se julgava – e acabava sendo legitimado – era justamente a assimetria sexual entre homens e mulheres. Acusações de “infidelidade”, “comportamento moderno” ou “independência” transformavam as vítimas em culpadas, e seus agressores em homens íntegros. (BARSTED, 1994, p. 18)

As análises dos dados de violência da época eram alarmantes e quando comparados com a absorção dos réus, que, em sua maioria, não eram julgados como culpados dos crimes que cometiam, apontava um consentimento entre a sociedade e a legislação em obter a proteção dos suspeitos do crime.

Barsted (1994, p. 18), reafirmando a proteção dos acusados perante o Estado e a sociedade, nos relata que: “Foi este dado – a impunidade dos agressores (pobres ou ricos) – que levou o movimento feminista a destacar a existência de uma violência específica contra a mulher”.

As mudanças em relação a legislação já estavam acontecendo no Brasil, mas de forma ainda esporádica, dessa maneira, o movimento feminista ainda trabalhava em prol de tornar a violência doméstica um crime. Com isso, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, organizou uma “Coletânea das Propostas Enviadas pelas Mulheres Brasileiras” para o Encontro Nacional e Constituinte, realizado na cidade de Brasília, em agosto de 1986. (BARSTED, 1994, p. 22).

Um apanhado de reivindicações fora feito, dentre elas, o fato de que, deverão existir punições para atos de discriminação ou agressores de todas as formas, a eliminação de termos que diferenciam as mulheres entre si, a infidelidade não poderá ser qualificada como crime, a responsabilidade do estado perante a criação de políticas de proteção para mulheres e seus filhos, entre outros.

Diante de um cenário de evoluções, vale ressaltar que, as políticas públicas estavam sendo implementadas como projetos de lei apresentados por movimentos feministas. Como analisa Barsted (1994, p. 23) projetos, como as Delegacias de Defesa da Mulher, foram apresentados para o poder Legislativo e Executivo, visando amparar de forma qualificada as vítimas, além de propor uma maior visibilidade aos casos de crimes. Após essa iniciativa, houve a comemoração de um novo marco na história pelos direitos da mulher e a criação de espaços especializados para receber mulheres vítimas de violência.

A partir da década de 90, segundo Barsted (1994, p. 19) ocorreram maiores avanços em relação às lutas feministas e a violência contra a mulher no Brasil, tornando-se um viés mais crítico em relação às pautas sobre direitos a serem tratadas. Assim, com uma análise mais severa, aferiu-se o quanto as políticas públicas existentes haviam se desenvolvido e alcançado uma melhoria.

Explorando as análises de Sarti (2004) é identificado um obstáculo estrutural do movimento feminista, no qual o mesmo relata que:

[...] de um lado, a difícil articulação entre a luta política contra a opressão social e histórica da mulher e a dimensão da subjetividade intrínseca ao teor libertário feminista; e de outro, o já mencionado fato de que o feminismo, embora diga respeito à mulher em geral, não existe abstratamente, mas se refere a mulheres em contextos políticos, sociais e culturais específicos, o que implica recortes e clivagens que dividem estruturalmente o mundo que se identifica como feminino. (SARTRI, 2004, p.43)

Mostram-se os lados de uma luta árdua, que enfrenta dilemas pontuais acerca de uma evolução constante, dividindo-se em estruturas enraizadas na sociedade, separando a causa em pontos políticos, sociais e culturais. Sarti (2004) comenta que, o aumento visível dos casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes – a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – em 1990,

mostrou que tanto homens quanto mulheres se mostram como agressores e tal fato manifestam as problemáticas nas relações de gênero, partido da relação que se deve trabalhar tanto a vítima como o agressor, para que não haja a “reprodução” da agressão contra a criança e ao adolescente.

Uma das conquistas alcançadas pelas mulheres nos períodos dos anos de 1980 e 1990 foi à criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão no qual se dissemina discussões a respeito da violência de gênero. Barsted (1994 p. 26) releva que o CNDM seguia com objetivos básicos, com o intuito de propagar para os poderes do país, esses objetivos eram uma forma de intimar a ampliação de informação a respeito da violência contra a mulher, reivindicar a aplicação das leis já existentes, buscar por apoio e ver a problemática da violência doméstica como um crime contra a mulher e o apoio a grupos feministas que buscavam por amparo para o gênero.

Sobre o estudo “Uma vida sem violência: o desafio das mulheres”, Barsted (2004), comenta que uma das definições mais claras em relação à violência de gênero contra a mulher é vista na: Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, também conhecida popularmente como “Convenção de Belém do Pará” realizada em 1994.

Ainda em concordância com Barsted (2004, p.04) “Pela Convenção de Belém do Pará, entende-se por violência contra a mulher “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.” Na mesma Convenção, foi categorizado como cada violência se qualifica e quais são seus parâmetros, de forma que, torna-se, mas fácil o reconhecimento e a punição dos agressores dessas mulheres vítimas de violência.

O Brasil, como os demais Estados membros das Nações Unidas e da OEA, assinou e ratificou todas as convenções e tratados de direitos humanos, bem como os planos e programas de ação das

conferências da década de 1990 que incluíam esses princípios. Isto significa que assumiu o compromisso de prover a equidade e a igualdade de gênero e étnica/racial como questão de segurança humana. (BARSTED, 2004, p.06)

A década de 2000 consiste em uma continuidade e ampliação dos avanços nos processos de luta feminista, alcançando maiores apoios legislativos, principalmente após a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com a expansão estratégias e documentos governamentais. Em ‘O Progresso das Mulheres no Brasil 2003 – 2010’ Barsted e Pitanguy (2011) mostram que esses documentos nivelaram e guiaram as orientações políticas sobre a questão de gênero, raça e etnia, tendo também como vitória a aplicação de políticas públicas para a redução da pobreza, o que gerou efeito positivo em uma parte da população feminina.

Entretanto, no caminho para diminuição da violência e para a conquista por mais direitos, ainda se encontram dificuldades que impedem a livre atividade da cidadania feminina no Brasil.

No conjunto dessas dificuldades, destacam-se as desigualdades de gênero no exercício de direitos sexuais e reprodutivos no acesso ao trabalho, à ascensão profissional e aos recursos produtivos; na persistência da violência de gênero, entre outras questões, agravadas quando se introduz a dimensão étnica/racial. (BARSTED; PITANGUY, 2011, p.16)

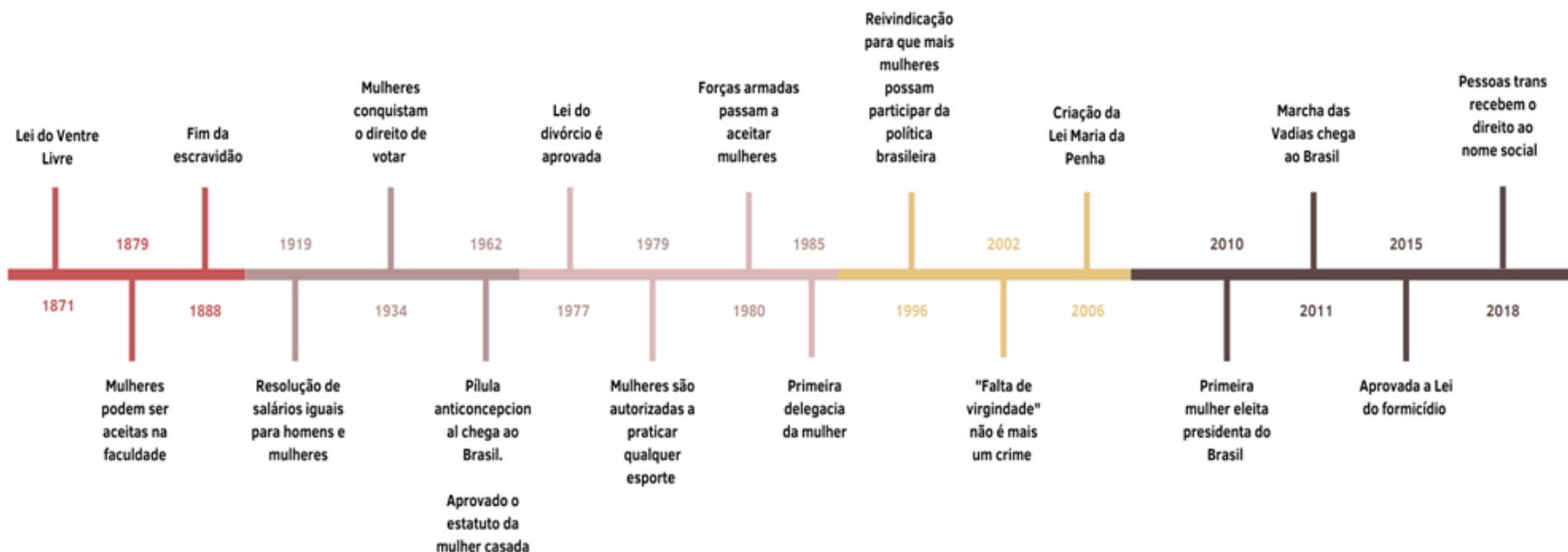
No campo legislativo houve progressos significativos nos anos de 2003 a 2010 em comparação as décadas anteriores, pois a aprovação da lei de violência doméstica e familiar contra a mulher foi um pontapé inicial para esses avanços. “Pode-se afirmar que o indicador de maior progresso das mulheres no Brasil foi o notável avanço legislativo relativo ao enfrentamento da violência contra as mulheres.” (BARSTED, 2011, p.356)

Um dos marcos da luta contra a violência de gênero no campo da legislação é a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), por mais que não abrace todas as formas e situações de violência categorizadas na Convenção de Belém do Pará, a mesma possibilitou um maior foco quando tratamos da violência e o quanto ela ainda é vista de forma medíocre perante a sociedade brasileira. “No processo de tramitação da Lei Maria da Penha, mostrou-se de fundamental importância ao fato do Brasil ter reconhecido a competência de cortes internacionais.” (BARSTED, 2011, p. 360).

Visibilidade, esta, que favoreceu a conquista de melhores políticas públicas para a redução da violência contra as mulheres. A Lei 11.340/06 será vista de forma ampla no tópico do presente trabalho que consiste em “Lei Maria da Penha e os tipos de Violência Contra a Mulher”.

O histórico de lutas dos direitos das mulheres ainda conta com uma forma compassada em suas conquistas, analisando a figura 02 é possível entender que muito se foi conquistado, porém a luta por direitos ainda persiste, tendo em vista os números da violência de gênero ainda são alarmantes e os direitos ainda estão em processo de êxito e ampliando os cenários, mas existem outros pilares a serem questionados, como o avanço no cuidado da saúde da mulher, o machismo enraizado e o patriarcado muito presente nos dias atuais.

Figura 02 - Linha do tempo das conquistas adquiridas pelas mulheres.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

2.1.2 A violência de gênero

O ato de violência no dicionário é definido como prática violenta, ação cruel, fúria repentina e ato que leva uma pessoa à sujeição de alguém. (MICHAELIS, 2021). A prática violenta é analisada de muitas formas, podendo ser entendida como uma forma de coibir a liberdade de uma pessoa, de forma onde o ato conseqüentemente ofende tanto fisicamente como moralmente um indivíduo.

Segundo De Almeida Teles e De Melo (2017) a violência é categorizada de acordo com a forma que foi aplicada e quem foi a vítima tingida, podendo diferenciar seus múltiplos tipos, como institucional, social, econômico, política, policial, e podendo denominar-se também como étnico-racial, homofóbica, violência escolar, entre outros. Tratando sobre um gênero específico, a violência de gênero também pode se subdividir em outros modos variantes, entende-la faz parte do trabalho de atingir uma melhor forma de tratar. De Almeida Teles e De melo (2017, p. 09) analisam que:

Na gramática, gênero é uma categoria que permite flexionar palavras, agrupando-as conforme os sexos (masculino, feminino ou neutro, em algumas línguas). A sociologia, a antropologia e outras ciências humanas lançaram mão da categoria gênero para demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos os sexos. (DE ALMEIDA TELES; DE MELO, 2017 p. 11).

A diferenciação dos gêneros de forma sociocultural gerou um grande impacto na vida da mulher no decorrer dos anos, de forma que, impôs dogmas, papéis sociais, direitos e deveres, reproduzindo-se uma cultura sólida de dominação e submissão que está presente ainda nos dias atuais.

Segundo Teles e Melo (2017), é perceptível a evolução para mudar a visão cultural entranhada em nossa sociedade. Lutas, manifestações, mudanças comportamentais passadas de geração

são ações que compactuaram com os avanços que temos atualmente. Direitos foram garantidos, porém, a representatividade nos espaços e a proteção perante a sociedade ainda entregam uma diferença social quando tratamos a problemática cultural de gênero. Visto que, a ideologia patriarcal é um fator eminente nas pautas de violência de gênero.

Debatermos sobre o gênero é, primeiramente, entender que não se trata do sexo, pois o mesmo é compreendido como uma questão anatômica e biológica. Para Teles e Melo (2017), o termo gênero carrega em si diferenças sociais e culturais que existem entre o sexo masculino e feminino, onde o mesmo reflete indiretamente em situações políticas, econômicas e sociais.

Discutir a violência de gênero é analisar a relação de submissão cultural colocada no papel feminino, acarretando vínculos violentos entre homens e mulheres, de forma não natural. Ainda sobre a perspectiva de Teles e Melo (2017, p. 12), “[...] os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres”.

Historicamente, o ato de praticar a violência contra a mulher era denominado de forma generalizada como violência doméstica - pois a mesma ocorria dentro de casa, em sua grande maioria, contendo vínculos afetivos com o agressor e violência intrafamiliar a ocorrida fora do ambiente doméstico.

De Almeida Teles; De Melo (2017 p. 14) analisam a forma crítica dessas configurações de violência contra a mulher, partindo do princípio de que esses termos escondem os tipos de violência de gênero. Discutir as formas e os modos que a violência contra a mulher ocorre é uma das respostas para a melhoria e ampliação das políticas públicas voltadas para minimizar e amparar as mulheres vítimas de violência

2.1.3 Lei Maria da Penha e os Tipos de violência contra a mulher

Em “Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas Feministas e Políticas Públicas sobre Violência contra mulheres no Brasil”, Santos (2008), sintetiza um breve histórico sobre o caso de Maria da Penha, relatando que, no ano de 1983, Maria da Penha Maia Fernandes foi uma vítima de duas tentativas de assassinado, sendo o responsável seu marido, Marco Antônio Heredia Viveros, o que ocasionou danos físicos a mesma, deixando-a paraplégica devido à primeira agressão.

Santos (2008) esclarece que o caso ganhou grande repercussão, sendo reconhecido em cenário internacional, o que impulsionou a justiça brasileira a lidar a investigação e todas as reparações a vítima, tornando o caso de Maria da Penha um marco memorável. Barsted (2011, p.361) cita que:

A Lei Maria da Penha define uma política nacional voltada para a promoção da equidade de gênero e para a redução das diferentes formas de vulnerabilidade social das mulheres. Aponta o dever do Estado de promover políticas públicas articuladas e capazes de incidir sobre o fenômeno da violência contra a mulher. (...) A Lei também inova ao prever o direito da mulher em situação de violência à assistência da Defensoria Pública nas fases do inquérito policial e da ação judicial. E afasta o mecanismo de conciliação e todos os outros dispositivos da Lei 9.099/95.

A criação da Lei Maria da Penha mostra um conjunto de ações criadas entre o governo, os movimentos feministas e as mulheres com voz participativa. Para Santos (2008, p.362) “A Lei 11.340/2006 tem por objetivo criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, ou seja, tem por enfoque uma forma específica de violência contra mulheres.”

Como já mencionado anteriormente, o termo violência contra a mulher é identificado como um conceito amplo, podendo ser categorizado nas formas de: violência doméstica – psicológica, sexual, física, moral e patrimonial –, violência sexual, o abuso e a exploração sexual de mulheres, o assédio sexual no trabalho, o assédio moral, o tráfico de mulheres e a violência institucional. Em “A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, (Quadro 01) analisa-se os tipos de violência contra a mulher.

Quadro 01 - Tipos de violência contra a mulher.

Violência Moral	É compreendida como qualquer tipo de conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
Violência Institucional	É categorizada por uma ação ou omissão em locais de serviços públicos. Onde as mulheres em situação de violência acabam sofrendo novamente, pois acabam sendo forçadas a recriar as cenas de violência inúmeras vezes, podendo ser discriminadas por muitos motivos. Outra forma de violência institucional é a violência sofrida por mulheres na prisão, sendo muitas vezes privadas de seus direitos humanos.
Tráfico de Mulheres	O tráfico de Mulheres visto pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil (SPM/PR) é vista por três elementos principais. 1. Movimento de pessoas; 2. Uso de engano ou coerção; 3. Finalidade de exploração.
Exploração Sexual de Mulheres	De acordo com o Código Penal Brasileiro no Cap. V do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa para fim de Prostituição ou outra forma de Exploração Sexual no Artigo 227 diz que exploração sexual “é induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem”. A Secretaria de Políticas para as Mulheres entende a exploração sexual de mulheres uma forma de violência onde o indivíduo tira proveito da sexualidade de outra pessoa, nessa situação, das mulheres.
Assédio Sexual	É configurada como uma abordagem não desejada pelo outro, podendo ser com intenção sexual ou insistência inoportuna de alguém em posição de privilégio que usa tal vantagem para obter favores sexuais de subalternos ou dependentes.
Assédio Moral	É visto como toda e qualquer conduta abusiva, sendo gesto, palavra, escritos, comportamento, atitudes e etc. que, de forma intencional e frequente fira a dignidade e integridade física ou psíquica de uma pessoa.
Cárcere Privado	Segundo o Art. 148 do Código Penal Brasileiro, configura-se quando uma pessoa é impedida de andar com liberdade e é mantida presa contra a vontade.

Fonte: Brasil, 2011. Elaborado pela autora.

É importante ressaltar que, mesmo com os múltiplos tipos de violência, outros fatores devem ser analisados no contexto de violência contra a mulher, como o homicídio de mulheres negras e mulheres trans no país. Cerqueira (2021) afirma que, a taxa de homicídio de mulheres negras no Brasil consta com 4,1 e mulheres não negras 2,5, sendo 66% das mulheres mortas no Brasil negras, tendo colocando a mulher negra com um risco de 1,7 vezes maior do que uma mulher não negra.

(...) o que a análise dos últimos onze anos indica é que a redução da violência letal não se traduziu na redução da desigualdade racial. A evolução da taxa de homicídios femininos por raça/cor mostra que, em 2009, a taxa de mortalidade entre mulheres negras era de 4,9 por 100 mil, ao passo que entre não negras a taxa era de 3,3 por 100 mil. (...) se considerarmos a diferença entre as duas taxas verificamos que, em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras. (CERQUEIRA, 2021, p. 38)

A análise da violência contra a mulher consta com um cenário amplo e diversificado, entendendo tanto as violências, mas as mulheres envolvidas. Segundo o ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), no ano de 2020 o Brasil obteve o número recorde de assassinatos contra mulheres trans e travestis, tendo no geral 175 casos. É identificado que a morte é a finalização de uma série de violência anteriores contra essas mulheres.

Diante desse cenário, é notório que muito ainda deve ser feito para minimizar os números da violência contra a mulher, entendendo a complexidade dos fatos e quem são cada uma dessas mulheres e as suas proteções perante o estado, entendendo a diversidade atrás de todos os casos.

2.1.4 Redes de Enfrentamento

De acordo com os estudos de Martins, Cerqueira, Matos (2015), O conjunto de Redes de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência são estratégias e planos de ações que visam ficar à frente das problemáticas complexas da violência contra a mulher. Generalizando, as redes são constituídas por muitas áreas e órgãos, com propósito de amparar, proteger, empoderar, educar e alguns órgãos são responsáveis por servir abrigos e acomodações tanto para as mulheres como para os filhos.

Ainda segundo Martins, Cerqueira, Matos (2015), a rede é composta por práticas de contribuições de múltiplos setores, indo do atendimento psicológico, apoio judicial, segurança pública e saúde da vítima. Essas estratégias têm o intuito de amparar a diversidade do problema, lidando não apenas com o problema da violência, mas com os agravantes que ela carrega. Apoiando-se em profissionais especializados, trabalhando de forma humana, e enxergando a pluralidade do problema.

A rede de enfrentamento visa contemplar os quatro eixos previstos na Política, quais sejam: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos. Por isso, é composta pelos agentes governamentais e não governamentais formulados, fiscalizadores e executores de políticas; pelos serviços voltados para a responsabilização dos autores de violência; pelas universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direito e por serviços especializados e não especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015, p. 13).

Atualmente contamos com 10 (dez) serviços especializados em atendimento e enfrentamento da violência de gênero no Brasil. (Senado Federal, 2020). Analisaremos cada um deles e a distribuição desses serviços no país, com o auxílio de mapas disponibilizados por Martins, Cerqueira, Matos (2015) com os dados colhidos

da Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres no ano de 2013, na data de julho do mesmo ano. Senado Federal (2020) categoriza que os serviços de enfrentamento da violência contra a mulher da seguinte forma:

2.1.4.1 Centros Especializados de Atendimento a Mulher

Os Centros de Referência são espaços responsáveis por acolher e atender a vítima, dando amparo psicológico, social, orientação e apoio jurídico à mulher que foi sujeita a qualquer violência. Devem participar de forma ativa no acolhimento e no amparo a superação da situação de violência.

Segundo a Norma Técnica de Uniformização (BRASIL, 2016), os Centros de Referência são uma peça essencial no programa de atendimento e prevenção ao enfrentamento da violência contra a mulher, pois o mesmo tem como pilar estruturador a ruptura da situação da violência e engloba a educação da população por meio de ações globais e atendimentos interdisciplinares.

Conforme Brasil (2016), as mulheres em situação de violência devem conseguir nos Centros de Referência de Atendimento aconselhamento em momentos de crise, atendimento psicossocial, aconselhamento e acompanhamento jurídico, atividades de prevenção, qualificação de profissionais, articulação da rede de atendimento local levantamento de dados locais sobre a violência contra a mulher.

2.1.4.2 Casas-Abrigo

Casas-abrigo são definidas como locais que recebem mulheres em situação de violência com risco de morte iminente. São ambientes seguros que oferecem moradia integral, de forma sigilosa e temporária. As mulheres podem passar um período já determinado – podendo variar de 90 a 180 dias – e nesse tempo, deverão receber todo o auxílio necessário para retornar a sua vida. (BRASIL, 2016)

2.1.4.3 Casas de Acolhimento Provisório

As Casas de Acolhimento Provisório constituem em serviços de abrigo temporário, com duração de até 15 dias. Diferente da Casa-Abrigo, a CAP é não sigilosa, podendo a mulher ser acompanhada ou não por seus filhos. As Casas de Acolhimento Provisório também recebem mulheres vítimas de outros tipos de violência, como tráfico de mulheres. (BRASIL, 2016)

2.1.4.4 Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (DEAMs) e Núcleos ou Postos de Atendimento a Mulher nas Delegacias Comuns

DEAMs não unidades especializadas da Polícia Civil. As operações ocorrem de modo preventivo e repressivo, onde há apuração, investigação e enquadramento legal. Já os Postos à Mulher nas Delegacias Comuns são espaços de atendimento à mulher em situação de violência. Diferente das DEAMs, os Postos contam com profissionais das próprias delegacias, (BRASIL, 2016).

2.1.4.5 Defensoria Pública e Defensorias da Mulher (Especializadas); Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Promotorias e Promotorias Especializadas

Defensoria consiste em uma finalidade de assistência jurídica, órgão que orienta e encaminha as mulheres vítimas de violência e o responsável pela defesa das cidadãs que não dispõe de condições financeiras para contratar advogado.

Já o Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher faz parte de um órgão da Justiça Ordinária. Nele ocorre o processo, julgamento e a execução das práticas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Promotoria Especializada promove a questão penal nos crimes de violência contra a mulher, tendo como função adicional a fiscalização dos serviços da rede de atendimento, (BRASIL, 2016).

2.1.4.6 Casa da Mulher Brasileira

A casa da Mulher Brasileira engloba múltiplos serviços no mesmo espaço. CMB conta com acolhimento, triagem, apoio psicossocial, delegacia, Juizado, Ministério Público, Defensoria Pública e conta com o serviço de reeducação para autonomia econômica, (BRASIL, 2016).

2.1.4.7 Serviços de saúde geral e Serviços de saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica

O setor de saúde é regulamentado pela Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres

e Adolescentes. Conta com assistência médica e enfermagem, apoio psicológico e social para as mulheres em situação de violência, além de oferecer serviços especializados de atendimento nos casos de violência doméstica, (BRASIL, 2016).

2.1.5 Estudo Descritivo: Casa da Mulher Brasileira

O projeto 'Mulher, viver sem Violência' é um programa feito pelo Governo Federal, lançado no dia 13 de março de 2013 pela Presidenta Dilma Rousseff e tem como intuito unir e ampliar serviços públicos já existentes que lidam com a violência de gênero no país. A ação está presente no Decreto nº. 8.086, de 30 de agosto de 2013 (BRASIL, 2014). O programa inclui variados planos de ações, desde campanhas de conscientização, a melhoria de equipamentos já existentes, humanização do atendimento às vítimas e a implementação da Casa da Mulher Brasileira.

Segundo Gonçalves (2015) a Casa da Mulher Brasileira é um marco quando se trata de projetos sobre enfrentamento à violência contra as mulheres, em razão de seu programa trabalhar de forma abrangente e pontual, fazendo parte do projeto ampliar, integrar e articular os equipamentos já existentes voltados a violência das mulheres. Essa união de ações dentro de um só espaço faz parte da proposta de assegurar a vítima evitar caminhos mais dolorosos, deixando que uma caminhada de múltiplas etapas se torne pontual em um só espaço.

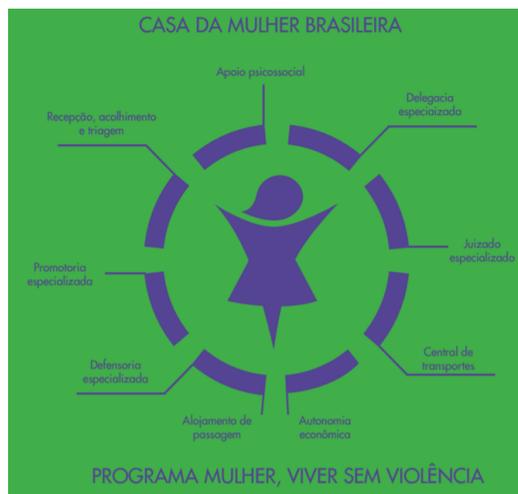
Regida por diretrizes e protocolos, a CMB – Casa da Mulher Brasileira – atua de forma clara de acordo com os princípios sobre igualdade de gênero e alinhados juntamente com os profissionais que atuam em seus espaços. Analisando o documento 'Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento' é visto que:

As "Diretrizes Gerais e o Protocolo de Atendimento da Casa da Mulher Brasileira" possuem os seguintes marcos legais: a Convenção

sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW, 1979, Decreto nº 89.460, de 20/03/1984; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará de 1994), Decreto 1.973 de 01/08/1996; Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, Decreto nº 5.017 de 12/03/2004; a Lei 11.340 de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha); Decreto nº. 8.086, de 30/08/2013, que institui o Programa “Mulher: Viver sem Violência” e dá outras providências. (GONÇALVES, 2015, p.08)

Para Gonçalves (2015), a CMB é Regida por múltiplos atendimentos e parcerias, contando com os serviços de Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher/DEAM, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Casa Abrigo, Defensoria Especializada, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria Especializada. Além disso, encontra-se apoio em serviços sociais, rede de saúde e órgãos de medicina legal. (Figura 03)

Figura 03: Fluxo do espaço físico da Cada da Mulher Brasileira.



Fonte: Gonçalves (org.), sem data, pág.15.

Explorar os objetivos que subjagam a Casa da Mulher Brasileira é essencial para uma análise mais ampla do serviço como um todo. Gonçalves (2013) separa em dez objetivos específicos, que norteiam as funções do órgão conforme o quadro a seguir:

Quadro 02 - Objetivos específicos CMB.

1.	Oferecer às mulheres em situação de violência acolhimento em serviços de referência e atendimento humanizado;
2.	Disponibilizar espaço de escuta qualificada e privacidade durante o atendimento, para propiciar ambiente de confiança e respeito às mulheres;
3.	Disponibilizar espaço de escuta qualificada e privacidade durante o atendimento, para propiciar ambiente de confiança e respeito às mulheres;
4.	Oferecer informação prévia às mulheres quanto aos diferentes e possíveis atendimentos, assegurando sua compreensão sobre o que será realizado em cada etapa, respeitando sua decisão sobre a realização de qualquer procedimento;
5.	Garantir o acesso à justiça às mulheres em situação de violência;
6.	Garantir a inserção das mulheres em situação de violência nos Programas Sociais nas três esferas de governo, de forma a fomentar sua independência e garantir sua autonomia econômica e financeira e o acesso a seus direitos;
7.	Oferecer condições para o empoderamento da mulher, por meio da educação em autonomia econômica;
8.	Oferecer abrigo temporário (até 48h) para as mulheres em situação de violência doméstica sob risco de morte, com possibilidade de encaminhamento à rede de serviços externos;
9.	Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual e o tráfico de mulheres;
10.	Disponibilizar transporte às mulheres até os serviços de referência que integram a rede de atendimento, quando necessário.

Fonte: Gonçalves (org.), 2013, pág.14. Elaborado pela autora.

Os objetivos listados são padrões a serem seguidos em todas as estruturas existentes do programa, estabelecendo uma forma de trabalho e estruturação pensada para garantir o conforto e segurança das mulheres em situação de violência que recorrem aos serviços da CMB.

2.1.5.1 Estrutura da Casa da Mulher Brasileira

A estruturação da CMB (Casa da Mulher Brasileira) foi pensada para se adequar as múltiplas etapas de violência enfrentadas pelas mulheres, seguindo então um programa com diferentes áreas de profissionais de atuação. (GONÇALVES, 2013) A união desses programas é feita em um projeto arquitetônico padrão, guiado por premissas já estabelecidas no plano de diretrizes, que consistem em:

1. Integração espacial dos serviços dentro da Casa, de modo a facilitar a articulação entre as diferentes ações e ofertar o atendimento e acolhimento integral às mulheres em situação de violência;
2. Espaço aconchegante e seguro para ofertar acolhimento e atendimento humanizado;
3. Redução de custos, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade na Administração Pública;
4. Unidade visual e arquitetônica da Casa em todas as capitais, de maneira a constituí-la como uma referência para as mulheres em situação de violência.

O projeto padrão foi desenvolvido pelos arquitetos Marcelo Pontes, na época o diretor de obras da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Raul Holfiger, do Banco do Brasil e Valéria Lava, da SMP. Faz parte da padronização dos edifícios uma cobertura moderadamente ondulada, com cores verdes e amarelas - representando a bandeira do Brasil - e roxa (onde a mesma tem o intuito, segundo a SPM, de associar ao sentido de proteção e acolhimento) e um pátio interno. (REVISTA PROJETO, 2015).

A estruturação do projeto da CMB foi pensada para ser acolhedora as mulheres em situação de violência, de modo em que no mesmo espaço, além do tratamento, ocorresse também atividades para educar tanto a população, como as vítimas que ali estavam. (Figura 04)

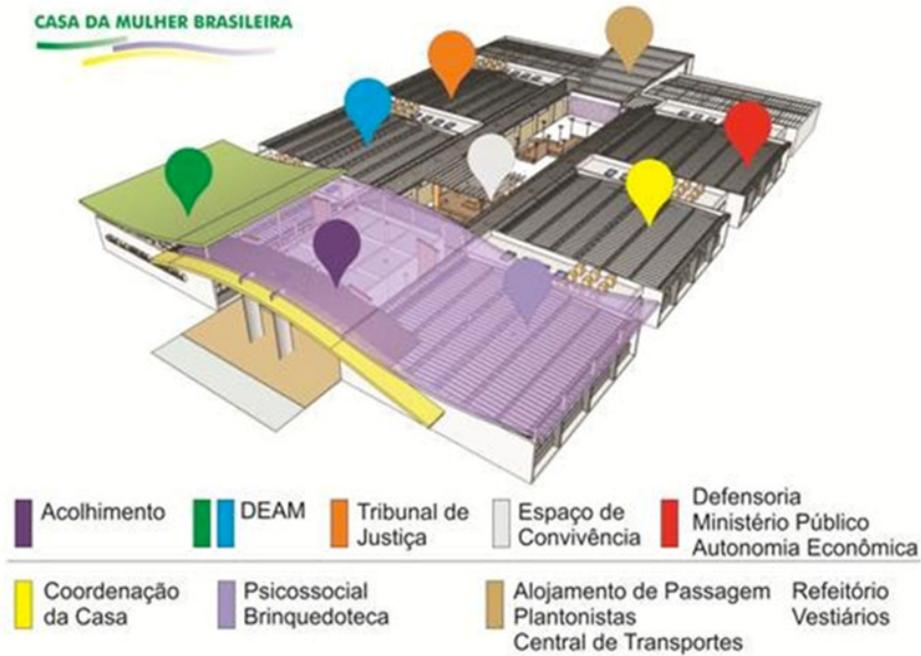
Figura 04 - Diretrizes do atendimento da CMB.



Fonte: Gonçalves (org.), pág.15.

Segundo a Revista Projeto (2015) o projeto básico se repete em todas as unidades, a única mudança entre eles será a condição de cada terreno, no qual o projeto deverá se adaptar ao terreno proposto para receber o equipamento. Com isso, em alguns projetos, elementos podem variar na localização e estrutura, mas não afetará a proposta já finalizada pelos arquitetos responsáveis. Na figura 05 é possível analisar a distribuição dos setores dentro do equipamento.

Figura 05 - Setorização da Casa da Mulher Brasileira.



Fonte: Revista Projeto (2015).

O projeto tem como finalidade o apoio e suporte a mulheres em situação de violência, criando um espaço que traga melhorias na qualidade de vida. Apesar das diretrizes serem claras quanto ao foco principal, os ambientes internos do mesmo não possuem elementos arquitetônicos que remetem a psicologia e conforto ambiental, conforme o exposto nas figuras (06, 07 e 08).

Figura 06 - Dormitório da Casa da Mulher Brasileira em Brasília.



Fonte: Revista Projeto (2015).

Figura 07 - Refeitório da Casa da Mulher Brasileira em Brasília.



Fonte: Revista Projeto (2015).

Figura 08 - Recepção da Casa da Mulher Brasileira em Brasília.

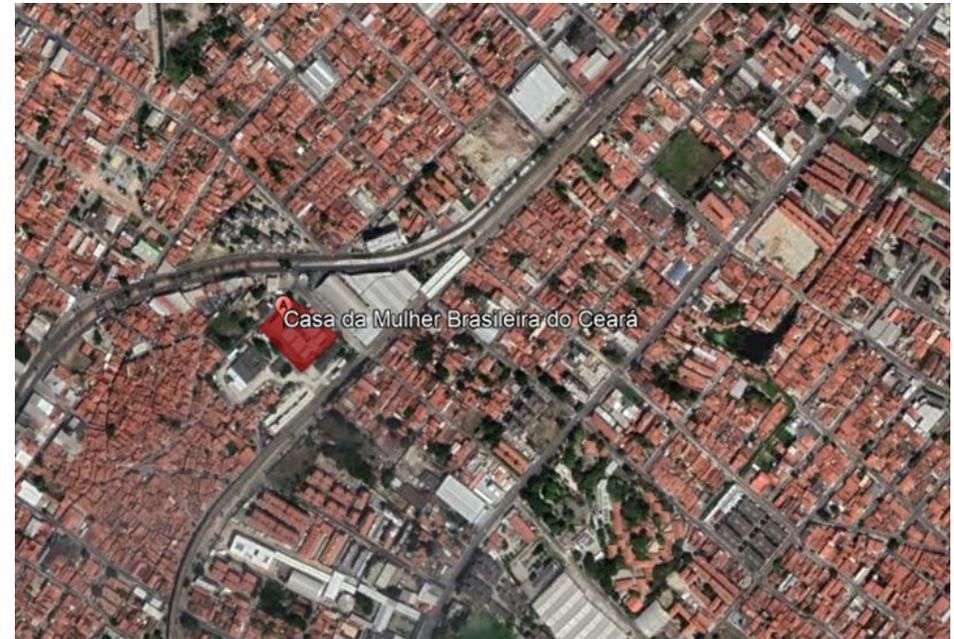


Fonte: Revista Projeto (2015).

2.1.5.2 Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza

No estudo a ser apresentado, a referência utilizada é o edifício localizado na cidade de Fortaleza, a Casa da Mulher Brasileira (FIGURA 09), porém, deve-se levar em consideração que o projeto é igual para todos os estados, sendo alterado apenas para se adequar as mudanças topográficas. O equipamento encontra-se na rua Tabuleiro do Norte com a rua Teles de Sousa no bairro Couto Fernandes e sua data de inauguração foi em 2018.

Figura 09 - Localização da Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza-Ce



Fonte: Google Earth editado pela autora, 2011.

A edificação segue um padrão já estabelecido pelo Governo Federal em parceria com os arquitetos responsáveis, Marcelo Pontes, Raul Holfiger e Valéria Laval. Na cidade de Fortaleza o terreno é amplo e com topografia acidentada, de modo a tornando-se necessário a construção de uma rampa de acesso na fachada principal da edificação.

O equipamento consta com sete setores e a recepção, mudando apenas o horário de funcionamento de cada um deles. Atualmente, a recepção, delegacia da mulher e a brinquedoteca são os únicos que funcionam 24 horas por dia, e os demais setores funcionam nos horários de 8 horas às 20 horas todos os dias, constando apenas inativo o setor de abrigo provisório.

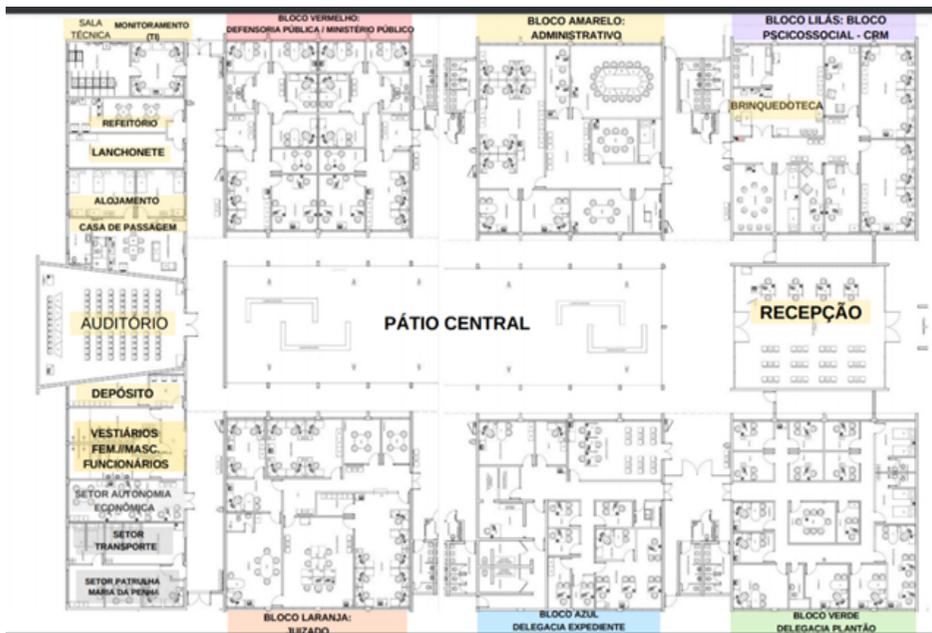
Para o melhor aprofundamento em relação ao equipamento e suas funcionalidades se fez necessário uma visita guiada, onde a entrevistada foi a coordenadora do setor administrativo da CMB, a

mesma considera uma vitória para as mulheres do estado a instalação desse equipamento, constando mais de 98 mil atendimentos desde julho de 2018 até junho de 2021.

Com o material recebido na entrevista foi possível analisar o perfil da mulher atendida pelo equipamento, constando a idade entre 25 e 34 anos, solteira, moradora da cidade de Fortaleza, declarando-se parda e com ensino médio completo. Esse perfil foi construído após a coleta dos dados disponíveis na Casa da Mulher Brasileira.

A edificação conta com uma planta baixa modular, (Figura 10) onde os blocos abrigam funções destinadas e se ligam por meio de um pátio central, inspirando em um átrio. Consta como um edifício horizontal, predominando um padrão com apenas o térreo, deixando a edificação mais acessível.

Figura 10 - Planta baixa: Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Acervo Pessoal

A edificação consta com um acesso principal que se dá por meio da recepção, setor responsável por guiar de forma inicial as mulheres para os demais espaços existentes. Cada bloco existente é responsável por um setor e o mesmo é identificado por meio de uma cor (FIGURA 11), facilitando a visualização e a identidade visual dentro do ambiente. Na área central do edifício é padrão a existência de um pátio, (FIGURA 12) esse espaço distribui o fluxo pelos blocos e torna-se uma estratégia de captação de iluminação e ventilação natural para os corredores.

Figura 11 - Bloco Juizado: Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 12 - Pátio Central: Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Acervo Pessoal

Além dos canais de atendimento à mulher, a Casa da Mulher Brasileira oferece um setor responsável por desenvolver atividades, palestras e oficinas direcionadas a todo o público feminino, o setor de Autonomia promove programas de desenvolvimento e luta contra a violência de gênero, trabalhando em conjunto com outros órgãos de defesa da mulher, com a intenção de capacitar e instigar novos conhecimentos. Mesmo em um contexto de pandemia do Covid-19, o espaço de Autonomia continuou trabalhando de forma remota e presencial, desempenhando um papel importante na vida de muitas mulheres.

Na visita não foi possível conhecer todos os espaços existentes da CMB Ceará, pois, devido à pandemia do Covid-19 alguns setores ainda estão funcionando de forma remota. Mas, é possível relatar que uma das qualidades do programa são os espaços multiusos que abrigam diversas atividades, entre elas oficinas, cursos de capacitação, reuniões e encontros, oferecendo educação, cultura e promoção de autonomia para as mulheres.

Mesmo sendo um programa de suma importância para a cidade e as regiões que desfrutam dos serviços, a Casa da Mulher Brasileira do Ceará apresenta alguns pontos negativos, dentre elas a

questão de alguns setores ainda não se encontra em funcionamento, como o Abrigo Temporário que desde 2018 está sem nenhum uso e o atendimento psicossocial que só funciona até às 20h, deixando o horário noturno sem o serviço.

Quando se trata da arquitetura do equipamento, alguns pontos devem ser levados em consideração, como a replicação dos edifícios que acaba não levando em consideração os aspectos ambientais do local que será inserido, o layout padronizado das salas de acolhimento, brinquedoteca e o pátio central, sendo o pátio um espaço que não são muito utilizados, pois grande parte do dia fica exposta ao sol.

2.2 Conceituação

2.2.1 Uma perspectiva feminizada da arquitetura

A história da mulher durante um longo período foi colocada em uma estrutura patriarcal, com definições sobre seu papel e seu local perante a sociedade. Muxi e Montaner (2014) argumentam sobre a construção em relação aos gêneros e suas vertentes a respeito da casa e a cidade, analisando o 'homem' como um sujeito público, que junto com a 'mulher', foi criado não por meio de características naturais, mas inicia-se de uma concepção cultural.

Falar sobre um espaço sem gênero e sem ordem patriarcal é entender que, existem divergências na criação de um pensamento neutro, Muxi e Montaner (2014) falam sobre o pensamento da diferença sexual, sustentando a ideia de um conhecimento construído não por meio de um ser neutro universal, mas sexuado, e esse pensamento disseminado leva em consideração o conhecimento masculino, anulando a visão das mulheres e colocando a identidade masculina como única possível.

O desafio consiste em construir um espaço sem gênero nem ordem patriarcal; portanto, um espaço sem hierarquias, horizontal

um espaço que evidencie as diferenças, e não as desigualdades, um espaço de todos e de todas em igualdade de valoração de olhares, saberes e experiências. O objetivo é ressignificar a construção de nossas cidades a partir da experiência que os homens e as mulheres têm no mundo – duas madeiras de anunciar a realidade. (MUXI, MONTANER 2014, p. 198)

Trata-se de um desafio constante e quebra de raízes antigas, analisar o passado e tudo que se foi construído pela visão do ‘homem’ e incluir a experiência de corpos sexuados, assimilando outras visões, identidades e culturas, tanto para a cidade como para a visão da casa, obtendo uma forma de pensar onde a figura feminina não é invisibilizada.

Segundo Agrest (2006) tanto o logocentrismo e o antropomorfismo adentraram o sistema da arquitetura desde Vitrúvio, essa sistemática acarretou uma repreensão da mulher e do seu corpo na construção de um espaço, abrigando uma lógica em relação ao sistema arquitetônico que coloca o homem como a figura perfeita para gerar proporções. Desse modo, é refletido a respeito do ser humano universal, colocado por Vitruvius, ao qual atribui o homem as proporções perfeitas e naturais, naturalizando esse discurso desde o Renascimento até a era moderna.

Refletindo sobre o papel da mulher e do seu corpo na construção de uma arquitetura sem gênero, Agrest (2006) observa em seu estudo que, seguindo o pensamento do homem e suas proporções perfeitas e naturais, tanto a mulher, como seu corpo serviram de forma reprodutora que se transformou em uma visão atribuída ao homem futuramente. A autora analisa o homem por meio de uma visão feminilizada, partido da metáfora que o edifício é um homem vivo e o arquiteto é o responsável por conceber o projeto, excluindo então a mulher do papel reprodutor e atribuindo ao sexo masculino.

Nesse aspecto, é notória a ocultação da mulher no papel da criação arquitetônica, já que, até o corpo masculino foi atribuído por

características femininas necessárias para a reprodução, suprimindo sua vivência da mulher, seu papel e suas medidas perante a construção arquitetônica.

Tratando do cenário da mulher inserida na construção da arquitetura, com o papel de arquiteta, Monteiro (2015) explora dois cenários para um cenário de feminização, sendo o primeiro com a mulher assumindo essa invisibilidade no processo de arquitetura e provocando mudanças para uma igualdade ou, o segundo cenário onde a atitude permanece imutável e os processos se repetem, deixando o homem com o trabalho idealizador do espaço.

Buscar uma arquitetura “feminizada” consiste em incluir a mulher dentro da transformação arquitetônica, de forma heterogênea, buscando tanto a construção do espaço voltado também para uma mulher como abranger a mesma como construtora desse espaço, igualando ao sexo masculino. Diante do exposto, é importante ressaltar a equidade como um dos princípios norteadores do projeto proposto, entendendo que a mulher foi, historicamente, muitas vezes anulada no processo da criação de arquitetura.

Tratar de uma arquitetura inclusiva e feminizada não é simplesmente um espaço criado por uma arquiteta ou com o envolvimento da mesma, mas também utilizar como forma de estudo a mulher e a sua atual situação dentro da sociedade, levando em consideração sua segurança, a desigualdade que ainda persiste na sociedade, a vulnerabilidade e outros fatores. Com isso, toda a criação conceitual e arquitetônica do Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência utilizará os fatores sociais que envolvem a mulher, seu ponto de vista e a situação na qual ela estará inserida, contemplando segurança e todas as suas necessidades.

2.2.2 Conforto Ambiental

O termo conforto ambiental vem sendo um assunto de destaque nas práticas arquitetônicas. Meiriño (2004) analisa o desenvolvimento sustentável como o entendimento das necessidades atuais, mas a preocupação com as consequências futuras, não comprometendo as gerações futuras. Na arquitetura e engenharia a abordagem do tema se torna cada vez mais frequente, trazendo soluções e inovações para a composição de uma arquitetura sustentável, tais como aproveitamento da iluminação e ventilação natural, geração de energia elétrica por meio de combustíveis fósseis, adequação de uma arquitetura já existente, dentre outros meios.

A aplicação metodológica referente as técnicas de conforto ambiental vão diferenciar de acordo com as condições no qual a edificação será inserida, de maneira em que a condição climática da região fará toda a diferença para as condicionantes de localização e distribuição dos espaços. Gonçalves e Bode (2015) destacam que, as edificações de destaque das últimas décadas provam que o processo de criação do projeto com o foco em maior qualidade é ligado diretamente a um ambiente com condicionantes ambientais variadas, trazendo originalidade para arquitetura presente.

O conforto térmico contribui para o bem-estar em razão de sua ligação com o equilíbrio termo fisiológico do corpo humano. Especificamente, ele representa a interação de variáveis ambientais (temperatura do ar, temperatura radiante média, umidade e velocidade do ar) com variáveis pessoais do ocupante (taxa metabólica e vestuário). Além disso, fisiologia humana, aspectos climáticos e culturais também têm influência sobre o conforto térmico e, assim, condições confortáveis irão variar de pessoa para pessoa, conforme suas experiências e preferências ambientais, e de acordo com a hora do dia. (GONÇALVES, BODE 2015, p. 27)

O alcance para um bom conforto ambiental vem atrelado a elaboração de um projeto pensado para o local que está sendo inserido. A concepção de um projeto energeticamente eficiente é a consequência de uma arquitetura voltada ao clima da região que será inserida, de modo a considerar a iluminação natural, o entendimento dos materiais que serão utilizados e qual a melhor forma de distribuir os ambientes no espaço.

Para Meiriño (2004), é necessário captar todos os fatores naturais que podem contribuir para a edificação, priorizando a iluminação e ventilação natural, trazendo os aspectos climáticos como uma ferramenta para sustentabilidade e economia do projeto. “(...) cabe à arquitetura e conseqüentemente aos arquitetos a maior parcela de contribuição ao uso racional e conservação de energia elétrica em edificações, através de projetos adequados.” (MEIRIÑO, 2004, p.01)

Para uma melhor análise do conforto ambiental, entender a Teoria das Ambiências torna-se um aliado para o melhor desempenho das estratégias na edificação. Segundo Cavalcante e Elali (2018) a ideia de ambiência é fazer com que o observador seja colocado dentro de sua própria percepção, citando a “percepção do interior”, afirmando então que, o indivíduo pode estar dentro de uma ambiência, mas não está diante dela.

Deste modo, é compreendido que a ambiência é identificada como um conjunto de percepções do indivíduo naquele espaço, compreendendo o ambiente não apenas como um espaço físico, mas um local de diversas percepções, sendo elas: estéticas, físicas e estruturadoras, construídas pela visão de cada pessoa que ali se faz presente.

No livro “Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente”, Cavalcante e Elali (2018, p. 15) citam três elementos que se aplicam para o entendimento da ambiência e em uma percepção de situação. “Assim uma situação não pode ser reduzida a uma série de elementos isolados e decomponíveis; ela

supõe necessariamente uma unidade que dá sentido ao conjunto”. Sendo eles:

1. A qualidade como unidade;
2. A qualidade como afecção;
3. A qualidade como dinâmica.

A escolha por materiais que tragam um alto desempenho ambiental para a edificação é um grande aliado para um resultado final gratificante. A união de materiais como: sheds, brises soleis e lanternim, juntamente com técnicas construtivas e componentes ajudam na criação do clima. No Brasil, a arquitetura modernista deu grande ênfase à importância das proteções solares e da ventilação natural na busca pelo conforto ambiental. Gonçalves e Bode (2015) destacam a importância da utilização desses materiais.

No Brasil, a arquitetura modernista deu grande ênfase à importância das proteções solares e da ventilação natural na busca pelo conforto ambiental. Nesse contexto, os brise-soleil e as paredes de cobogó (elemento vazado), entre outros componentes e aspectos da forma, tiveram um papel marcante na formação de uma expressão arquitetônica bioclimática, ou de inserção ambiental. No entanto, o forte valor estético da arquitetura bioclimática dado aos componentes de proteção solar, como brises e tijolos vazados, levou à repetição de soluções comuns de projeto, por exemplo, o uso, em muitos casos, de um único tipo de componente de mesma forma e dimensões para prover proteção solar às diferentes orientações e partes do edifício. (GONÇALVES; BODE, 2015 p. 313)

Na citação anterior um questionamento muito importante foi explorando, mostrando a repetição de soluções nos projetos e contrariando as ideias iniciais pela busca de uma arquitetura com eficiência energética. A generalização ocasiona uma estagnação em relação ao estudo da edificação como um todo, pois, o desempenho pode decair em alguns períodos do ano ou horas do dia, o que prejudica o cumprimento da busca por conforto ambiental.

Para Gonçalves e Bode (2015) tratando de edifícios comerciais – incluindo edificações públicas, institucionais e entre outras – a iluminação artificial representa uma grande parte do consumo de energia elétrica, analisando também que em países e regiões de clima mais quente, este alto consumo pode vir, também, do sistema de resfriamento artificial, como ar condicionado.

A iluminação e ventilação artificial fazem parte de uma problemática frequente que, caso estudada da maneira correta, por um profissional qualificado, pode ser reduzida. Porém, além desses fatores, o ruído também pode gerar um efeito negativo para as pessoas que trabalham ou frequentam o espaço, podendo afetar até a concentração mental.

O sentido da audição faz o papel de despertador do corpo humano, um ruído pode despertar completamente uma pessoa ou deixá-la em estado de semiconsciência. Com isso, os ruídos durante a noite alteram a qualidade de sono das pessoas, pois reduz o tempo do sono, o sono demora a chegar no estágio profundo ou muitas vezes não atinge essa etapa, deixa o sono leve e prolonga o tempo de sonolência do corpo.(BONI, CONRADO, 2018, p.81)

Ponderando as considerações e os questionamentos levantados, é perceptível a importância de ambientes de tratamento sejam estudados para trazer uma arquitetura com conceitos e partidos voltada ao conforto ambiental, de forma a melhorar a recuperação das pessoas que ali permanecem por um determinado período.

Diante do exposto, a proposta do Centro de Atendimento as Mulheres Vítimas de Violência contarão com técnicas voltadas ao conforto ambiental, apropriando-se do clima de região que será inserido – Sertão Nordestino – utilizando diretrizes ambientais do local visando desenvolver um projeto que se adeque da melhor forma as questões climáticas e naturais do terreno.

03

Referências Projetuais



3.1 Women's Opportunity Center (Centro de Oportunidade para as Mulheres)

O Women's Opportunity Center foi um projeto desenvolvido no ano de 2013, no distrito de Kayonza, no leste de Ruanda, pelo escritório Sharon Davis Design e está localizado em um terreno rural (Figura 13) de um hectare com uma área construída total de 2200 m², (SHARON DAVIS DESIGN, 2013).

Figura 13 - Hortas comunitárias voltadas para sustento e vendas.



Fonte: *Women's Opportunity Center* Sharon Davis Design, 2013.

Os moradores da comunidade são, em sua grande maioria, sobreviventes da guerra e todos os dias fazem o percurso a pé para o centro com o objetivo de aprenderem atividades, por meio de aulas e eventos diurnos, que possam gerar algum ganho com a criação

de animais e no desenvolvimento de técnicas de processamento que ajudam a sustentar cooperativas de alimentos, (FIGURA 14)

Segundo a designer Ashley Gange, uma das responsáveis pelo projeto, o Centro de Oportunidades para Mulheres é um dos impulsos da economia da agricultura de subsistência local, vindo por meio de um empoderamento feminino e conta com aproximadamente 300 mulheres. (SHARON DAVIS DESIGN, 2013). Caracteriza-se então, como um projeto com múltiplos usos, utilizando a educação das mulheres como mecanismo de apoio para a comunidade.

Figura 14 - Espaço externo as edificações utilizadas também para integração.



Fonte: Sharon Davis Design, 2013.

O intuito do projeto era ser semelhante a uma aldeia vernacular ruandesa, de forma que a organização estivesse dividida em 17 pavilhões pensados em escala humana e com o objetivo de gerar familiarização entre a comunidade existente e as moradoras, gerando a oportunidade para que as mesmas consigam reconstruir suas vidas na vila.

Todos os espaços do projeto foram pensados para favorecer tanto as mulheres da comunidade, como também os outros moradores, de forma a aproveitar cada espaço e estrutura existente de modo sustentável, que trouxesse um retorno para os moradores. O projeto conta com o recolhimento de água potável por meio da estrutura do telhado ondulado existente sobre os pavilhões, conta também com o auxílio da vegetação que proporciona um maior isolamento térmico. (Figura 15).

Figura 15 - Telhado ondulado pensado para o recolhimento de água potável

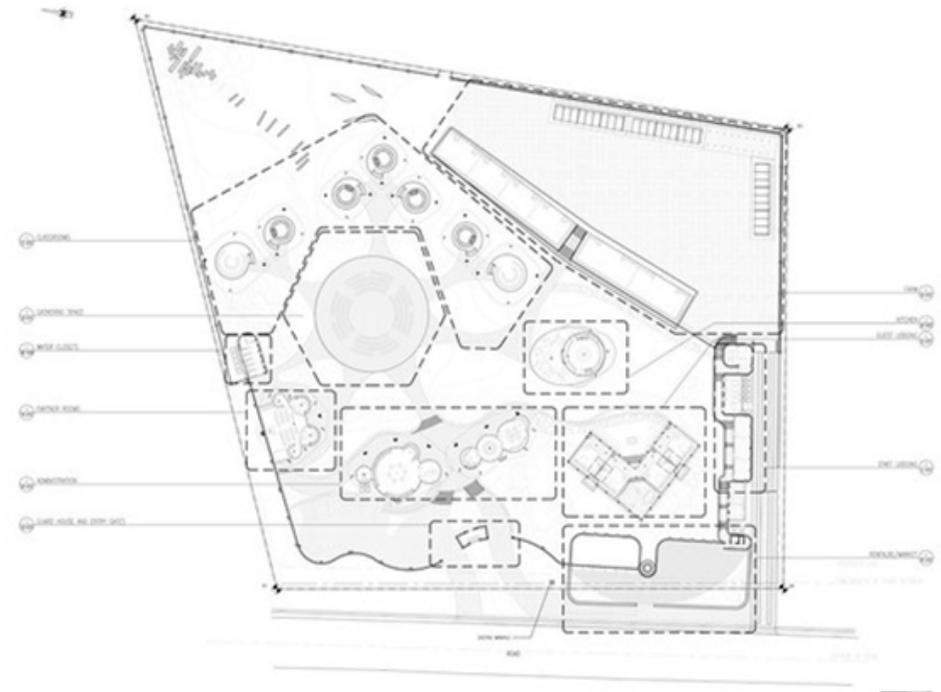


Fonte: *Women's Opportunity Center* Sharon Davis Design, 2013.

Segundo Sharon Davis, uma das arquitetas responsáveis pelo projeto, o processo de desenvolvimento perpassou por diversos pensamentos e estratégias, mas a intenção era a mesma, ajudar os moradores a terem acesso a novas habilidades, oportunidades educacionais e conexões. (SHARON DAVIS DESIGN, 2013).

Sua implantação (Figura 16) foi pensada para gerar uma acessibilidade ao público, contando com uma praça convidativa e espaços estruturados para os estudantes dessa comunidade venderem alimentos, tecidos, cestas e outros produtos locais e os edifícios contam com uma estrutura em tijolo de barro, (SHARON DAVIS DESIGN, 2013).

Figura 16 - Implantação do Centro de Oportunidades para Mulheres



Fonte: *Archdaily*, 2013.

O edifício carrega forma circulares que remetem a cultura local de Ruanda, contando com espaços de sala de aula, que recebem cerca de vinte e cinco mulheres dispostas em forma circular. E esse formato é proposto, segundo uma das arquitetas responsáveis, com a intenção de que essas mulheres consigam manter contato visual e facilitar a integração de umas com as outras, possibilitando novos laços na comunidade. (FIGURA 17). (SHARON DAVIS DESIGN, 2013).

Figura 17 - Edifício com forma circular.



Fonte: Sharon Davis Design, 2013.

A idealização do projeto teve colaboração com a organização humanitária Women for Women International, auxiliando de forma mais ampla os arquitetos criadores do espaço. O Centro de Oportunidade para Mulheres tem como uma de suas diretrizes a equidade social unindo a formação de treinamentos voltados para a preparação do trabalho para as mulheres, desenvolvendo habilidades como a fabricação de tijolos, usufruindo da argila local e

considerando os métodos já usados nas construções das arquiteturas locais. (SHARON DAVIS DESIGN, 2013).

A utilização de artifícios para captação de iluminação e ventilação natural é um mecanismo que favorece muito o partido arquitetônico, demonstrando o interesse de aproveitar todo e qualquer recurso natural, trazendo sustentabilidade desde o telhado que cobre a edificação, as paredes que a revestem e o chão que está locado. Proporcionando subsistência e o ganho de habilidades, tornando o Centro de Oportunidades para Mulheres um espaço completo, integrando, capacitando e unindo uma comunidade, gerando renda e uma melhor estrutura social para o local.

É interessante ressaltar os pontos positivos e válidos do projeto, pois, apesar do projeto estar locado em um país diferente do Brasil, suas diretrizes e formas projetuais podem ser válidas em determinados locais, principalmente na região nordestina. Visto que, o projeto se trata de um espaço para colaboração, o modo em que todo o terreno foi trabalhando pensando em prol das mulheres e da comunidade é um de muita relevância para o projeto arquitetônico do Women's Opportunity Center. O aproveitamento de todos os recursos e materiais demonstra a importância da imersão da comunidade no processo de idealização do projeto.

3.2 Abrigo para vítimas de Violência Doméstica

Localizado na cidade de Tel Aviv-Yafo em Israel, o Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica foi projetado no ano de 2018, pelo escritório Amos Goldreich Architecture, com sede em Londres e Jacobs-Yaniv Architects, empresa de arquitetura local. Este abrigo foi projetado e estruturado com a orientação da equipe administrativa do local, sendo um dos poucos no mundo a propor tal ideia (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

Além da equipe de arquitetos responsáveis e pessoas do setor

administrativo, a ativista de direitos humanos, Ruth Rasnic liderou a equipe em prol da caridade internacional “No To Violence”, que auxilia as vítimas de violência e abuso doméstico em Israel. O edifício tem como papel principal fornecer o abrigo e refúgio necessário para mulheres e crianças que se encontram em situação de violência e abuso, aberto para todas as localidades e origens e etnias. (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

O abrigo está localizado em um terreno de 1.600 metros quadrados em um bairro tranquilo, unindo-se a casas residenciais particulares e blocos de apartamentos. A locação do abrigo tinha um objetivo já traçado, deixando claro que seria um local de maior alcance dos recursos da comunidade que ali abrigava, melhor dizendo, construída próxima de lojas, clínicas de saúde, escolas, empregos, parques e espaços verdes e de lazer.

Dessa maneira, exaltando a importância de um espaço construído em um local com infraestrutura adequada, visando que essas mulheres e crianças pudessem entender que dentro do edifício receberiam auxílio e segurança, mas, do lado externo, oportunidades de melhoria seriam essenciais. (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

O projeto substituiu um abrigo existente na cidade há 37 anos e fez parte de uma quebra histórica presente na cidade, onde a mesma não recebia estruturas para o amparo de mulheres em situação de violência, visto que, as antigas instalações eram locais reformados, com superlotação, sem infraestrutura adequada de forma a comprometer a segurança e bem estar dos moradores. Com o tempo, notou-se a importância de um edifício seguro e com qualidade, onde se mostrava presente o objetivo das moradoras em obterem o sentimento de um lar. (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

Figura 18 - Área externa com pátio central

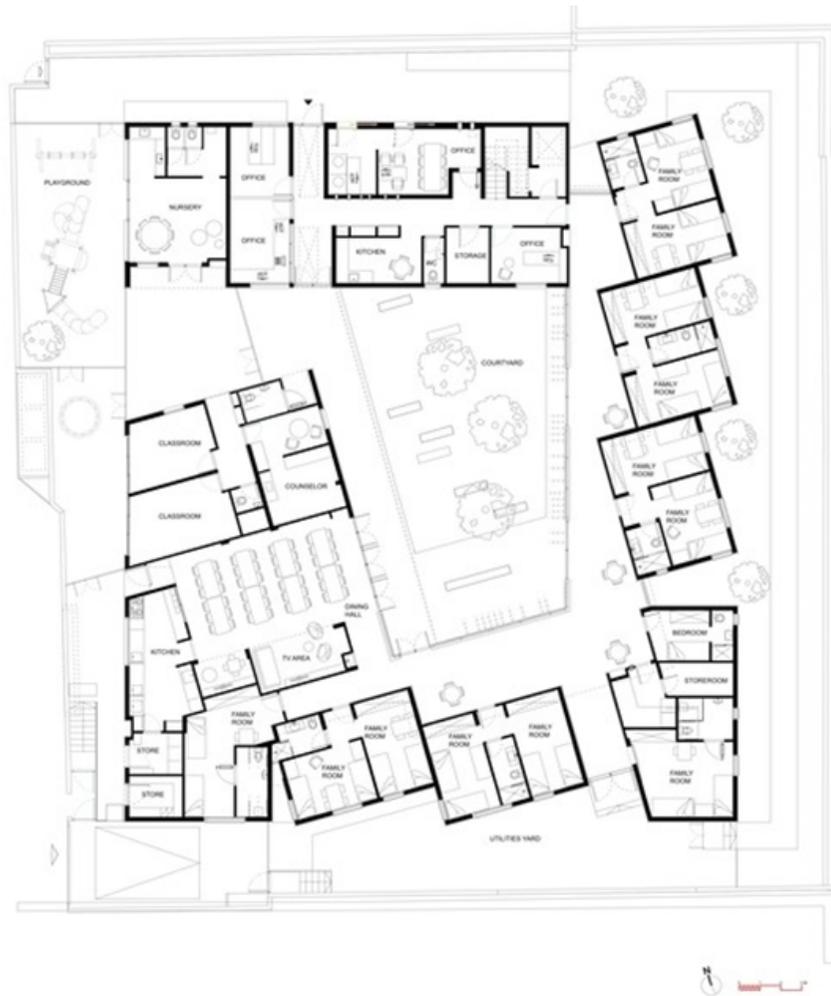


Fonte: *Archdaily*, 2018.

Na idealização do projeto foram utilizados dois briefings, sendo o primeiro do Ministério dos Assuntos Sociais e o segundo complemento da instituição de caridade responsável por custear o projeto. A instituição contribuiu de forma significativa para o resultado final do projeto, estando presente no desenvolvimento das ideias e determinando o número de doze famílias para serem recebidas no abrigo, deixando claro, a importância da privacidade individual de cada família, mas que as mesmas tivessem interação e coabitariam umas com as outras.

O projeto foi pensado para abrigar uma família que tenha em média três filhos, com isso, a equipe assumiu a responsabilidade de criar uma edificação que trouxesse a individualidade para essas 24 pessoas, mas também proporcionando a integração entre elas ao mesmo tempo, ver figura 19, (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

Figura 19 - Implantação Casa Abrigo em Israel.



Fonte: *Archdaily*, 2018.

Os objetivos norteadores do abrigo são a sensação de lar e segurança, o bem estar das famílias e o acolhimento, desassociando a imagem de um local aprisionado, pois, visando à segurança das mulheres e crianças, as mesmas passariam grande parte dos seus dias no abrigo, dessa forma, estruturar um espaço aconchegante, com as famílias socializando de forma pacífica por um período delimitado. A estrutura do edifício possui duas fachadas, um exterior, assegurando proteção e resguardo e a segunda, sendo a fachada interior, aberta para um jardim central, visto como o coração terapêutico existente no abrigo. (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

Os arquitetos nomearam as edificações como “casas de família”, pois cada família que chega ao abrigo receberá uma pequena casa que, por sua vez, faz parte de um complexo de casas maiores. As casas do abrigo possuem dois quartos, cada um comportando duas camas cada e um banheiro. A disposição da casa é locada de forma a serem separadas da funcionalidade comunitária, garantindo o objetivo de privacidade, sendo apenas interligadas por um corredor interno, (FIGURA XX). Dessa forma, a estrutura de berçário é separada fisicamente da edificação de maior porte, fazendo com que as mulheres sigam de forma mais adequada ao que estavam acostumadas, deixando seus filhos lá e buscando ao fim do dia. (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

O pátio central do complexo todo do abrigo foi desenvolvido para desempenhar um papel de área de lazer e ponto de encontro para as famílias, compartilhando um propósito de funcionalidade, de forma a interagir com conexões visuais entre as moradoras e seus filhos. A ativista Ruth Rasnic afirma que:

O abrigo irá fornecer um refúgio muito necessário para mulheres vítimas de abuso - elas chegam em um estado de real angústia, essas pessoas têm problemas psicológicos profundos, assim como seus filhos, então o abrigo deve fornecer com uma sensação tangível de calma e segurança. Os arquitetos criaram um

milagre - uma casa longe de casa, um lugar onde pessoas de origens diferentes podem lidar com seus traumas individuais, onde podemos ajudar a reconstruir suas vidas, dar orientação e apoio durante um período chave de transição. E temos muitas histórias de sucesso. Este é apenas um exemplo do trabalho realizado por 'No To Violence'. Este novo abrigo dará uma grande contribuição para o trabalho contínuo de nossa instituição de caridade. (AMOS GOLDBREICH ARCHITECTURE, 2018).

Mesmo sendo composto por um programa de necessidades diferente do Women's Opportunity Center, o Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica carregou em suas propostas uma visão de segurança e lar, para aquelas mulheres e crianças que se encontram desacreditadas dessas palavras após a vivência de um trauma. Vale destacar que a ideia de um pátio central que unificasse as edificações com um espaço aberto foi de suma importância e poderá agregar de forma positiva no Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência em Fortaleza – CE, pois mostrou a importância que a coexistência de famílias que passaram por um processo traumático e precisam recorrer também ao auxílio umas das outras, como uma forma de recuperação.

3.3 Moradias Infantis Canuanã

No ano de 2017 o design Marcelo Rosenbaum e o arquiteto Aleph Zero concluíram a obra de Moradias Infantis. Localizada no interior do Tocantins, na cidade de Formoso do Araguaia, na região central, a fundação Bradesco convidou os arquitetos para o desafio de redesenhar uma moradia para 540 crianças de 11 a 18 anos, funcionando em regime de internato.

O desenvolvimento do projeto de arquitetura passou por fases de construção em múltiplas áreas, buscando o entendimento de uma arquitetura transversal e inclusiva, entendendo as questões

questões ancestrais e territoriais, explorando o espaço público e privado, analisando o entorno como uma oportunidade de aprofundamento dos laços e raízes, buscando para a edificação uma identidade afetiva e o senso de pertencimento. Aprofundando-se das identidades locais como uma forte de integração da edificação com o meio em que está inserida (Figura 20), trazendo similaridade em todo o conceito que rege o projeto. (ROSENBAUM, 2017).

Figura 20 - Fachada do projeto Moradias Infantis.



Fonte: Archdaily, 2018.

A utilização da arquitetura e do design como uma ferramenta de transformação social foi um dos princípios que a fundação Bradesco utilizou para a reconfiguração das moradias, proporcionando, juntamente com os arquitetos, a união de elementos arquitetônicos criados pelo homem com a natureza que envolve o entorno. Para Rosenbaum (2017), a dinâmica dos arquitetos na criação do conceito geral da edificação como um todo foi unir a antropologia e a geografia, juntamente com a arte e política, deixando a arquitetura não apenas como funcional, mas como uma ferramenta para o contexto social, imersos em todos esses contextos com a intenção de uma estratégia que englobasse todos os princípios destacados.

O processo de concepção projetual passou por duas imersões, sendo a primeira visando uma aproximação com os alunos, entendendo então que naquela situação, as crianças não viam a escola como um lar, independente do tempo que haviam passado ali, abrindo um espaço para a segunda imersão, analisando o entorno e as raízes das crianças, de forma a entender toda a história do local, tanto cultural como afetiva, incluindo suas culturas caboclas e indígenas. Ainda a partir da perspectiva de Rosenbaum (2017), o aprofundamento na história do entorno foi uma das chaves para a criação de um projeto que estivesse inserido de forma física e socio-cultural no espaço, podendo ser visto essa integração na figura 21.

Figura 21 - Integração da arquitetura com a natureza externa.

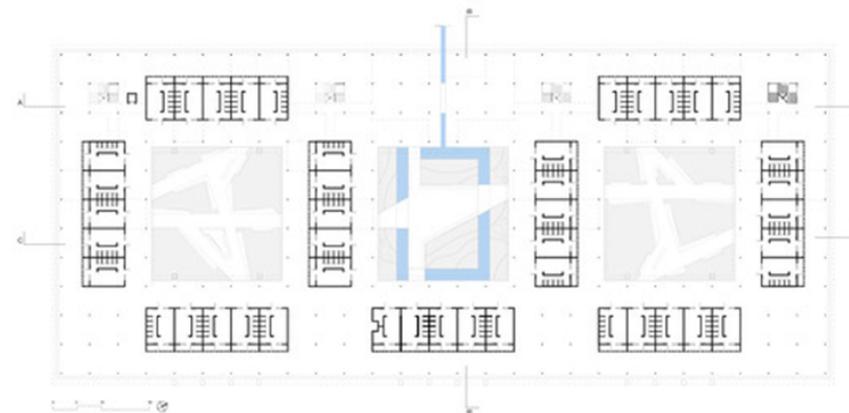


Fonte: *Archdaily*, 2018.

A implantação é formada por duas vilas, na qual uma é masculina e a outra feminina, locada nos dois extremos do terreno, sendo composta por 45 unidades de seis alunos em cada uma delas. A intenção por trás dessa dinâmica na implantação foi criar um “eixo urbano” norteador da paisagem, adquirindo mais espaço com o intuito de futuramente, essas áreas não ocupadas tornem-se espaços educacionais. (FIGURA 22). Cada quarto do edifício agrega três camas em formato beliche com uma lavanderia e banheiro e conta também com um mobiliário totalmente desenvolvido para gerar o sentimento de privacidade e ao mesmo tempo, coletividade. (ROSENBAUM, 2017).

A edificação como um todo é composta por três grandes pátios centrais que, segundo os arquitetos responsáveis, simulam um quintal de passagem local, tornando uma integração do interior e exterior. No mesmo pátio, encontra-se um espelho de água fresca, vinda por meio da captação feita pela cobertura (FIGURA 23) e o final desse ciclo, ocorre à devolução dessa água para o rio Javaé, contribuindo e conectando-se a natureza. Nos pavimentos superiores são locadas as salas de TV, estudo e área de jogos, trazendo para a moradia um sentimento de casa. (ROSENBAUM, 2017).

Figura 22 - Planta baixa de uma das vilas existentes.



Fonte: Rosenbaum, 2017.

Figura 23 - Pátio central com espelho d'água.



Fonte: Rosenbaum, 2017.

A estrutura existente é composta por madeira laminada colada (MLC) e conta com uma alta tecnologia, proporcionando madeira certificada, unindo ao propósito de uma construção leve e com baixo impacto ambiental. O projeto Moradas infantis é certificada como a maior construção de madeira em toda a América Latina, contando com 1100 m³ de madeira reflorestada. Os arquitetos foram pontuais tratando de uma edificação sustentável e inserida no espaço, sem degradação ambiental envolvida, (ROSENBAUM, 2017).

As paredes contam com tijolos de solo-cimento fabricados in-loco utilizando o solo da própria fazenda, a fabricação desse material conta com um melhor desempenho, sendo projetado no dimensionamento necessário. E, em conjunto, o paisagismo do projeto foi idealizado e concebido com a utilização de espécies locais

trazendo a unificação entre a arquitetura e o processo das tradições e inovações. (ROSENBAUM, 2017).

Segundo Marcelo Rosenbaum, um dos responsáveis pelo desenvolvimento do projeto, para que o entendimento dos materiais se assemelhasse com a vida e o cotidiano das crianças, foi feito um aprofundamento na história das casas vernaculares dos pais deles, identificando muitas casas de barro e adobe, aprofundando mais ainda nos saberes populares da comunidade. O solo cimento virou um representante de respeito e entendimento, devido a sua qualidade de preservação de calor, garantindo um conforto térmico adequado dentro da edificação.

Premiado em várias áreas, o projeto Moradas Infantis tornou-se um diferencial nos projetos de referência estudados, com um programa de necessidades voltado ao acolhimento do público infantil, a edificação mostra que a arquitetura, independente de qual é sua função e para quem é destinada, transforma-se em um meio de trazer qualidade e melhoria de vida para quem frequenta os espaços. É interessante ressaltar que nesse projeto, a imersão com as crianças e o aprofundamento em sua cultura e etnia foi um segmento que solidificou o conceito do espaço projetado, implementando ideias e soluções que trazem a identidade para eles.

Para melhor visualização dos estudos feitos no Estudo de Caso (Tópico 2.1.5) e Referências Projetuais (Tópicos 3.1, 3.1 e 3.3), na tabela 02 é possível visualizar de forma mais enxuta os objetivos, programas de necessidades e elementos projetuais de destaque nos projetos.

Tabela 01 - Resumo dos projetos de Estudo de Caso e Referências Projetuais

QUADRO-RESUMO DOS PROJETOS DE REFERÊNCIA				
	Casa da Mulher Brasileira - CMB	Women's Opportunity Center	Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica	Moradias Infantis Canuanã
OBJETIVO	Rede de proteção e atendimento humanizado as mulheres vítimas de violência.	Visa o empoderamento da mulheres na comunidade de Ruanda	Refúgio necessário para mulheres e crianças em dificuldades e vítimas de abuso.	Moradia criada para receber 540 crianças e adolescentes, filhos de assentados, caboclos e indígenas da zona rural.
PROGRAMA DE NECESSIDADES	<ul style="list-style-type: none"> •Recepção, Atendimento e Triagem; •Apoio Psicossocial; •Delegacia Especializada em Violência contra As Mulheres; •Promotoria Especializada; •Defensoria Pública; •Serviços de Promoção a autonomia econômica; •Brinquedoteca; •Alojamento de passagem; •Central de transportes; •Administração. 	<ul style="list-style-type: none"> •Composto por 17 pavilhões; •Salas de aula; •Centro Cívico; •Espaço para comercio local; •Espaço comunitário. 	<ul style="list-style-type: none"> •Enfermaria; •Abrigos para famílias; •Cozinha; •Administração; •Sala de aula; •Sala de jantar; •Área de descanso; •Sala de TV. 	<ul style="list-style-type: none"> •Dormitório; •Área de lazer; •Espaço de descanso; •Sala de Estudo; •Sala de aula; •Redário.
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	24 horas	24 horas	24 horas	24 horas
ELEMENTOS PROJETUAIS DE DESTAQUE	Programa de necessidades com serviços especializados; Integração entre os espaços construídos e as áreas livres; Soluções de conforto ambiental Horizontalidade projetual.	Captação de iluminação e ventilação natural; Aproveitamento dos recursos naturais da região; Sustentabilidade; Propósito de empoderamento feminino; Ajuda a comunidade local.	Carrega a proposta de segurança e lar; Arquitetura Horizontal; Sustentabilidade; Pátio Central para integração; Espaço trabalhado pensado no dia a dia das mulheres.	Aproveitamento de materiais regionais; Arquitetura Horizontal; Sustentabilidade; Pátio Central para integração; Uso do paisagismo integrado com a edificação.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados colhidos nos Projetos de Referência.

04

Diagnóstico



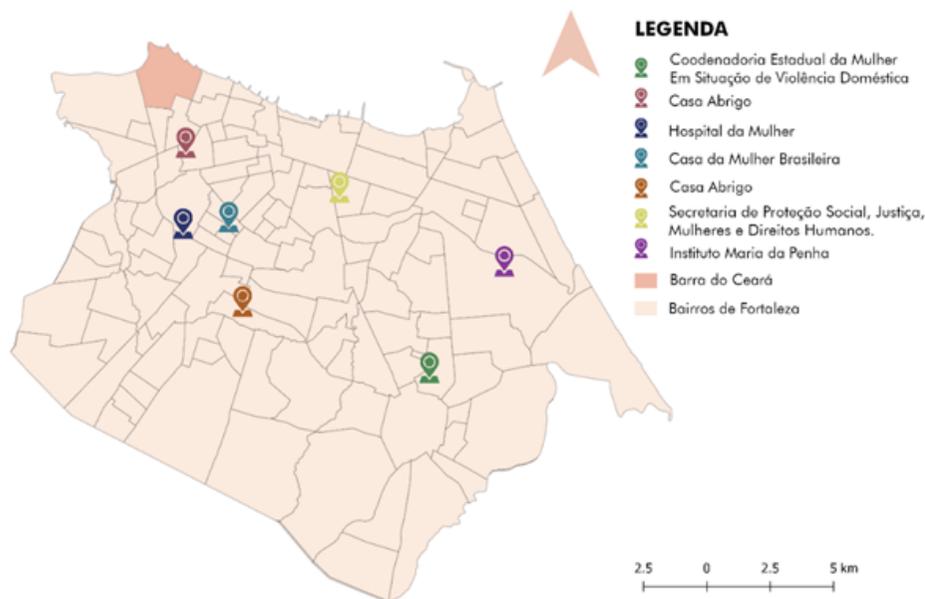
dream on
little dreamer

The crash
Exchange Commission
against Goldman
called Arthur
bank created
son could
the value
the night
laid out
investor
the U.S.
Virginia
next a
from the
Kellogg
it last
I was
Department
cently a
points
now
deals

4.1 Justificativa

A escolha do terreno se deu por meio de um mapeamento realizado na cidade de Fortaleza – Ceará com o intuito de buscar vazios urbanos que suprissem as diretrizes necessárias para receber um equipamento de referência para mulheres vítimas de violência. O terreno deveria estar inserido em uma área na qual ainda não houvesse um equipamento com a mesma função e dimensões, buscando um espaço de fácil localização, próximo a rodovias e avenidas importantes da cidade e integração geográfica com outros bairros, contemplando usos diversos. (Figura 24) .

Figura 24 - Equipamentos de auxílio para mulher em Fortaleza.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados colhidos no Mapa de Acolhimento, 2020.

Um fator relevante na escolha do terreno foi a divergência de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) entre os bairros, levando em consideração que a violência contra a mulher não identifica classe e estrutura social. O IDH leva em consideração dados sobre a saúde, educação e renda e os indicadores da Barra do Ceará identificam um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,22. Em contrapartida, bairros como Centro e Aldeota, contam, respectivamente, com índices de 0,56 e 0,87.

Ademais, tornou-se necessário buscar um trecho urbano com uma infraestrutura já existente, sendo prioridade um espaço que comportasse mais facilmente o Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência e suas possíveis intervenções, ressaltando a importância de uma área mais desenvolvida que mostrasse as oportunidades de forma mais próxima.

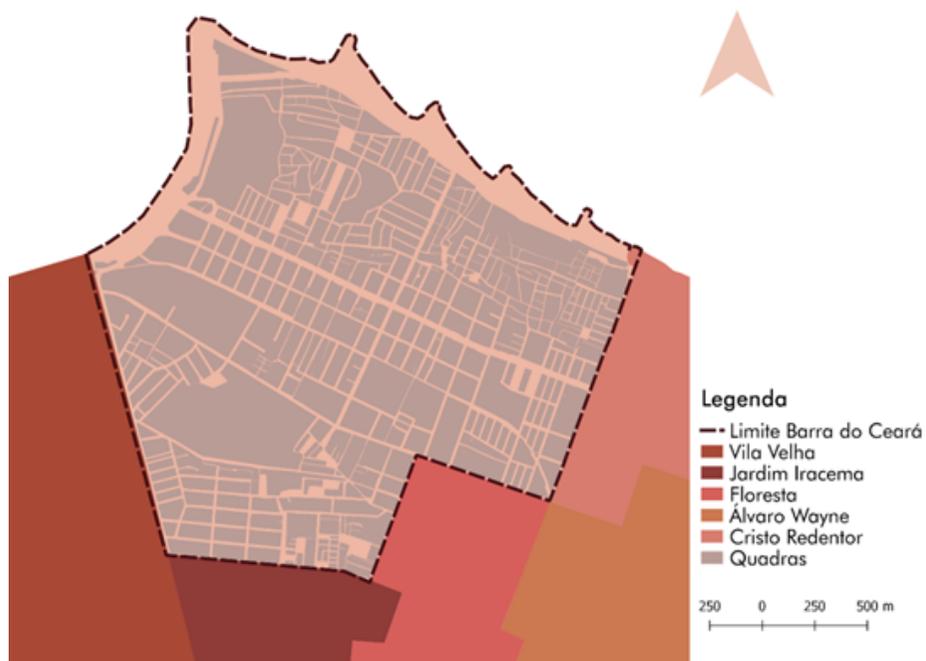
O terreno deveria ter uma ampla área que concedesse uma maior liberdade de criação projetual, de modo a comportar uma edificação mais linear e horizontalizada, com espaços integrados com áreas verdes e uma praça trabalhada para agregar a massa urbana do bairro.

O terreno escolhido está representado no mapa da figura 26, indicando a área de intervenção e o estudo de diagnóstico mais criterioso sobre a região será apresentado a seguir, de forma a aprofundar suas características.

4.2 Localização

A área de intervenção se encontra no bairro Barra do Ceará, localizado na zona noroeste da cidade de Fortaleza, Ceará. A Barra do Ceará faz fronteira com os bairros Vila Velha, Jardim Iracema, Floresta e Cristo Redentor (FIGURA 25) e atualmente está inserida na Secretaria Executiva Regional I (SER I) a qual engloba 15 bairros da capital. (FORTALEZA, 2020).

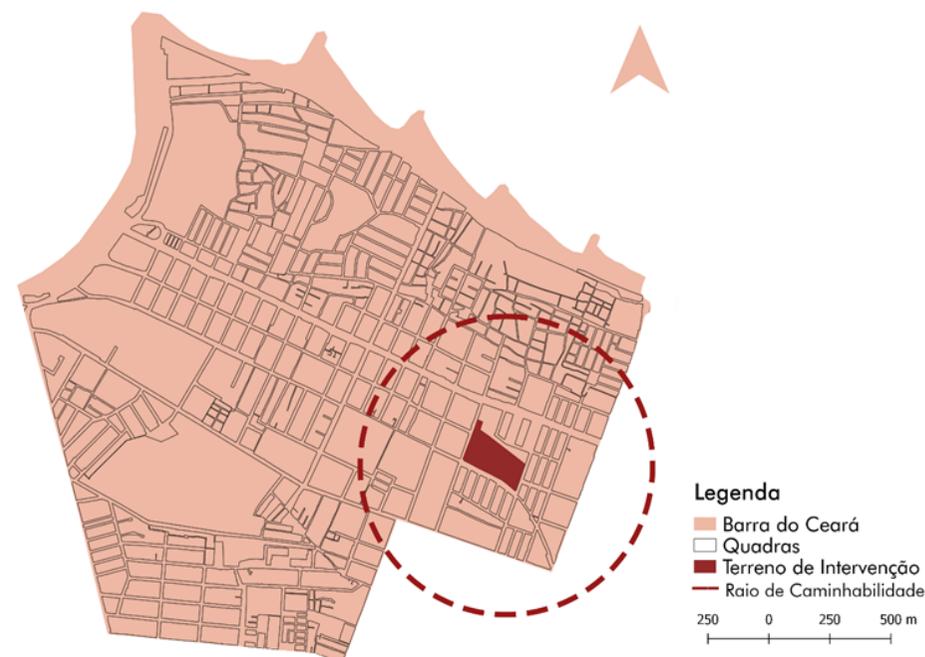
Figura 25 - Bairros próximos a Barra do Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas, 2020.

O terreno está localizado a sudeste do bairro (FIGURA 26) e, tendo em vista uma melhor análise do entorno, foi adotado um raio de caminhabilidade de 500 metros, onde o mesmo abrange não apenas a Barra do Ceará, mas também os bairros Cristo Redentor, Álvaro Wayne e Floresta, possibilitando um estudo mais aprofundado da área de intervenção.

Figura 26 - Fortaleza - Barra do Ceará

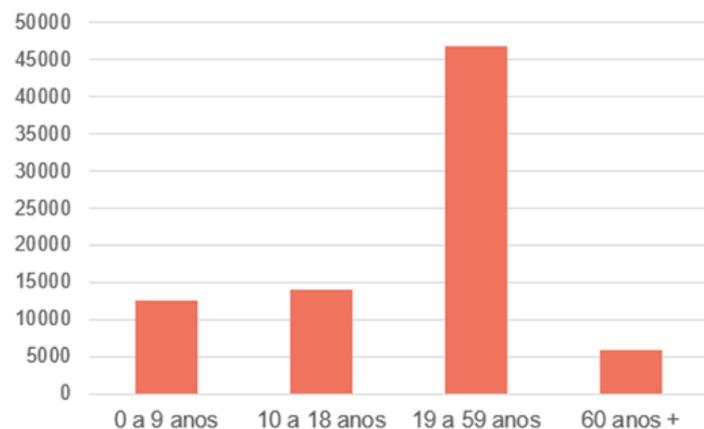


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas, 2020.

4.3 Análise da área de intervenção

De acordo com os dados disponíveis no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, o bairro apresentava uma população residente de 72.423 habitantes, sendo 37.765 mulheres e 34.658 homens. A Barra do Ceará é considerada um bairro com mais adultos, visto que, apresenta 46.837 habitantes com essa faixa etária, podendo ser visto no gráfico 02. (IBGE, 2010).

Gráfico 02 - Gráfico de Faixa Etária Barra do Ceará



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas, 2020.

Um fator importante na análise de um bairro é entender quais são os indicadores do milênio que apresenta, visto que, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram criados com base em oito objetivos assumidos por países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), desejando que os países eliminassem de forma mais rápida a pobreza e a fome extrema do planeta (ROMA, 2019).

Em relação ao índice de alfabetização, o bairro conta com 82,12% da população alfabetizada, tendo um total de 59.471 pessoas, dentre eles 28.130 são homens e 31.341 são mulheres, apresentando um desempenho bom (IBGE, 2010). A Barra do Ceará abriga 22 escolas, sendo 18 municipais e 4 estaduais, contendo ETP (Escolas Técnicas), CEI (Centro de Educação Infantil) e CRP. Até o momento, não existem equipamentos de ensino superior na Barra do Ceará, constando apenas em bairros próximos, como Aldeota, Meireles e Varjota (FORTALEZA, 2020).

Sobre a distribuição de renda dentro do bairro, a Barra do Ceará conta com uma renda baixa, em relação aos bairros próximos, tendo, segundo Indicadores do Milênio, uma renda média de R\$ 335,29,

apresentando um dos índices mais baixos da cidade de Fortaleza. Levando em consideração a densidade do bairro e os números baixos de distribuição de renda, mostra-se que esses números são refletidos no IDH da Barra do Ceará, que apresenta também um índice baixo. (FORTALEZA, 2020).

A criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi um método desenvolvido para mensurar o desenvolvimento econômico e é utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde a década de 1990, e, dessa forma, o desenvolvimento dos países são qualificados com os parâmetros disponíveis, que correspondem a renda, educação e longevidade, (FORTALEZA, 2020).

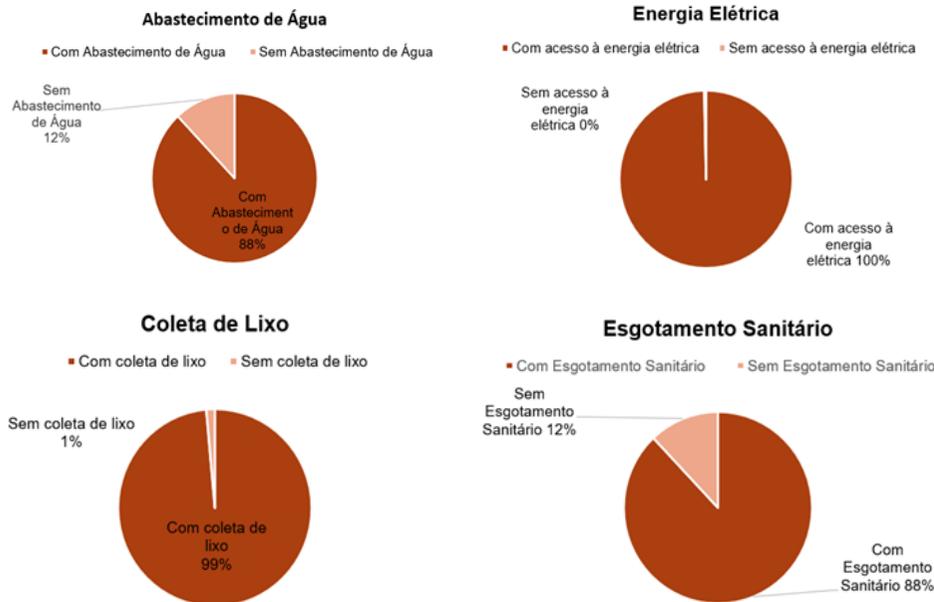
Nos bairros de Fortaleza, para o cálculo do IDH foram considerados outros parâmetros, sendo analisadas a dimensão da educação, dimensão de renda, longevidade e saúde, sendo então categorizados como IDH-B, podendo variar de 0 a 1, portanto, quanto mais próximo de 1, melhor é o desenvolvimento humano do lugar. Um bairro com o IDH baixo indica um espaço ainda sem desenvolvimento, apresentando, então, pouca diversidade de uso e serviços para os habitantes, tornando-se um local carente de equipamentos e qualidade de vida para a população.

O bairro Barra do Ceará se encontra na classificação 0 – 0,49 classificando-se como muito baixo, contemplando um IDH – Educação: 0,93 IDH - Longevidade: 0,23 IDH – Renda: 0,04 com um Índice de Desenvolvimento Humano total de 0,21 sendo um número ainda muito presente não apenas no bairro escolhido, como também nos demais de Fortaleza, em sua grande maioria (FORTALEZA, 2020).

Outro ponto relevante para a análise do terreno foi verificar a sua infraestrutura, tendo sido colhido pontos básicos para torná-la melhor, como abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo e esgotamento sanitário. Analisando o último censo do IBGE, em 2010, a Barra do Ceará contém os seguintes dados: o número total de domicílios no bairro é 20.279, onde 88,01% (17.848) tem

acesso à rede de abastecimento de água, 99,64% (20.207) tem acesso à energia elétrica, 98,57% (19.990) tem acesso à coleta de lixo e 87,77% (17.798) e tem acesso a esgotamento sanitário, (IBGE, 2010). Seguem os gráficos a seguir. (Gráfico 03).

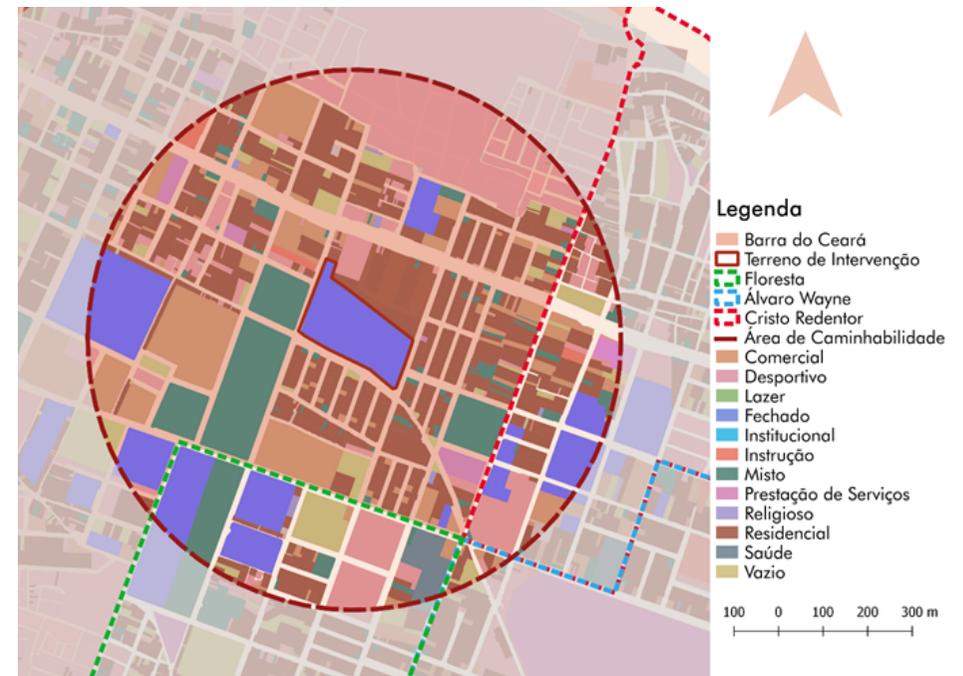
Gráfico 03 - Gráfico de Infraestrutura da Barra do Ceará



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas, 2020.

A Barra do Ceará conta com um diverso número de usos existentes como pode ser visto no mapa a seguir (Figura 27). Enquanto apresenta um maior uso residencial em vários locais dentro do bairro mostrando-se uma área muito adensada, porém na Av. Leste Oeste, próximo ao terreno escolhido, é possível categorizar um maior uso misto e comercial.

Figura 27 - Mapa de Uso do Solo na Barra do Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas, 2020.

Mesmo sendo uma área bastante adensada e com usos diversos, encontra-se um número considerável de terrenos vazios espalhados por todo o perímetro do raio da caminhabilidade. A maioria dos terrenos vazios estão contemplados nas categorias de áreas industriais, que atualmente se encontram desativadas e sem um uso, mesmo sendo um grande perímetro subutilizado, podemos ver com mais clareza na figura 28.

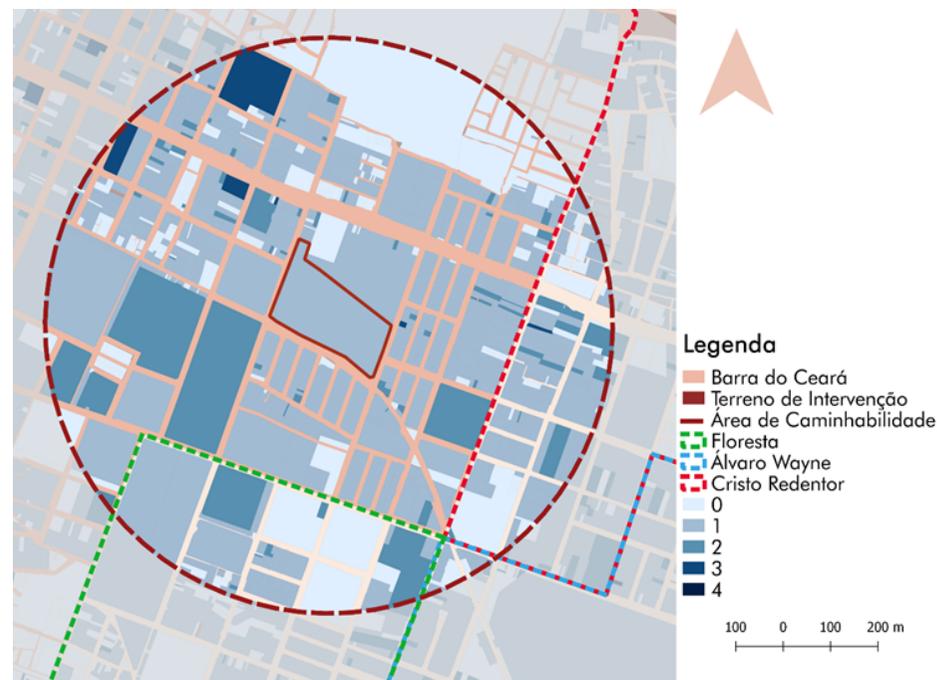
Figura 28 - Mapa de Cheios e Vazios na Barra do Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas, 2020.

Observa-se uma predominância de horizontalidade, tendo em seu gabarito máximo a altura de até três pavimentos (figura 29), e, em sua grande maioria, as edificações são de 1 ou 2 pavimentos. Essa análise é importante na escolha do terreno de intervenção, visto que o Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência será uma edificação que se adequará ao gabarito existente, de modo a não destoar do entorno escolhido.

Figura 29 - Mapa de Gabarito na Barra do Ceará.

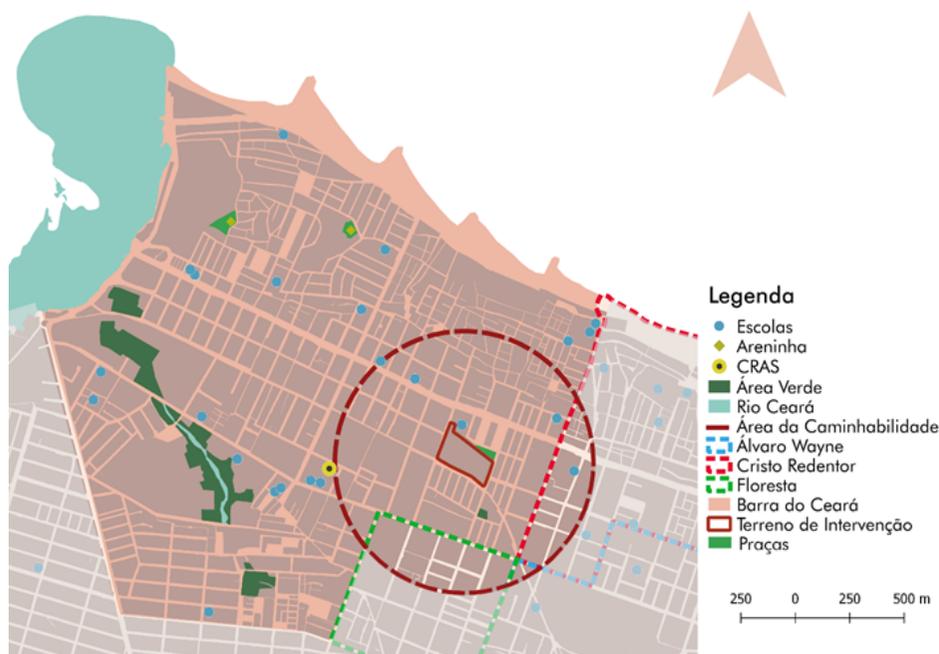


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas e Google Earth, 2020.

Quando analisadas as áreas verdes existentes no bairro (Figura 30), é possível identificar poucas massas vegetais a sudoeste, sendo elas, em sua maioria, vegetações em áreas não utilizadas e/ou muradas e sem um tratamento devido, impossibilitando o acesso da população. Esses espaços verdes estão no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), categorizados dentro de uma Macrozona de Preservação Ambiental, próximo a uma Zona de Preservação Ambiental 1 (ZPA 1) e inserida dentro de uma Zona de Recuperação Ambiental 1 (ZRU 1) FORTALEZA, 2020).

Mesmo a Barra do Ceará sendo contemplada com um grande adensamento, é visível a carência em relação a praças e espaços de lazer dentro do bairro. De acordo com os dados do Fortaleza em Mapas, não é mapeado nenhum parque urbano, sendo possível apenas a identificação de espaços de lazer de tamanhos mínimos próximos ao programa de Areninhas, identificadas apenas por programas como Google Earth. Analisando o raio de caminhabilidade é possível notar no entorno próximo uma praça já existente e algumas escolas e uma praça no perímetro do terreno de intervenção.

Figura 30 - Mapa de áreas verdes, recursos hídricos e equipamentos.



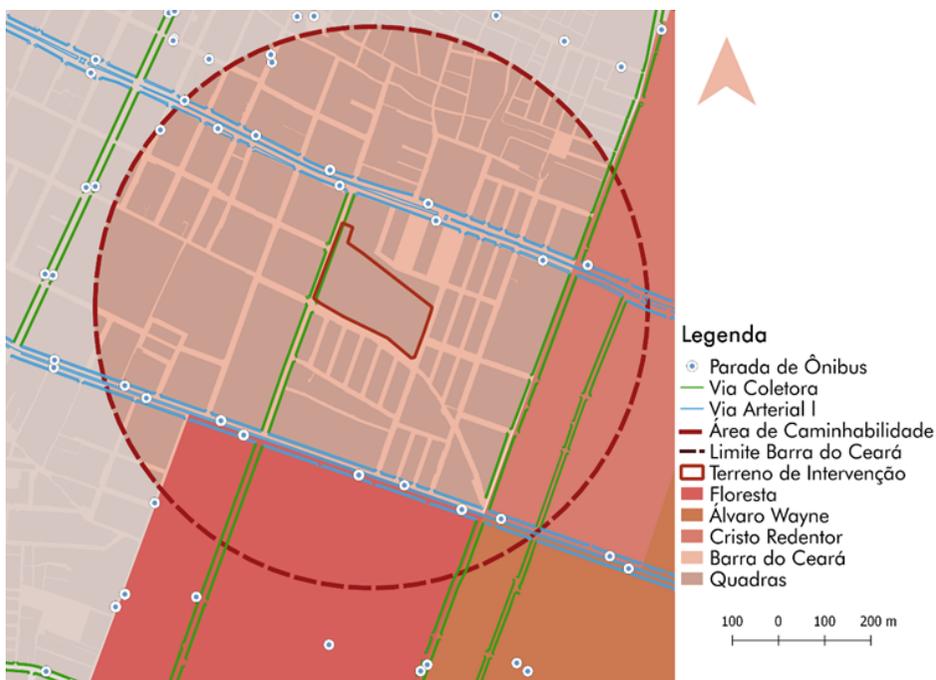
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas, 2020.

O sistema viário dentro do bairro é composto por três vias principais: Via Arterial I, cuja função é absorver o volume de tráfego de passagem de média e longa distância, destinada a ligar pólos de atividade e alimentar as vias expressas, atendendo ao tráfego local, trazendo um bom padrão de fluidez; Via Coletora, cuja função é coletar o tráfego das vias comerciais e locais e distribuir para as vias arteriais e expressas, podendo servir para o uso de transportes coletivos, deixando as vias com um padrão melhor de fluidez; Via Paisagística, a qual exige padrão mais baixo de fluidez, valorizando e unindo áreas especiais, preservação, proteção e faixas de praia ou recursos hídricos (FORTALEZA, 1996).

As vias de maior fluxo dentro do bairro são nomeadas de: Avenida Leste Oeste, responsável por ligar a Barra do Ceará a bairros como Jacarecanga, Centro e Meireles; Avenida Francisco Sá, levando e trazer fluxo para bairros como Álvaro Wayne e Carlito Pamplona; e Avenida Coronel Carvalho, ligando os fluxos para o sentido sul da cidade de Fortaleza, para bairros como Vila Velha, Jardim Iracema e Antônio Bezerra.

Próximo ao terreno escolhido contém duas vias principais, Via Coletora e Via Arterial I, com paradas existentes apenas na via Arterial I (Figura 31). É importante para o Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência contemplar de diferentes tipos de modais, diversificando os meios de transportes para as mulheres que irão utilizar o equipamento.

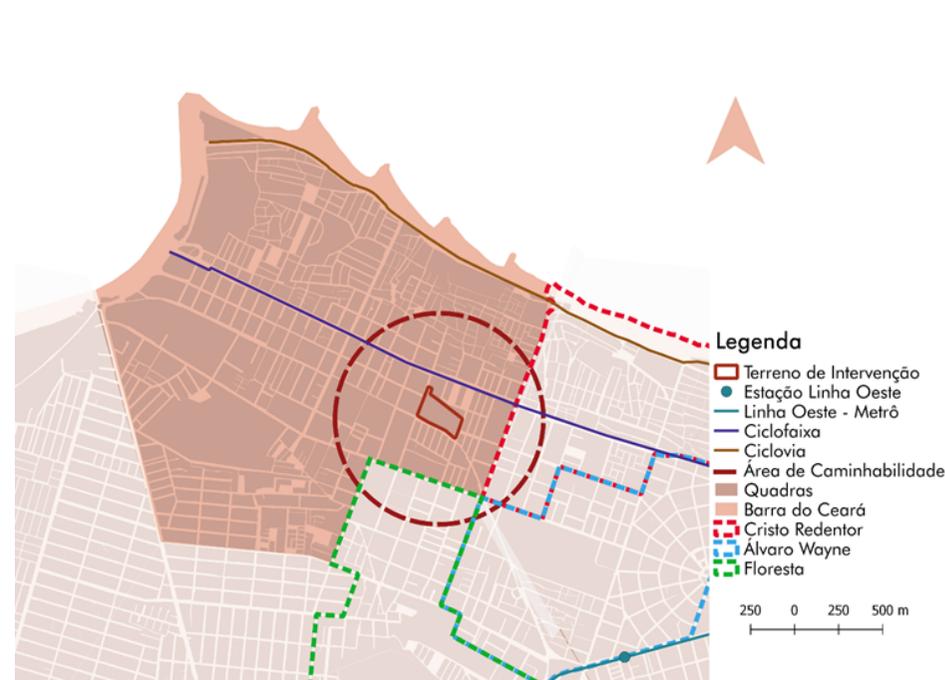
Figura 31 - Mapa de classificação viária e Paradas de Ônibus.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas, 2020.

O bairro não contempla uma estação de VLT (Veículo Leve sobre Trilho), sendo a linha de metrô mais próxima a Linha Oeste do Metrô de Fortaleza (MetroFor) no limite do bairro Álvaro Wayne, fora do raio de caminhabilidade colocado, ver figura 32. O terreno escolhido para o recebimento do Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência é atendido por paradas de ônibus próximas, ciclovias que ligam a Barra do Ceará a bairros próximos e vias que perpassam por muitos trechos da cidade, garantindo uma escolha mais diversa para transportes alternativos.

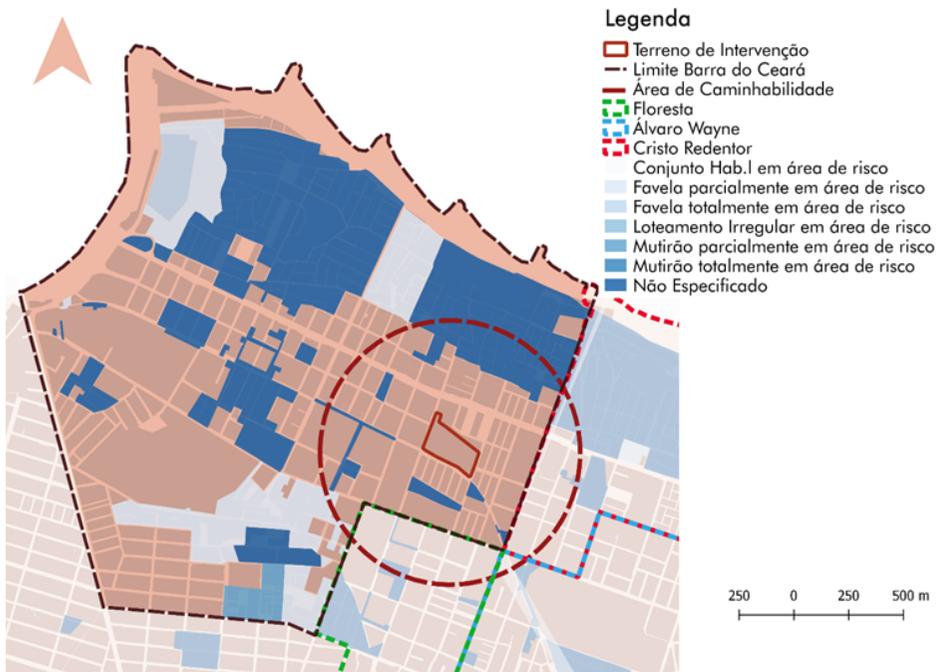
Figura 32 - Mapa de Mobilidade do bairro da Barra do Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas, 2020.

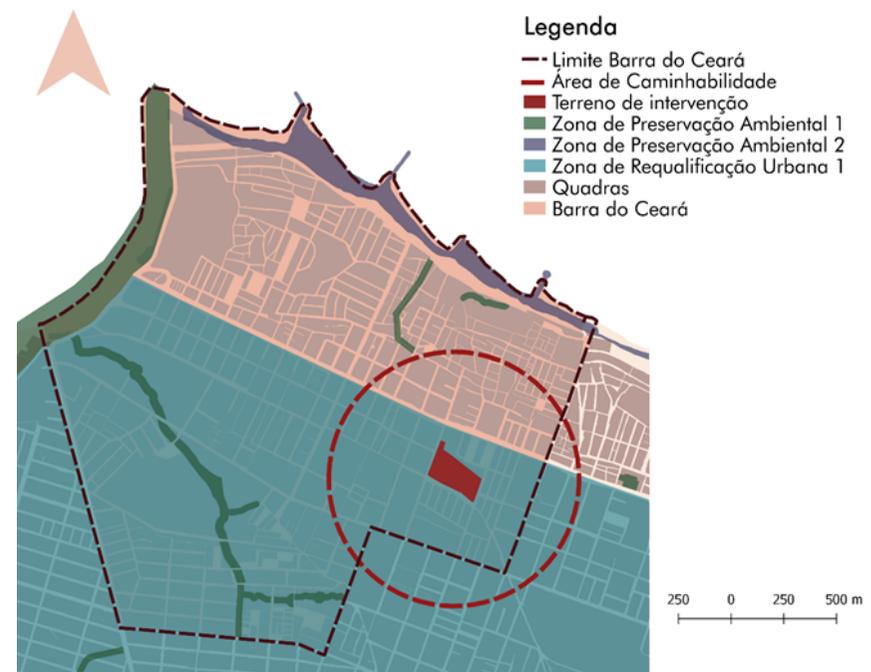
A análise dos assentamentos precários dentro da Barra do Ceará reflete diretamente nos indicadores do milênio apresentados anteriormente, sendo possível identificar um bairro com muitos assentamentos consolidados (Sonho Meu, Dunas I, Planalto Barra, Ceci, Vila Ivone, Terra Prometida, Zenaide Magalhães, Parque Ibiapaba, Conjunto Popular, Conjunto Tropical, Santa Maria Gorete I e Vila Antônio), assentamentos consolidáveis sem reassentamento (Jacira) e assentamentos consolidáveis com reassentamento (Dunas II, Brisa da Praia, Planalto das Goiabeiras, Comunidade Novo Lar, Cimpelco, Quatro Varas, Sete Prédios, Sítio Aratanha, Comunidade Riacho Doce e Santo Amaro) (Figura 33).

Figura 33 - Mapa de Assentamentos Precários na Barra do Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas, 2020.

Figura 34 - Mapa Macrozoneamento na Barra do Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Fortaleza em Mapas, 2020.

4.4 Legislação Pertinente

Complementando o diagnóstico sobre a Barra do Ceará, a etapa de mapeamento e análise dos dados de macrozoneamento e zonas especiais é uma fase necessária para entender os parâmetros que regem a área de intervenção, sendo identificados três macrozoneamentos: ZPA 1 (Zona de Preservação Ambiental 1) – Faixa de Preservação Permanente dos Recursos Hídricos; ZPA 2 (Zona de Preservação Ambiental 2) – Faixa de Praia; e ZRU 1 (Zona de Requalificação Urbana 1) – Insuficiência e precariedade de infraestrutura (Figura 34).

O terreno escolhido para intervenção do projeto apresentando no seguinte trabalho está em uma Zona de Recuperação Urbana 1 (ZRU 1). Essa macrozona de recuperação urbana é caracterizada pela insuficiência ou precariedade de infraestruturas e serviços urbanos, tendo como principal característica a carência de equipamentos e espaços públicos e a presença de imóveis não utilizados. Torna-se, então, uma área viável para o recebimento de um equipamento como o Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência (LUOS, 2017). Na figura 34 é exposto os parâmetros construtivos de acordo com a LUOS 2017 para a ZRU 1.

Na Barra do Ceará estão presentes três tipos de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), as quais podem estar em propriedade pública ou privada e sua função é voltada para o desenvolvimento de programas habitacionais em

espaços não utilizados e nem edificadas, agregando função na regularização fundiária e urbanística de assentamentos habitacionais. O terreno escolhido para o Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência não está situado em nenhuma ZEIS, mas se encontra no limite dos três tipos: ZEIS 1 Pirambu, ZEIS 2 Barra do Ceará e ZEIS 3 Cristo Redentor.

4.5 Análise do Terreno

O terreno escolhido para a intervenção no bairro Barra do Ceará apresenta, na sua frente, uma via arterial I – Avenida Leste Oeste – na sua esquerda consta uma via coletora – Rua Alberto de Oliveira –. O terreno atualmente não se encontra ocupado, estando vazio ou subutilizados (figura 35) e conta com uma área de aproximadamente 31.562 m².

Figura 35 - Terreno e suas ruas limitantes



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Software Google Earth e Qgis.

O terreno, pela sua dimensão, passará por um processo de parcelamento, sendo utilizada apenas uma parte do mesmo para receber o projeto proposto, com cerca de 13.450m². Com o parcelamento, será proposta a criação de uma nova via que terá a largura de 14m, sendo a medida mínima indicada na Lei de Uso e Parcelamento do Solo (LUOS) conforme analisado no quadro 03.

Quadro 03 - Dimensão das vias de circulação

Vias para Circulação de Veículos		
Características	Local	
	Seção Normal	Seção Reduzida
Largura Mínima (m)	14,00	11,00

Fonte: Lei de uso e ocupação do solo (Fortelza, 2017). Elaborado pela autora.

Uma das diretrizes apontadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) é em relação a classificação viária, indicando o modo em que as calçadas devem se relacionar quando ocorre o cruzamento com outras vias, indicando o tamanho correto para ser utilizado. Com a proposta de parcelamento, é necessária a análise de representação do cruzamento de uma via local e via local, na figura a seguir, são dispostas as medidas necessárias para essa situação, (Figura 36).

Figura 36 - Dimensão de calçada em situação de cruzamento de via local com via local



Fonte: LUOS (Fortaleza, 2017)

O Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência se encontra no grupo Serviços, dentro do subgrupo Serviço de Saúde e é classificado como uma atividade de “Assistência Social”, de acordo com a LUOS (2017) sua classe está definida como 4PE, tratando-se então de um projeto de área mais social e de assistência, visto melhor no quadro 04.

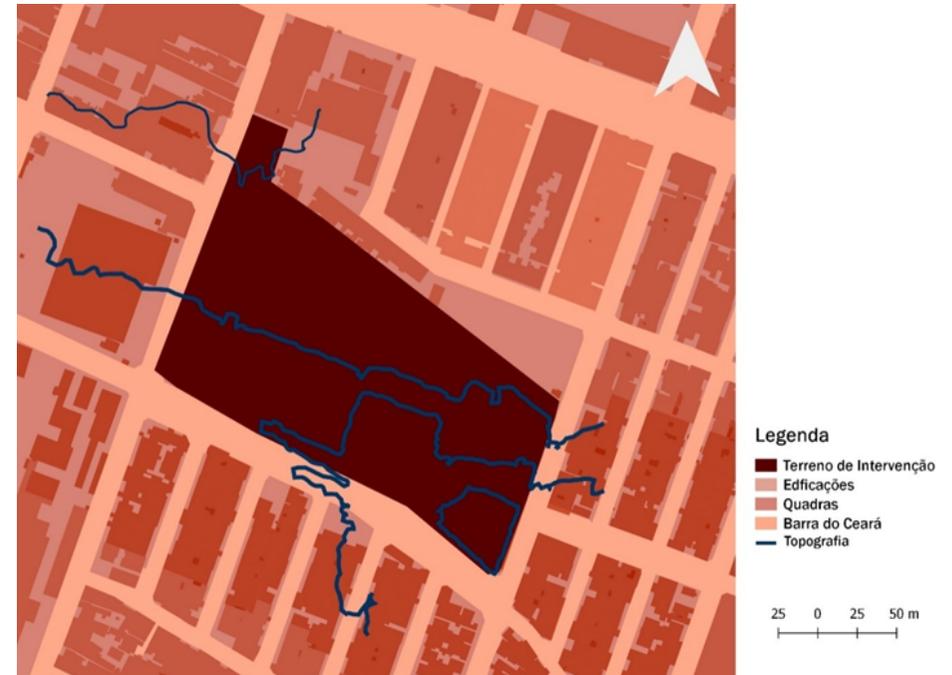
Quadro 4 - Classificação de Grupo e Atividade de acordo com a LUOS (2017)

Classificação de Atividades	
Grupo	Serviços
Subgrupo	Serviço de Saúde (SS)
Atividade	Assistência Social
Classe	4PE
Porte (m²)	Qualquer
Nº mínimo de vagas (estacionamento)	Será objeto de estudo

Fonte: LUOS (Fortelza, 2017). Elaborado pela autora.

Para o melhor entendimento do espaço de intervenção, se faz necessário a análise topográfica do espaço. O terreno escolhido apresenta poucas curvas de níveis, contendo apenas quatro curvas em todo o terreno. Na figura 37 é representada a locação dos desníveis no espaço, dividindo o terreno em cinco patamares.

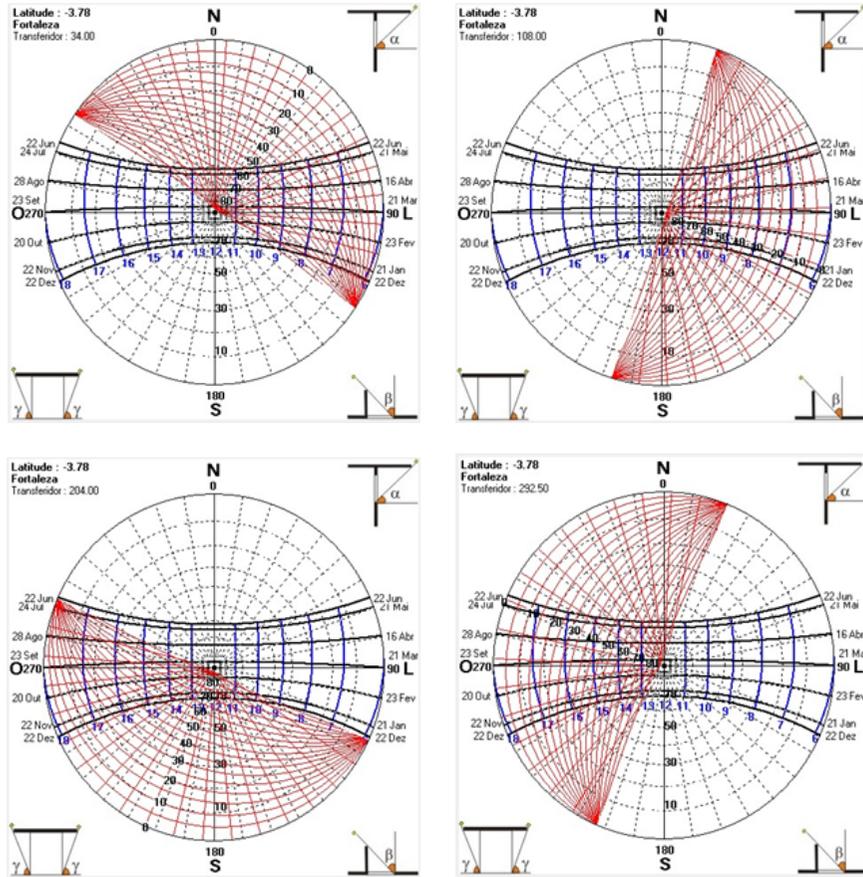
Figura 37 - Topografia do terreno



Fonte: Elaborado pela autora com base na Fortaleza em Mapas.

Para melhor análise do terreno de intervenção, é necessária a realização de um estudo de insolação a partir da carta solar, de modo a entender todo o processo de trajetória do sol em todas as fachadas do edifício que será proposto. A carta solar faz parte de um estudo que indica a projeção da trajetória solar ao longo de todo o ano, com isso, o entendimento acerca de soluções arquitetônicas para determinar melhores intervenções se torna mais específica, (FIGURA 38).

Figura 38 - Cartas Solares da cidade de Fortaleza com orientação do terreno.

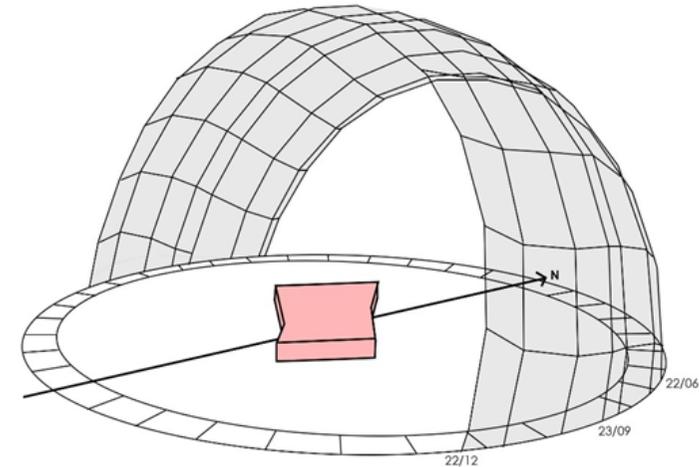


Fonte: Software Sol-Ar

A fachada Norte receberá sol pelo período de 6 horas da manhã até as 15 horas da tarde, no período de junho a dezembro. Já a fachada Leste, receberá insolação no período de 6 horas da manhã até as 12 horas, por um período anual. A fachada Sul vai receber sol de 8 horas da manhã até as 18 horas, expondo-se ao sol por todo o período do dia, de forma a ser uma fachada que deverá receber um melhor tratamento arquitetônico para proteção solar.

Sobre a fachada Oeste, é analisado um período de insolação no período da tarde até o sol se pôr, por um período anual. Para o melhor entendimento e visualização, na figura 37 é possível visualizar uma representação 3D da carta solar com o terreno escolhido para intervenção inserido no contexto.

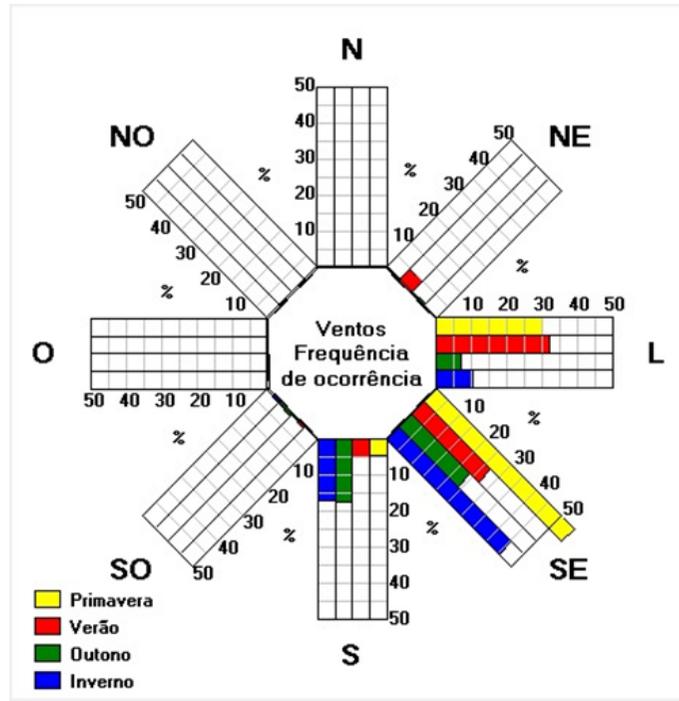
Figura 39 - Carta Solar em 3D.



Fonte: Software Sketchup, Curic Sun. Elaborado pela autora.

Sobre a questão de ventilação na região escolhida, foi utilizado a rosa dos ventos. Na figura 40, é mostrada a análise sobre a frequência de ocorrência dos ventos na cidade de Fortaleza, Ceará, notando-se que, a ventilação é predominante em três orientações, sendo Sudeste, Leste e Sul, e de forma mais frequente no sentido Sudeste da cidade.

Figura 40 - Rosa dos ventos, ventilação predominante de Fortaleza, Ceará



Fonte: Software Sol-Ar

Uma premissa importante para o projeto está ligada diretamente com a valorização das condicionantes ambientais do espaço, considerando iluminação e ventilação natural, fazendo o melhor uso de estratégias para máximo de aproveitamento dos aspectos citados, garantindo uma melhor eficiência e conforto para os usuários do espaço.

4.2 Diretrizes

Com a finalização de um estudo mais aprofundado do bairro Barra do Ceará, como visto a cima, é visível que o bairro encarece de equipamentos públicos e espaços de lazer, com isso, o projeto será desenvolvido em cima de algumas diretrizes importantes para uma boa entrega projetual, sendo elas a criação de uma praça pública em anexo a edificação, de modo a agregar positivamente para o bairro. Uma edificação que traga segurança e conforto para as mulheres que precisarão dos serviços ofertados.

05

Proposta de Intervenção

i'd be a fool
not to love you



series of Coff
society alone.
rushed as throughly as
and perking cylinders wit
full flavored as
after.
is un... are... and freed from
es, and the chaff was filtered by roasting.
is packed in Patent... eight packages lined
with waxed paper, which protects the Coff
from atmospheric influences, and retains its
trength and aroma.

5.1 O projeto

O projeto que será proposto no presente trabalho se trata de um Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência na cidade de Fortaleza – CE, tendo como público alvo: adolescentes e mulheres que estão em situação de violência física ou psicológica.

O espaço proposto busca ajudar equipamentos já existentes, como a Casa da Mulher Brasileira, na demanda em relação ao atendimento de mulheres em situação de violência, além de atender a comunidade local, busca ampliar seu público alvo, ofertando atividades e momentos de aprendizado. Um dos objetivos dessa ideia é criar espaços seguros e de aprendizado, notando-se um ambiente não apenas de acolhimento, mas educacional para população.

O Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência terá capacidade para atender em média 100 pessoas por dia, de modo a ofertar um programa de necessidades diversificado, visando fornecer atendimento 24 horas por dia para serviços de atendimento psicológico, assistência jurídica e médica, oferecendo também, espaços de capacitação e aprendizado.

O número de atendimentos tem como base os dados da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará sobre os registros da Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza (Quadro05), apresentando um número de 25.970 ocorrências desde julho de 2018 até maio de 2021.

Quadro 05 - Registro de atendimentos na Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza

Atendimento Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza				
Ano	2018 ¹	2019	2020 ²	2021 ³
Atendimento	8.021	18.720	15.094	5.549
¹ Atendimentos durante os meses de Julho a Dezembro				
² Atendimentos readequados devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19)				
³ Atendimentos contabilizados de janeiro a maio do ano de 2021				

Fonte: Microsoft Excel com base nos dados da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, 2021.

5.2 Programa de Necessidades

O programa de necessidades proposto para o Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência foi desenvolvido com base no público alvo que o espaço atenderá, sendo setorizado pensando, de forma estratégica, no fluxo em que a vítima fará dentro do espaço, buscando criar soluções que minimizem ameaças, desconfortos e circulações com acesso mais prático e rápido.

O programa de necessidade teve como base o estudo de caso feito no presente trabalho sobre a Casa da Mulher Brasileira (Tópico 2.1.5) e a Norma Técnica de Uniformização de Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (2006), tendo em consideração buscar sempre a melhoria no atendimento para as mulheres que serão atendidas no espaço, trabalhar com espaços abertos e integrados, propondo estímulos de segurança de forma a melhorar a experiência para todas as mulheres que frequentarão esses espaços.

Os Centros de Referências e Atendimentos são estruturas que abrigam e propõe programas de prevenção e enfrentamento para a mulher em situação de violência, tem como pilar um atendimento interdisciplinar, propondo atendimento psicológico, social, jurídico e de informação, (BRASIL – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2006).

Analisando o quadro 06, é possível identificar o programa de necessidades proposto para o Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência, identificando um estudo de dimensionamento e quantidade de usuários de cada ambiente. O programa foi dividido em 04 setores principais (Auxílio, Administração, Alojamento e Aprendizado), tendo subsetores dentro de cada espaço principal.

O setor de Auxílio é composto por subsetores que compõe espaços voltados ao atendimento geral e auxílio ágeis, como Recepção, Atendimento Psicossocial, Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, Defensoria Pública, Enfermaria, Brinquedoteca e Central de Transportes.

O setor administrativo é composto por: espaço administrativo e serviço, abrigando uma estrutura técnica do espaço. A área de alojamento é proposta para abrigar mulheres e famílias que necessitam de um espaço de moradia dentro do centro, sendo um setor privativo. Por fim, o setor aprendizado tem como finalidade trazer autonomia e educação para as mulheres, sendo composto pelo subsetor de empoderamento e apoio.

Tabela 06 - Programa de Necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES (AUXÍLIO) - PRÉ-DIMENSIONAMENTO					
SETOR	AMBIENTE	QNT.	USUÁRIOS (QUANTIDADE)	ÁREA MÍN. (m²)	ÁREA TOTAL (m²)
RECEPÇÃO	Recepção	1	50	200m² (4m²/pessoa)	200m² (4m²/pessoa)
	Wc Fem.	1	-	15m²	15m²
	Wc Masc.	1	-	15m²	15m²
	Wc PNE.	1	-	15m²	15m²
	Fraudário	1	-	15m²	15m²
	Triagem	1	-	20m²	20m²
ATENDIMENTO-PSICOSSOCIAL	Salas para Funcionários + CDPA	1	10	12m²	12m²
	Sala Atendimento (Assistentes Sociais)	2	1	12m²	24m²
	Sala Atendimento (Terapia Ocupacional)	2	10	22m²	44m²
	Sala Atendimento (Psicólogos)	2	1	12m²	24m²
	Atendimento em grupo	2	10	22m²	44m²
	Área de Espera	1	-	12m²	12m²
	WC Fem.	1	-	5m²	5m²
	Wc Masc.	1	-	5m²	5m²
	Wc PNE.	1	-	5m²	5m²
	Fraldário	1	-	5m²	5m²

DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)	Recepção	1	20	20m²	20m²
	WC Fem.	1	-	10m²	10m²
	Wc Masc.	1	-	10m²	10m²
	Wc PNE.	1	-	10m²	10m²
	Fraldário	1	-	10m²	10m²
	Sala de Espera (Vítima)	1	15	12m²	12m²
	Sala de Espera (Agressor)	1	15	12m²	12m²
	Atendimento Individual	2	-	9m²	18m²
	Sala para Registro de Ocorrência	2	-	12m²	24m²
	Sala para Advogada	2	1	12m²	24m²
	Sala de Investigação	1	-	12m²	12m²
	Sala de Investigação Sexual	1	-	12m²	12m²
	Comunicação	1	-	12m²	12m²
	Reconhecimento	1	-	20m²	20m²
DEFENSORIA PÚBLICA	Sala para Delegada	1	-	12m²	12m²
	Sala para Policiais de Plantão	1	-	12m²	12m²
	Sala de Equipamento de Proteção e Armamento	1	-	5m²	5m²
	Recepção	1	-	12m²	12m²
	Wc. Masc.	1	-	10m²	10m²
	Wc. PNE.	1	-	10m²	10m²
	WC Fem.	1	-	10m²	10m²
	Sala de Atendimento (Defensoria)	2	-	12m²	24m²
	Sala de atendimento (Procuradoria)	2	-	12m²	24m²
	Sala de Reunião	1	-	15m²	15m²
Sala de Apoio	1	-	15m²	15m²	
Copa + WCs	1	-	20m²	20m²	

JUIZADO ESPECIALIZADO EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	Recepção	1	-	12m ²	12m ²
	Wc. Masc.	1	-	10m ²	10m ²
	Wc. PNE	1	-	10m ²	10m ²
	WC Fem.	1	-	10m ²	10m ²
	Sala de Audiências	2	-	50m ²	100m ²
	Sala de arquivos	2	-	15m ²	30m ²
	Gabinete para Juiz	1	-	25m ²	25m ²
	Apoio Juiz	2	-	15m ²	30m ²
ENFERMARIA	Recepção + triagem	1	5	18m ²	18m ²
	Sala de Enfermaria (Exames e Curativos)	2	2	7,5m ²	15m ²
	Expurgo	1	-	7,5m ²	7,5m ²
	Depósito	1	-	5m ²	5m ²
	Almoxarifado	1	-	5m ²	5m ²
	Sala de Apoio	1	-	12m ²	12m ²
	WC Fem.	1	-	10m ²	10m ²
	Wc. Masc.	1	-	10m ²	10m ²
BRINQUEDOTECA	Brinquedoteca	1	10	25m ²	25m ²
	Transporte	1	-	12m ²	12m ²
TOTAL		64	-		874,5m ²
PROGRAMA DE NECESSIDADES ADMINISTRAÇÃO - PRÉ-DIMENSIONAMENTO					
SETOR	AMBIENTE	QNT.	USUÁRIOS (QUANTIDADE)	ÁREA MÍN. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
ADMINISTRAÇÃO	Reunião	1	-	16m ²	16m ²
	Coordenação	1	-	12m ²	12m ²
	Sala Técnica	1	-	12m ²	12m ²
	Sala de Estar para Funcionarios	1	-	12m ²	12m ²

SERVIÇO	Dormitório para Plantonista	2	5	15m ²	30m ²	
	Copa/Cozinha	1	-	10m ²	10m ²	
	Vestiários	2	-	20m ²	40m ²	
	DML	1	-	5m ²	5m ²	
	Almoxarifado	1	-	5m ²	5m ²	
	Sala T.I	1	-	12m ²	12m ²	
	Sala de Monitoramento	1	-	12m ²	12m ²	
	TOTAL		13	-		166m ²
PROGRAMA DE NECESSIDADES (ALOJAMENTO) - PRÉ-DIMENSIONAMENTO						
SETOR	AMBIENTE	QNT.	USUÁRIOS (QUANTIDADE)	ÁREA MÍN. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	
ALOJAMENTO	Área de Estar	1	-	30m ²	30m ²	
	Alojamento de passagem (Família)	2	3	20m ²	40m ²	
	Alojamento de passagem (coletivo)	1	15	45m ²	45m ²	
	Alojamento de passagem (Individual)	4	1	10m ²	40m ²	
	Vestiário	2	-	20m ²	40m ²	
	Copa/Cozinha	1	-	6m ²	6m ²	
	Espaço Ecumênico	1	30	20m ²	20m ²	
	TOTAL		11	-		221m ²
	PROGRAMA DE NECESSIDADES (APRENDIZADO) - PRÉ-DIMENSIONAMENTO					
SETOR	AMBIENTE	QNT.	USUÁRIOS (QUANTIDADE)	ÁREA MÍN. (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	
	Recepção	1	30	45m ²	45m ²	
	WC Fem.	1	-	5m ²	10m ²	
	Wc. Masc.	1	-	5m ²	10m ²	
	Wc PNE.	1	-	5m ²	10m ²	

EMPODERAMENTO	Fraldário	1	-	5m ²	10m ²
	Sala Multiuso	4	20	20m ² (1,0m ² /pessoa)	80m ²
	Sala de Aula	4	30	48m ² (1,5m ² /pessoa)	192m ²
	Ateliê	2	20	20m ² (1,0m ² /pessoa)	40m ²
	Salas de aula - Salão de Beleza	1	30	48m ² (1,5m ² /pessoa)	48m ² (1,5m ² /pessoa)
APOIO	Auditório	1	100	200m ² (2,0m ² /pessoa)	200m ² (2,0m ² /pessoa)
	WC Fem.	1	-	5m ²	5m ²
	Wc. Masc.	1	-	5m ²	5m ²
	Wc PNE.	1	-	5m ²	5m ²
	Biblioteca	1	30	30m ² (1,0m ² /pessoa)	30m ² (1,0m ² /pessoa)
	Vestiário + COPA	1	-	12m ²	12m ²
	Estacionamento	-	-	-	-
TOTAL		22	-		712m²

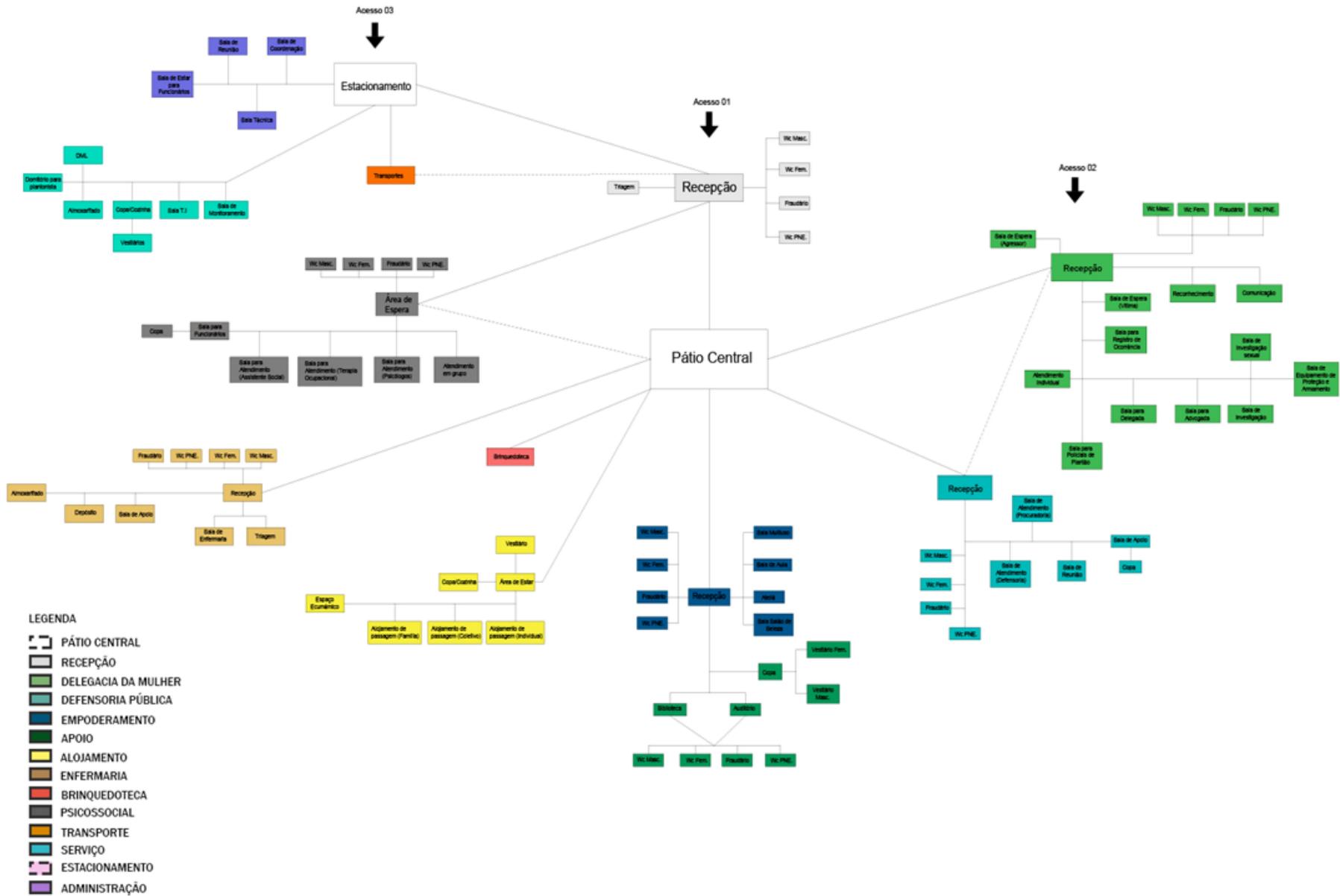
Fonte: Microsoft Exel. Elaborado pela autora.

O dimensionamento de ambientes específicos como a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e o Apoio Psicossocial foram baseados em normas técnicas já existentes, como a Norma Técnica de Padronização das Delegacias de Atendimento às Mulheres, edição de 2010 e a Portaria Nº 615, de 15 de Abril de 2013 que dispõe os incentivos financeiros de investimento em relação a construção de um Centro Psicossocial (CAPS) e Unidades de Acolhimento, levando em conta também o programa da Casa da Mulher Brasileira como um estudo de referência.

5.3 Fluxograma

Para a melhor análise do projeto, na Figura 39 poderá ser melhor visualizado o programa de necessidades distribuído em setores, de forma a entender melhor os fluxos e a circulação do equipamento que será proposto, o fluxograma faz parte do processo projetual para melhor visualização dos caminhos e acessos estudados para esse espaço.

Figura 41 - Fluxograma



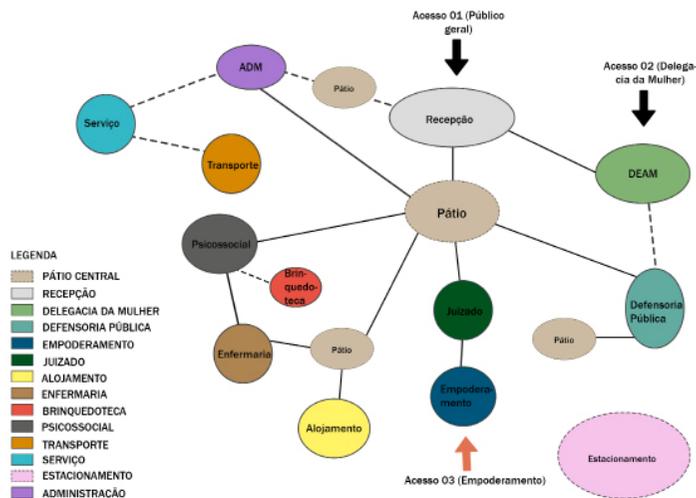
Fonte: Software AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

Por dispor de muito ambientes, se fez necessário uma análise mais generalista dos setores, de modo a melhor visualizar esses fluxos e as ligações de cada setor, (FIGURA 42). A partir dos dois estudos apresentados, é possível perceber que o equipamento consiste em 3 acessos, o primeiro terá sua abertura ligada diretamente com a praça proposta e será destinada a toda população.

O segundo acesso é ligado diretamente com a Delegacia da Mulher, o mesmo foi criado com o intuito de destinar um fluxo específico para esse espaço, pensando em evitar desconforto e situações que não tragam segurança para a mulher. O terceiro e último acesso é destinado para o serviço, servindo para um fluxo mais específico daqueles que trabalham no equipamento e para carga e descarga.

O objetivo de trabalhar com três acessos é destinar fluxos específicos para determinados setores, garantindo a segurança e a integridade da mulher, facilitando a circulação dentro do edifício e minimizando constrangimentos e interação indesejada.

Figura 42 - Fluxograma 02.

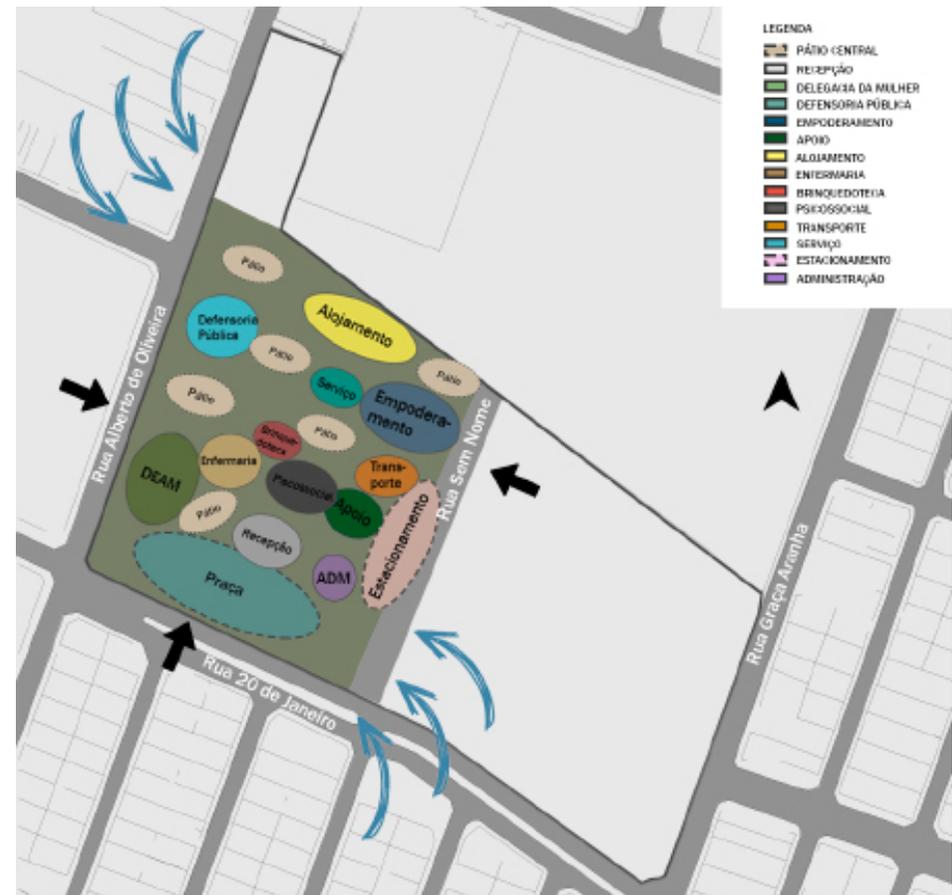


Fonte: Software AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

5.3.1 Setorização

Para melhor visualização dos setores dentro do terreno, foi realizado um estudo de setorização, levando em conta seus aspectos físicos e ambientais. Na figura 43 é possível analisar a disposição dos setores dentro do terreno proposto para a intervenção, tendo dois acessos ao público pela Rua 20 de Janeiro e o terceiro pela Rua Alberto de Oliveira.

Figura 43 - Setorização.



Fonte: Software AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

Os setores estão dispostos pelo terreno para melhor visualização dos fluxos dentro do espaço. A praça que antecede a recepção do Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência foi locada de modo estratégico para minimizar a atenção das mulheres que irão usufruir do espaço, entendendo que, existe um receio ainda em relação à denúncia ou a procura de um serviço ofertado dentro da edificação.

O espaço da Delegacia da Mulher está localizado próximo a recepção e com um acesso independente, pensado para facilitar o deslocamento daqueles que precisam utilizar os serviços. Os pátrios distribuídos pelo espaço são de função fundamental para gerar tanto um conforto termico, pela circulação da ventilação, como criar ambientes livres voltados ao lazer e contemplação

5.4 Conceito e Partido Arquitetônico

5.4.1 Conceito

Foi estabelecido como um dos pilares norteadores do projeto proposto trabalhar com uma arquitetura que traga segurança e conforto para as mulheres que utilizarão do espaço, a fim de que possam identificar o Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência como um espaço de confiança, e fora de riscos e/ou situações que tragam desconforto mental. Com isso, se destaca os conceitos vistos nos tópicos 2.2.1 e 2.2.2 do presente trabalho sobre arquitetura humanizada, conforto ambiental e conceito de ambiência, propondo então, espaços que gerem estímulos positivos nos usuários.

A integração com a natureza será utilizado de forma a restaurar essa ligação entre o edifício e os espaços abertos, estimulando de forma positiva público alvo escolhido para o equipamento. A criação de espaços dinâmicos e de encorajamento traz a humanização

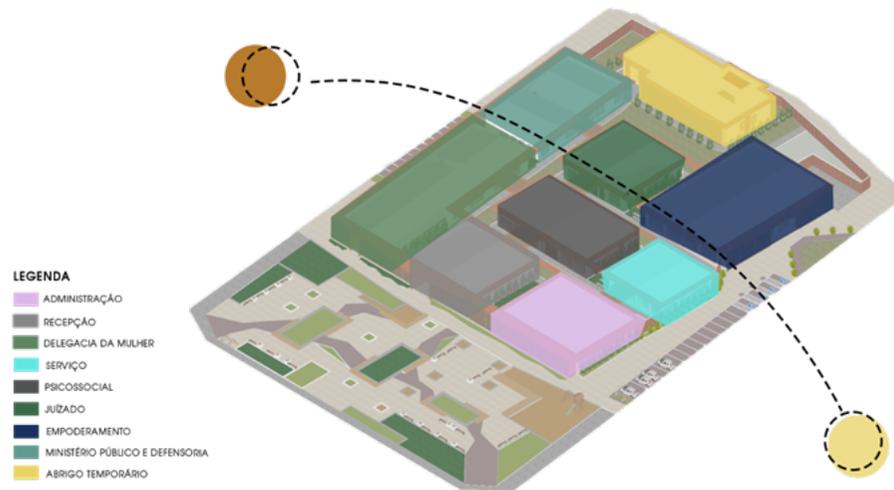
necessária para os ambientes internos, incentivando o conforto e segurança nos ambientes, de forma a permitir sensações positivas no local, ressaltando a importância de espaços acolhedores para que possam receber essas mulheres em situação de violência.

Em relação a arquitetura do projeto, a prioridade é trabalhar com uma proposta mais horizontalizada, utilizando dos conceitos já apresentados e referenciando aos projetos analisados nos tópicos 3.1, 3.2 e 3.3, permitindo que os usuários vivenciem o espaço de forma mais humanizada, com uma arquitetura acessível, verde e segura, com fluxos estruturados de forma estratégica, evitando longas circulações verticais.

O conforto ambiental é proposto como um dos conceitos mais importantes para trabalhar com uma boa arquitetura, o clima quente e com muitos ventos da cidade de Fortaleza, Ceará, exemplifica uma necessidade de estudos para aberturas e proteções contra a incidência direta dos raios solares, captando de forma positiva os ventos predominantes e priorizando uma iluminação confortável por toda a edificação.

A volumetria arquitetônica do Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência (Figura 44) será composta por blocos retangulares que se unem por meio de cortes centrais, onde os mesmos servem para criarem pátios de convivência entre esses espaços, ligados por um paisagismo, com isso, foram setorizados pensando em todos os fluxos dentro do ambiente, levando em consideração as condicionantes ambientais para uma boa análise da insolação e ventilação com relação ao edifício proposto.

Figura 44 - Volumetria do Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência



Fonte: Software AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

O equipamento será trabalhado de forma horizontal por todo o terreno, de forma a respeitar a escala humana e o bairro que será inserido, conversando com seu entorno, que apresenta uma tipologia com maior uso residencial. Tratando sobre a plástica projetual, tem como intuito trabalhar com um jogo de volumes e blocos que se desencontram entre si, criando espaços que permitam uma maior ventilação cruzada no ambiente.

5.4.2 Partido Arquitetônico

Propondo uma melhor relação entre o edifício e a cidade, o projeto contará com uma praça em frente a fachada principal, evitando uma exposição direta das mulheres que utilizarão o espaço. A praça agregará tanto a cidade, como a própria edificação proposta, servindo com um espaço de lazer e de encontro para os moradores da região e integrando o edifício com a natureza externa.

Ainda visualizando a integração entre os espaços, na área interna do Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência, será trabalhado com os conceitos já analisados anteriormente, criando blocos que se integrem aos espaços abertos, verdes, que favoreçam a iluminação e ventilação natural nos ambientes internos.

06 Projeto



6.1 Implantação

O projeto está localizado no bairro Barra do Ceará e situado entre a Av. 20 de Janeiro, Rua Alberto de Oliveira e Av. Leste Oeste, sendo implantado de modo os acessos para veículos ficaram todos voltados para a nova rua proposta e na rua Alberto de Oliveira, evitando um maior fluxo de carros nas outras já movimentadas.

Na rua sem nome encontram-se o acesso para o espaço de empoderamento e carga/descarga, localizado próximo ao abrigo temporário. Nessa mesma rua possui um estacionamento com 23 vagas, sendo 4 delas destinadas para pessoas cadeirantes.

Localizado na rua paralela, Rua Alberto de Oliveira, é pensado em um outro estacionamento com 12 vagas, sendo 1 para pessoas cadeirantes, dedicado tanto aos carros como também as viaturas de polícia, encontrando-se próximo a delegacia e o acesso para o agressor.

Em frente as duas entradas principais, foi projetado uma praça, pensada de forma estratégica para dissipar os olhares e atenções das mulheres que precisarão dos serviços do centro de atendimento, além de agregar de forma positiva ao bairro, que encarece de equipamentos de lazer.

A vedação em relação aos blocos foi feita por meio de brises metálicos e muros de tijolos ligando alguns dos blocos, possibilitando uma conexão visual de forma limitada do espaço interno para o externo, preservando quem está dentro dos blocos, além de permitir uma paginação dinâmica.

Em relação ao paisagismo, foi optado por utilizar formas orgânicas nos desenhos da paginação, tanto para o edifício quando para a praça, fazendo uma conexão entre esses dois espaços, possuindo linhas retas e desencontradas. Quanto as vegetações utilizadas, foram escolhidas espécies comuns no Brasil, sendo as de pequeno porte, Abacaxi-roxo, Onze Horas e Dracena Compacta; as de médio porte, Arbusto Mini Lacre, Alpinia e Kaizuka; e, as de grande porte, Brasileirinho, Oiti e Canafistola de Besouro. Em relação as forrações, foram escolhidas a Grama Esmeralda e Grama Preta.

ÍNDICES DO TERRENO		OBTIDOS
TAXA DE OCUPAÇÃO DO SOLO	60%	30,15%
TAXA DE PERMEABILIDADE	30%	39,95%
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO BÁSICO	2	0,32%
ALTURA MÁXIMA	48m	7,00m
RELIQUIOS	OBJETO DE ESTUDO	NORTE - 7,10m
		SUL - 8,50m
		LESTE - 14,00m
Nº DE VAGAS	-	29



Figura 45 - Implantação.

Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



Abacaxi Roxo



Onze Horas



Alpínia



Kaizuka



Dracena Compacta



Arbusto Mini Lacre



Brasileirinho



Oiti



Canafistola de Besouro



Grama Esmeralda



Grama Preta

6.2 Setorização

Todos os blocos foram locados pensando na melhor circulação da vítima pelo edifício, de modo a facilitar seu fluxo sem colocá-la em uma exposição muitas vezes indesejada.

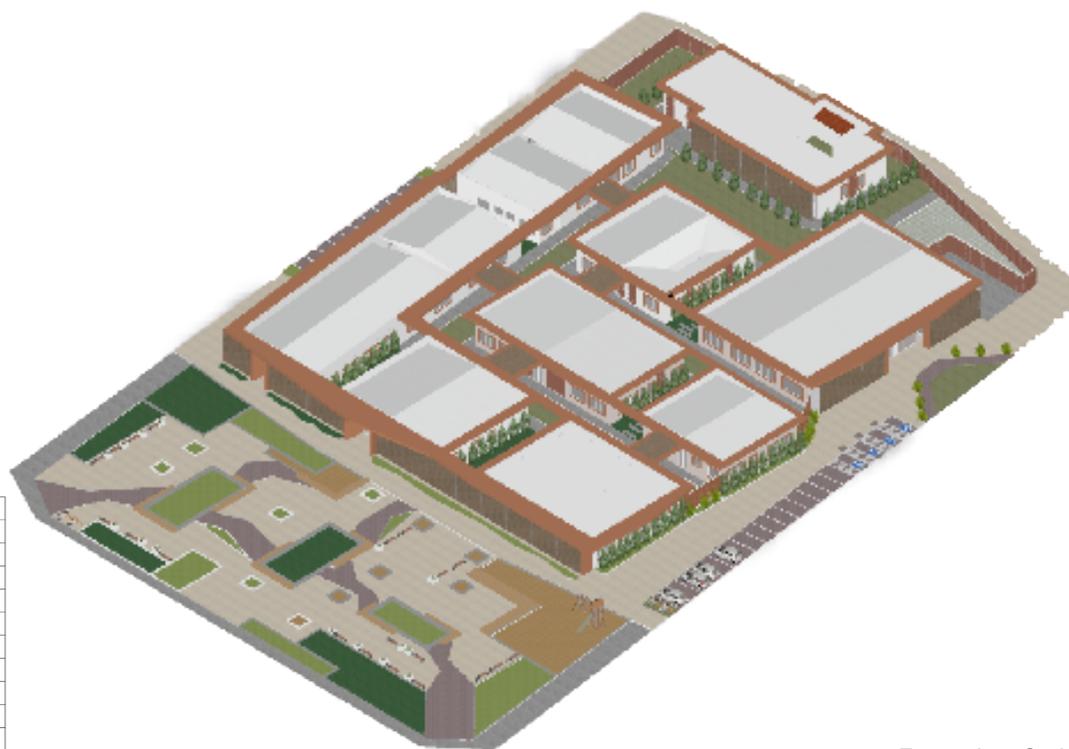
Assim que a vítima adentra o espaço é possível identificar dois acessos, sendo o primeiro a entrada da recepção geral e o segundo da Delegacia da Mulher. Esses dois acessos foram necessários para facilitar esse fluxo e diminuir os percursos da vítima pelo espaço, direcionando e dando o melhor suporte para todos os tipos de situação.

Aprofundando mais o espaço, ainda próximo a recepção, é possível identificar os blocos de administração, colocado para facilitar o fluxo dos funcionários e psicossocial juntamente com serviço.

No mesmo alinhamento da Delegacia da Mulher, é possível identificar o bloco do Ministério Público e Defensoria Pública, colocados de modo estratégico para facilitar a circulação para resoluções de problemas mais específicos.

Logo em seguida, a nordeste do terreno, estão localizados os blocos de Juizado Especializado e Empoderamento, onde o segundo conta com um acesso independente, para limitar o fluxo de visitantes no espaço, setorizado ao lado da Rua que foi criada.

Por fim, ao fundo do terreno é identificado o bloco de Abrigo Temporário, locado de modo mais afastado para proteger e dar mais segurança as vítimas que precisarão desses serviços. O bloco é isolado pelo próprio paisagismo do espaço.



ÁREA TOTAL DO TERRENO	13.450m ²
ÁREA EDIFICADA	3.931,80m ²
RECEPÇÃO	354,35m ²
ADMINISTRAÇÃO	384,40m ²
DELEGACIA DA MULHER	636,10m ²
MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA	413,00m ²
PSICOSSOCIAL	405,66m ²
SERVIÇO	240,30m ²
JUIZADO	320,40m ²
EMPODERAMENTO	730,88m ²
ABRIGO TEMPORÁRIO	449,15m ²

Figura 46 - Setorização.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

6.3 Recepção e Administração

O bloco da recepção e administração, está localizado em frente a praça pública proposta no projeto, sua entrada recebe brises metálicos que unificam grande parte das fachadas, de forma que, a intenção de trazer esse material por todo esse espaço foi gerar além da união dos blocos, um espaço mais introspectivo, que não chamasse muita atenção e que dissipasse a observação em relação as mulheres que frequentarão o espaço.

A recepção se caracteriza por um grande espaço de chegada, tendo vãos livres e espaçados, foi projetado para troca de informações, cadastros e permite o acesso aos outros blocos existentes. O ambiente dispõe de janelas de correr, facilitando a entrada de iluminação e ventilação natural.

Ao lado da recepção, separado apenas por um pátio interno, consiste os ambientes administrativo, destinado aos profissionais que auxiliam no funcionamento do Centro de Atendimento. O seu programa de necessidades contempla salas de reuniões, espaços técnicos, sala de estar para funcionários, dormitórios e banheiros PCD.

Para o melhor aproveitamento das condicionantes ambientais, o bloco administrativo contempla jardins internos, visando a entrada de luz natural e ventilação.

Figura 47 - Implantação.

Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



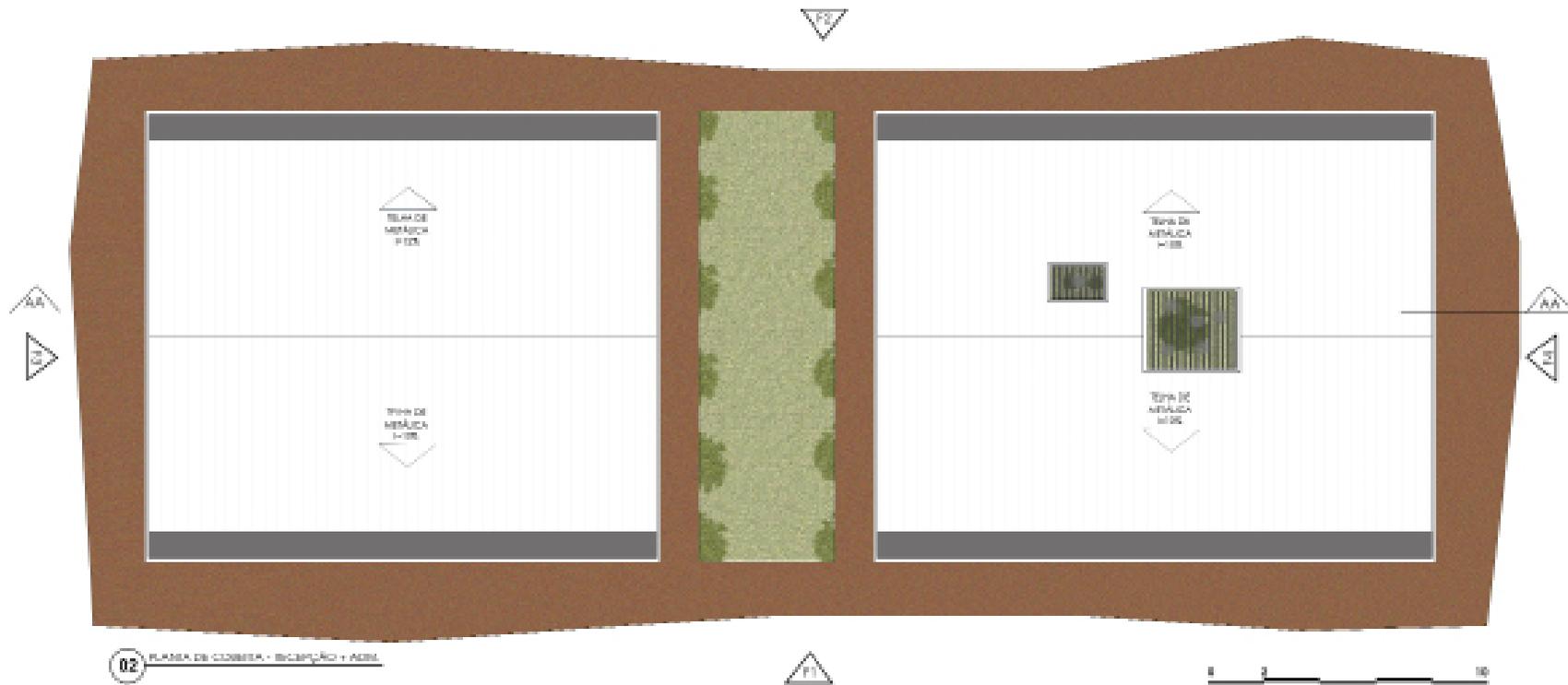


Figura 48 - Planta de Coberta Recepção e Administração.
 Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



Figura 49 - Corte Recepção e Administração.
 Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

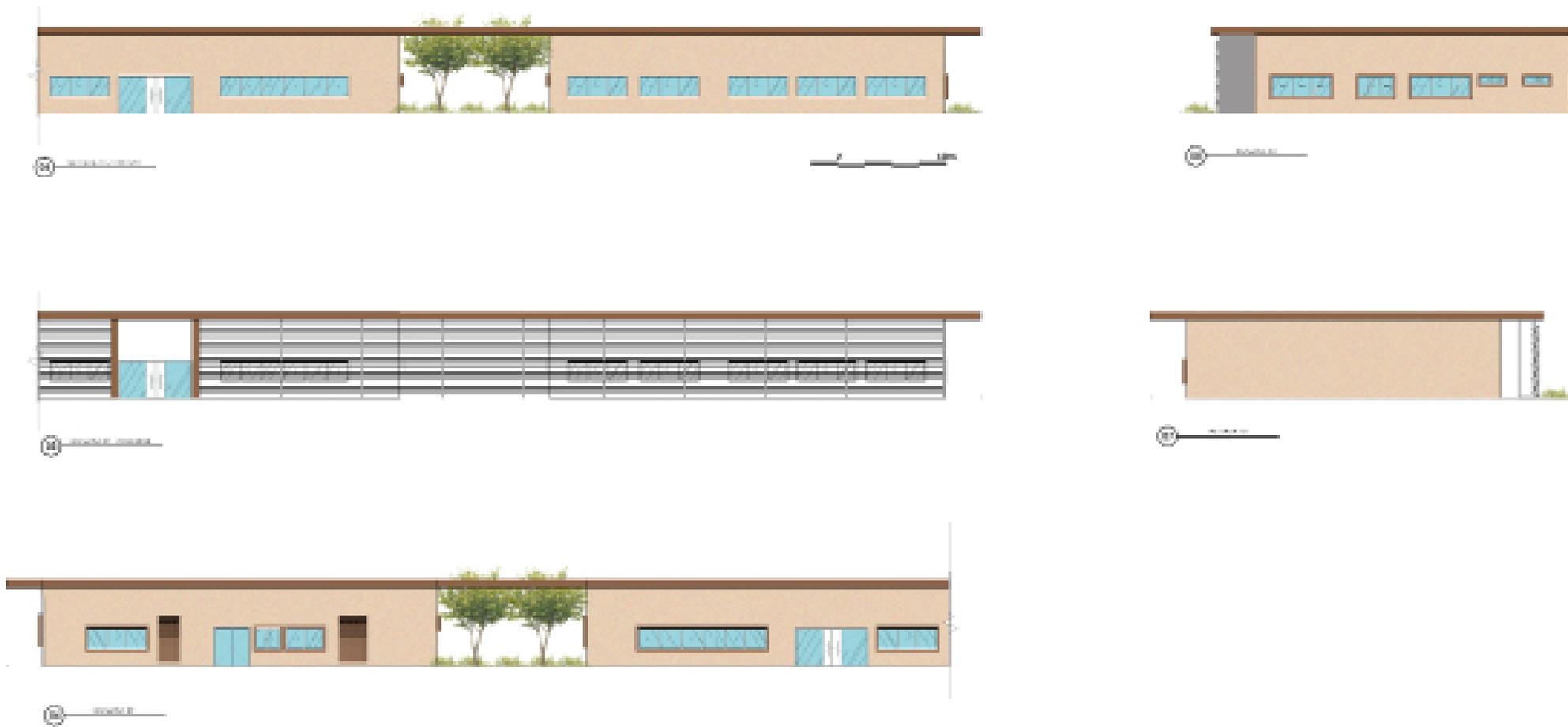


Figura 50 - Fachada Recepção e Administração.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

6.4 Delegacia da Mulher

O segundo acesso por meio da praça pública é para o bloco da Delegacia da Mulher, o mesmo recebe a continuação do brise metálico pelas suas duas fachadas, deixando apenas uma abertura com maior destaque para os acessos, existindo a entrada principal, projetada para receber as mulheres e uma segunda entrada, projetada para o caminho do agressor, dividindo os fluxos para que não haja o encontro não proposital entre vítima e agressor.

A delegacia contém uma recepção semelhante a recepção principal, por tratar de um espaço com demandas mais específicas, se fez necessário a criação de um espaço amplo e estruturado para lidar com todas as situações.

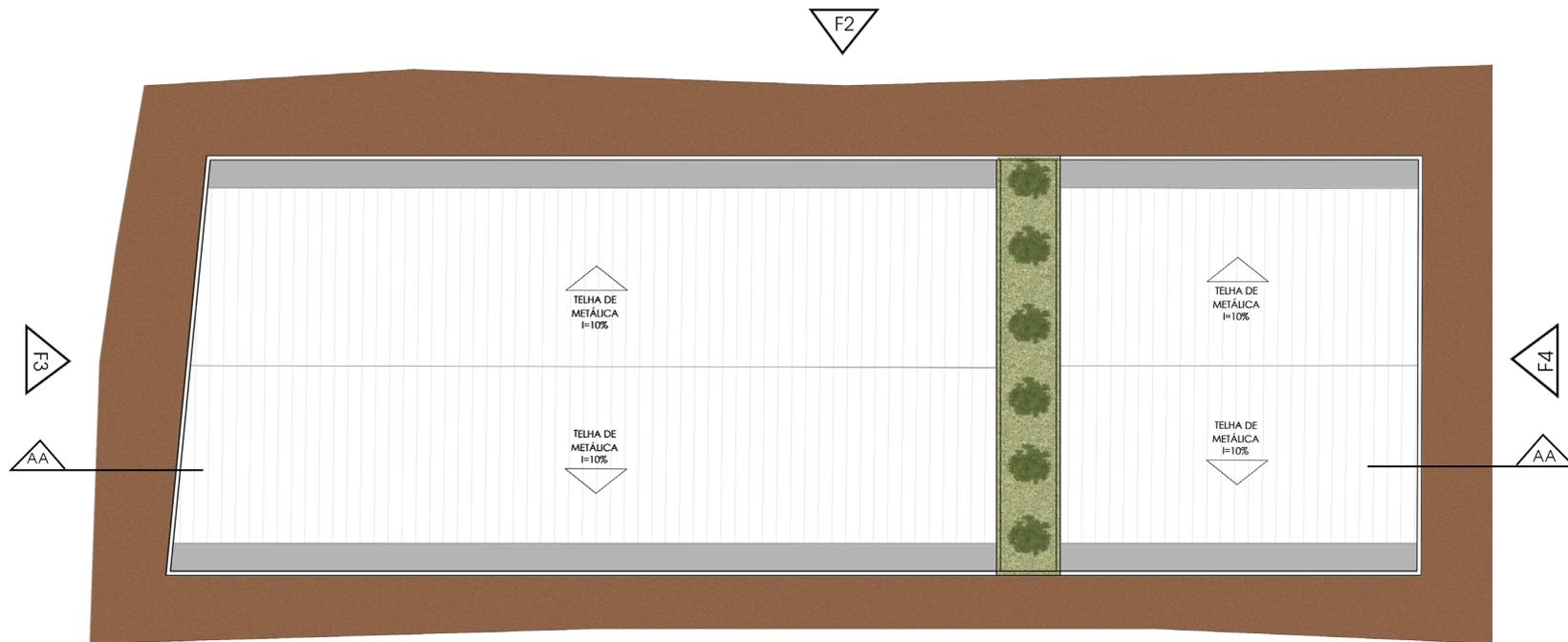
O bloco contempla dois setores, delegacia experiente e delegacia plantão, pois o equipamento funciona 24 horas por dia. Sobre o primeiro setor, o programa de necessidades conte salas de atendimento, celas provisórias e espaço para reconhecimento. O segundo setor não tem ligação direta com o primeiro, o acesso é por meio da parte interna do edifício, e o mesmo contempla salas para advogadas, policiais, dormitórios e banheiros.



01 PLANTA BAIXA - DELEGACIA DA MULHER



Figura 51 - Planta Baixa Delegacia da Mulher. Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



02 PLANTA DE COBERTA - DELEGACIA DA MULHER

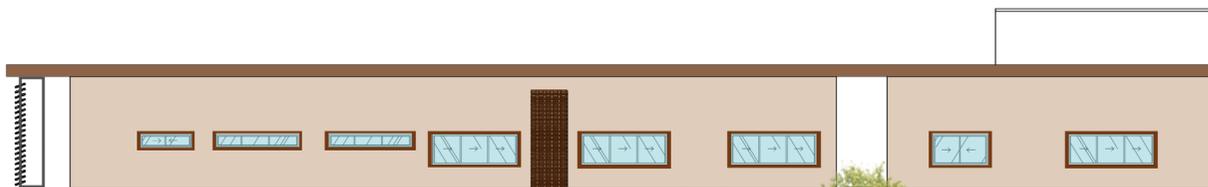
F1

Figura 52 - Planta de Coberta Delegacia da Mulher.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

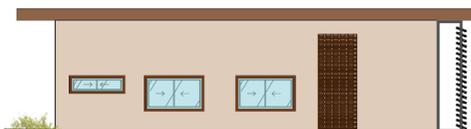


03 CORTE AA - DELEGACIA DA MULHER

Figura 53 - Corte Delegacia da Mulher.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



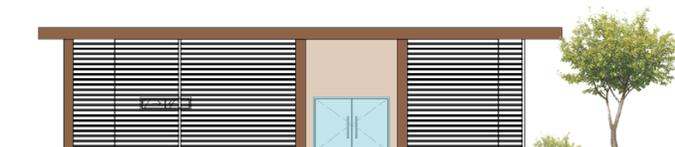
04 FACHADA 01



07 FACHADA 03



08 FACHADA 04



05 FACHADA 02 - COM BRISE



06 FACHADA 02 - SEM BRISE

Figura 54 - Corte Delegacia da Mulher.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

6.5 Ministério Público e Defensoria Pública

Os blocos de Defensoria Pública e Ministério Público comportam um programa de necessidades semelhante, tendo cada uma sua própria recepção, salas de apoio, técnicas e de atendimento, além de banheiros masculinos e femininos acessíveis.

Para um melhor aproveitamento das condicionantes ambientais, foi projetado um afastamento entre os blocos, visando a entrada de iluminação e ventilação natural nos dois espaços.

Os blocos comportam portas acessíveis e esquadrias por todos os ambientes, possibilitando a criação de um equipamento todo acessível e com aproveitamento dos visuais.

Figura 55 - Planta Baixa Ministério Público e Defensoria Pública.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



Figura 56 - Planta de Coberta Ministério Público e Defensoria Pública.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

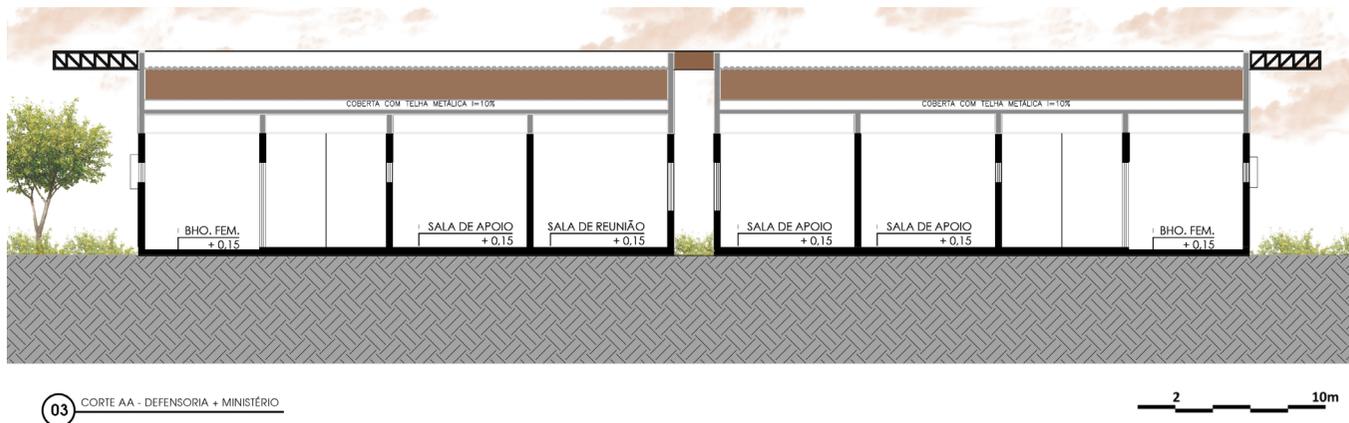
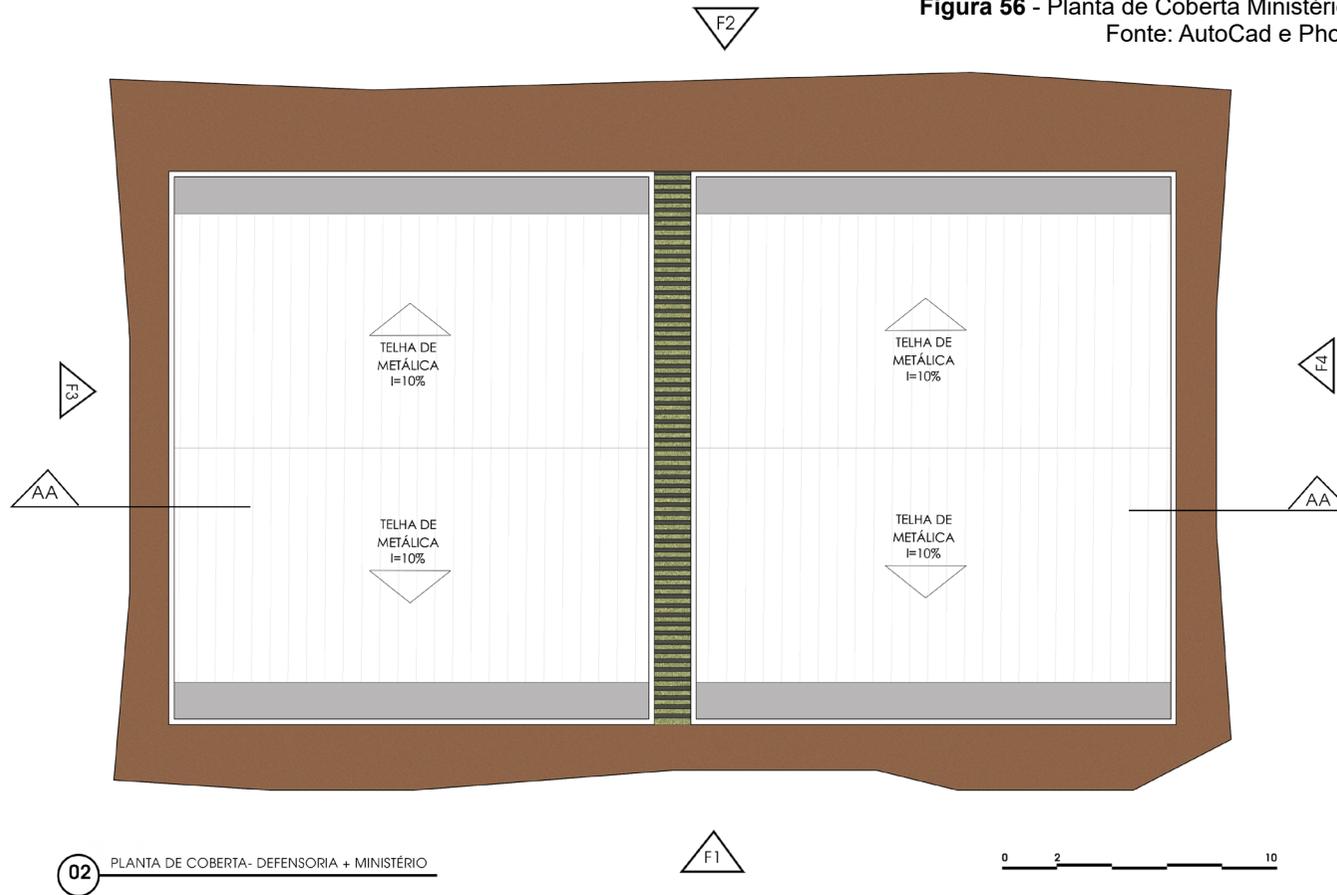
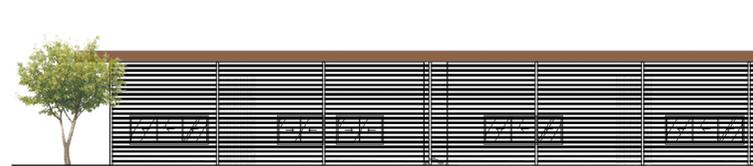


Figura 57 - Corte Ministério Público e Defensoria Pública.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



04 FACHADA 01



05 FACHADA 02 - COM BRISE



07 FACHADA 03



08 FACHADA 01



06 FACHADA 02 - SEM BRISE



Figura 58 - Fachadas Ministério Público e Defensoria Pública.
 Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

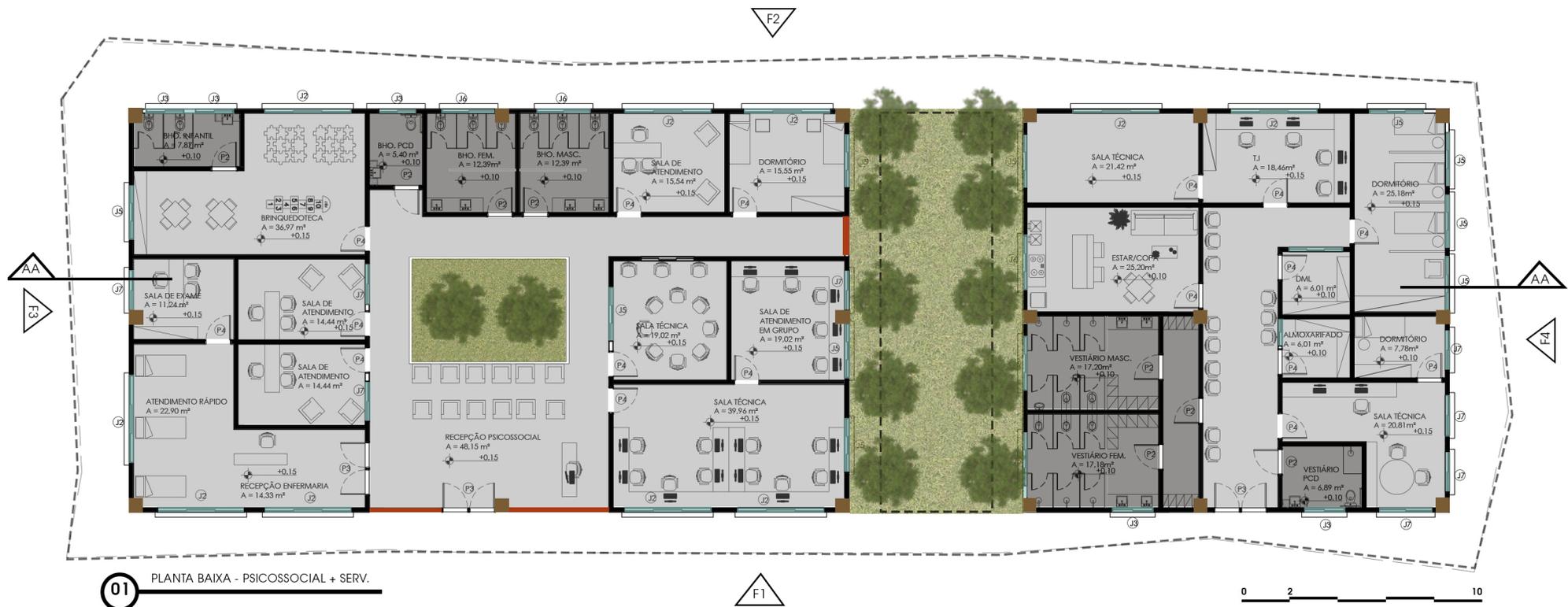
6.6 Psicossocial e Serviço

O bloco psicossocial foi projetado todo em volta de um jardim central, sendo ele um elemento principal da recepção, conectando os ambientes e abrindo espaço para os fluxos.

Dentro desse bloco é possível identificar um espaço de enfermaria, voltado para auxiliar tanto as mulheres que utilizarão o equipamento, como também, as pessoas que trabalham no espaço. Além de comportar uma brinquedoteca, espaço todo lúdico que receberá as crianças que acompanharão suas mães, projetado para ser um espaço calmo, com lazer e conforto.

O programa de necessidades do psicossocial contempla salas de atendimentos individuais e em grupo, além de uma sala técnica e banheiros masculinos, femininos e PCD.

O bloco de serviço encontra-se ao lado, separado apenas por um jardim externo. Espaço pensado para os funcionários do equipamento, abrigando ambientes necessários para um melhor funcionamento da instituição, como sala de estar/copa, sala técnica, vestiários e dormitórios para o setor de transporte. Os materiais utilizados nos dois blocos são semelhantes aos demais, contendo no final de alguns corredores, paredes com tijolos vazados, buscando uma entrada de iluminação e ventilação nesses espaços com mais fluxo.



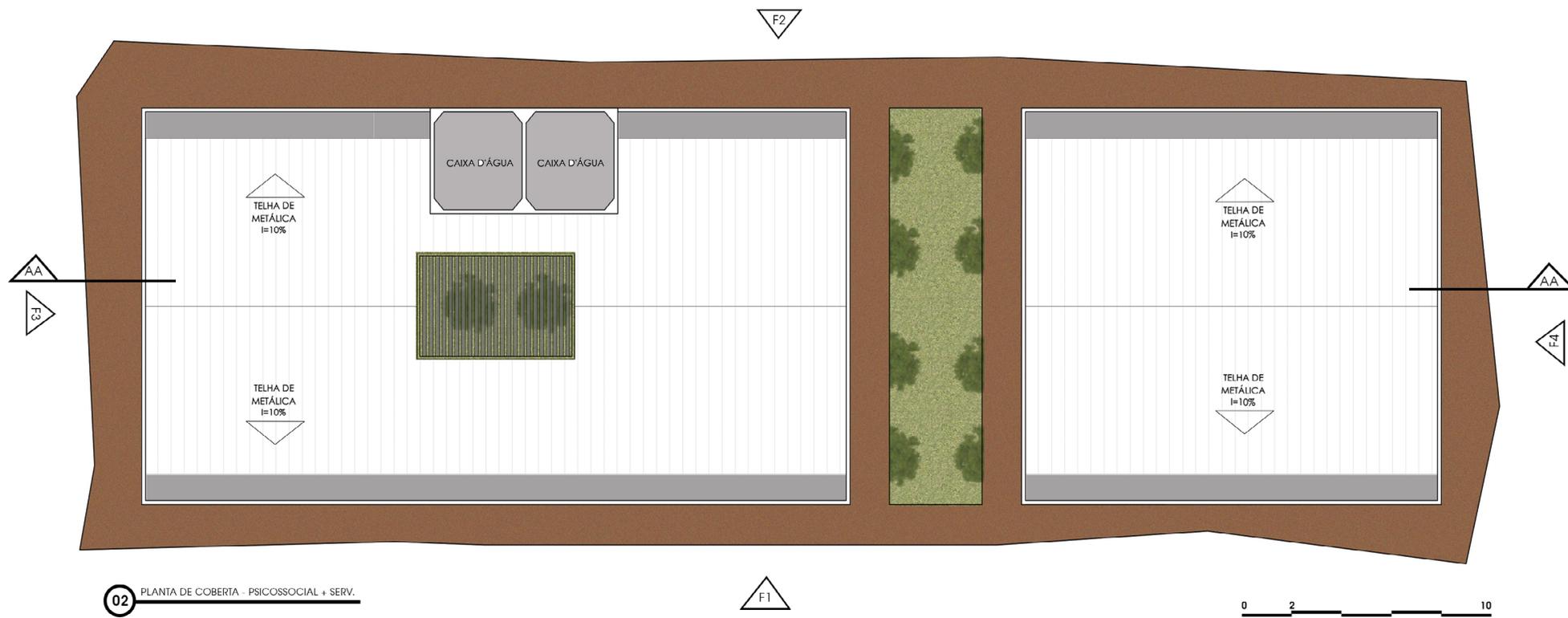
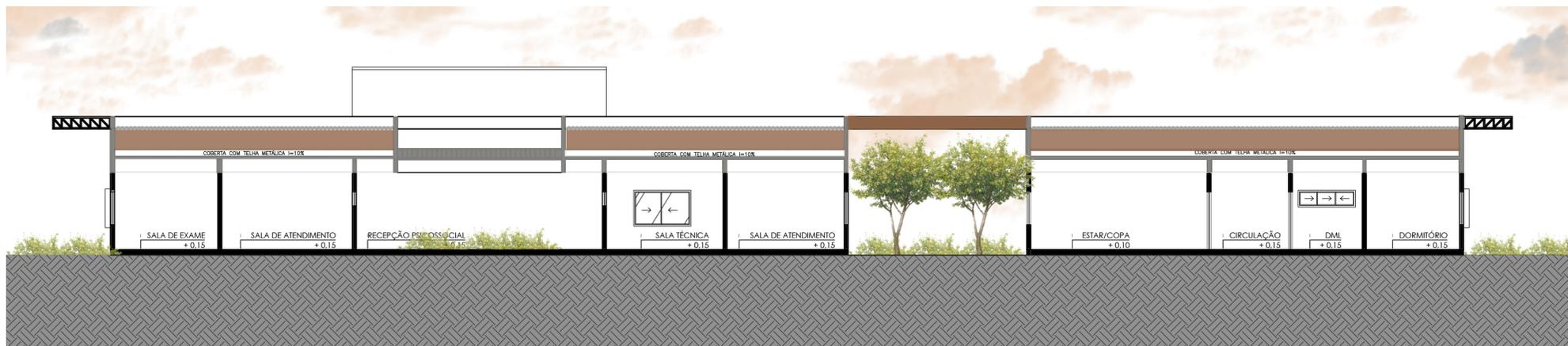


Figura 60 - Planta Coberta Psicossocial e Social.
 Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



03 CORTE AA - PSICOSSOCIAL + SERV.

2 10m

Figura 61 - Corte Psicossocial e Social.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



04 FACHADA 01

2 10m



05 FACHADA 02

2 10m



06 FACHADA 03

2 10m



07 FACHADA 04

2 10m

Figura 62 - Fachadas Psicossocial e Social.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

6.7 Juizado e Empoderamento

Próximo ao norte do terreno, encontra-se os blocos de Empoderamento e Juizado. O espaço destinado ao Juizado foi colocado de forma estratégica, estando próximo aos blocos de Defensoria e Ministério Público, contendo uma recepção própria, salas de apoio, audiências e reuniões, além de arquivos e sala técnica.

No mesmo bloco encontram-se banheiros masculinos, femininos e PCD, além de um jardim interno, buscando a melhora de ventilação no espaço, sendo agregado também por paredes com blocos de tijolos desencontrados.

Ao lado do Juizado, separado apenas por um jardim interno, foi locado o bloco de Empoderamento, tendo um acesso principal por meio da rua sem nome. Esse bloco foi projetado pensando na capacitação das mulheres na cidade de fortaleza, sendo um espaço para receber palestras e eventos.

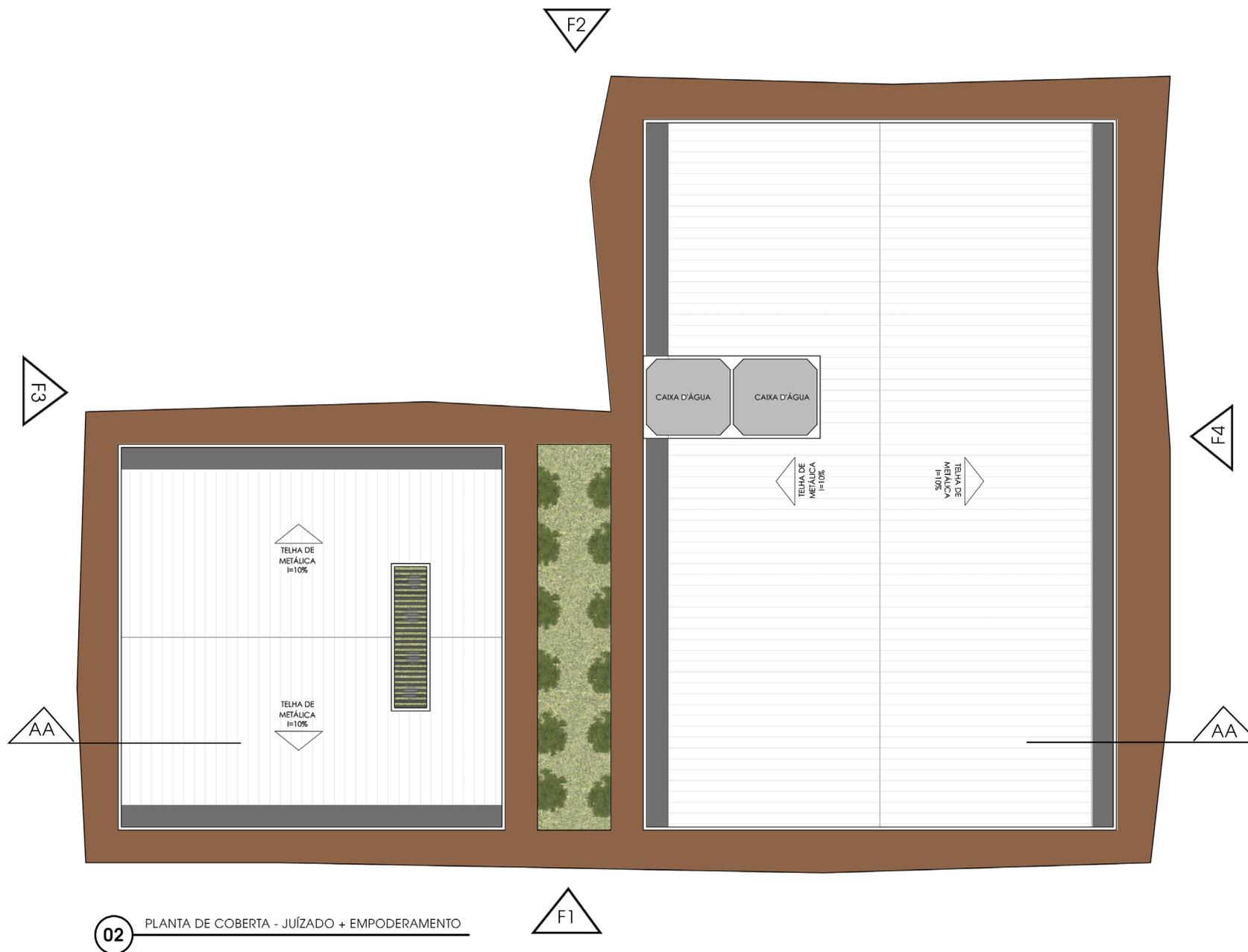
O programa de necessidades conte salas de aulas, para diversos assuntos, espaços multiusos, voltados para atividades manuais que gerem renda para essas mulheres, sala de informática, com o intuito do aprendizado tecnológico e uma área de salão, pensada para a capacitação e gerando novas profissionais.

O espaço central é aberto, separando as salas de capacitação do auditório do espaço. Foi projeto para ser uma área livre, de conversação e fluxos, podendo ser aproveitado para capacitações externas e livres.

A área de auditório é um espaço que busca suprir uma maior demanda, sendo com palestras ou cursos de capacitação. Foi pensado para um local de múltiplas atividades, contendo cadeiras móveis, salas de apoio, áudio e computação e por fim, depósito.



Figura 63 - Planta Baixa Juizado e Empoderamento.
 Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



02 PLANTA DE COBERTA - JUÍZADO + EMPODERAMENTO

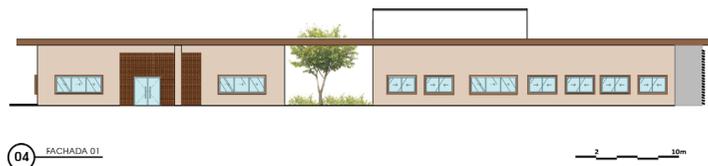
Figura 64 - Planta de Coberta Juizado e Empoderamento.
 Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



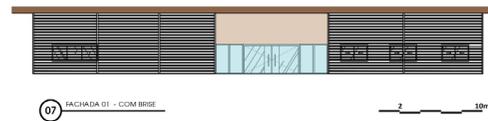
03 CORTE AA - JUÍZADO + EMPODERAMENTO

2 10m

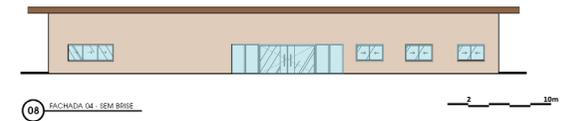
Figura 65 - Corte Juizado e Empoderamento.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



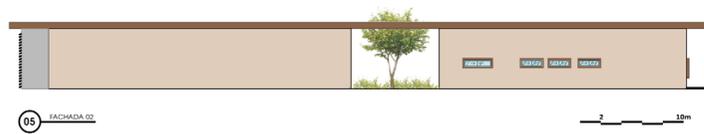
04 FACHADA 01



07 FACHADA 01 - COM BRISE



08 FACHADA 01 - SEM BRISE



05 FACHADA 02



06 FACHADA 03

Figura 66 - Fachadas Juizado e Empoderamento.
Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

6.8 Abrigo Temporário

O abrigo temporário foi projetado em um espaço mais afastado do terreno, pensando em uma isolação desse bloco para os demais, pois é nesse espaço que as mulheres ficarão por um período de até 15 dias. A intenção desse projeto foi trazer o conforto de um espaço semelhante a uma casa, que traga a sensação de segurança tanto para as mulheres, quanto para seus filhos.

A fachada principal do bloco contém brises metálicos, os mesmos utilizados nas fachadas do centro de atendimento. A intenção de trazer esse material foi barrar a visualização externa para as janelas, mas, ainda possibilitando uma entrada de iluminação e ventilação para os quartos, gerando um conforto térmico e a sensação de segurança nesse setor íntimo.

O conceito e o programa de necessidades se inspiram em um dos projetos de referência escolhidos, sendo mais próximo possível de uma casa, pois contempla sala de estar, sala de jantar, cozinha, lavanderia e dml, no setor público. No setor privativo, estão localizados os quartos (dormitório coletivo, individual e família), além de vestiários femininos, masculinos e PCD.

Foi projetado um espaço de lazer privado dentro do espaço, um jardim interno com deck, redário e um espaço ecumênico, direcionado a um local espiritual e de meditação.

O próprio paisagismo do edifício é um dos fatores responsável pelo isolamento do bloco de abrigo temporário, abrangendo árvores de porte médio que separam essa área interna para externa.



Figura 67 - Planta Baixa Abrigo Temporário. Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

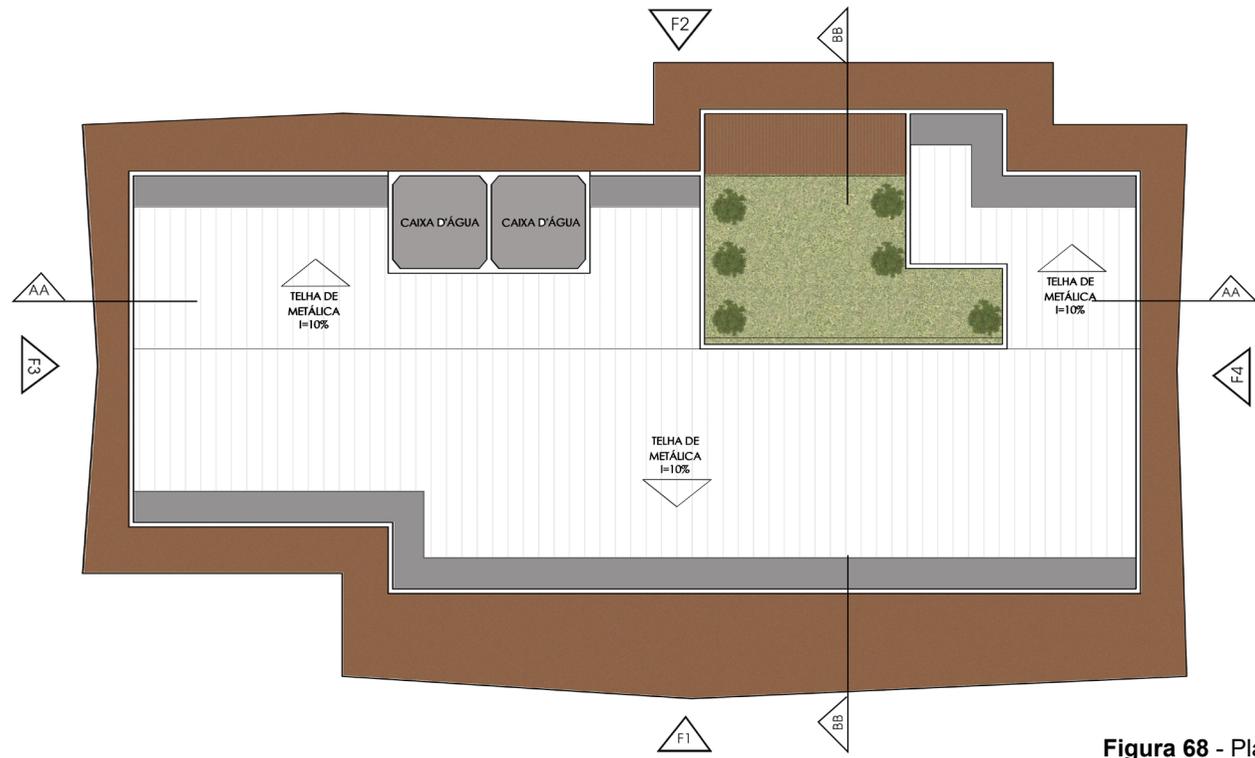


Figura 68 - Planta de Coberta Abrigo Temporário.
 Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

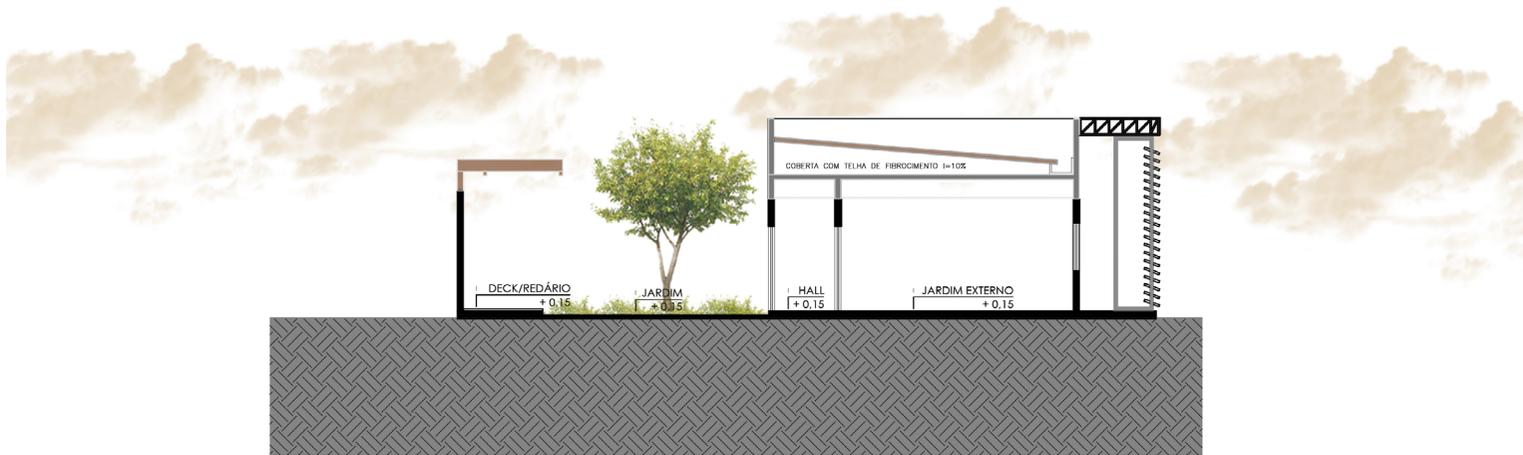


Figura 69 - Fachadas Abrigo Temporário.
 Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.



03 CORTE AA - ABRIGO TEMPORÁRIO

2 10m



04 CORTE BB - ABRIGO TEMPORÁRIO

2 10m

Figura 70 - Cortes Abrigo Temporário. Fonte: AutoCad e Photoshop. Elaborado pela autora.

6.9 Sistema Estrutural e Coberta

O sistema estrutural será constituído por estrutura metálica, contendo pilares de 00x00cm, com uma modulação de 10x8 no bloco de Recepção e Administração; 8x7 para o bloco de Delegacia da Mulher; xxx nos blocos de Ministério Público e Defensoria Pública; 12x9 no espaço de Psicossocial e Serviço; 10x8 no bloco de Empoderamento e Juizado e, por fim, 10x10 no bloco de Abrigo temporário.

Para a cobertura, foi optado por uma estrutura de telha de fibrocimento com inclinação de 10%. As marquises serão feitas por meio de uma estrutura treliçada metálica, que fará uma extensão ligando os blocos uns aos outros. Optar por uma estrutura metálica possibilita uma construção enxuta, liberando vãos maiores para a edificação, dando a liberdade nos espaços internos.

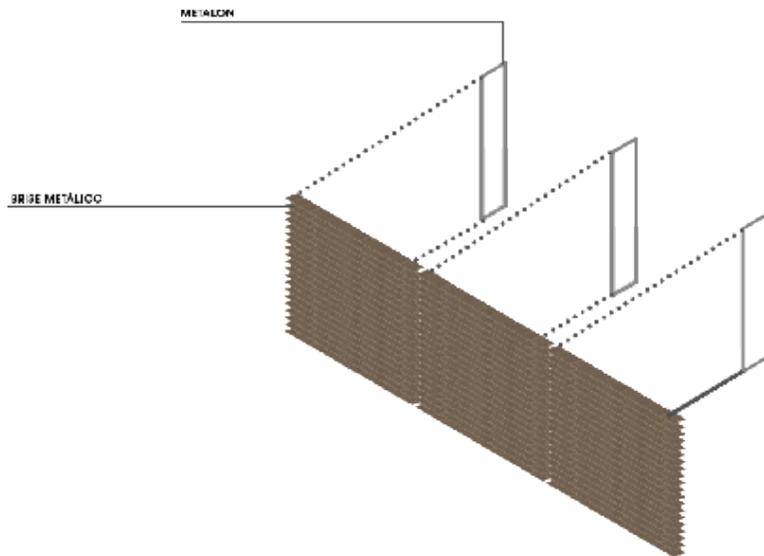


Figura 71 - Perspectiva Externa 01.
Fonte: Sketchuo, Lumion e Photoshop. Elaborado pela autora.

Perspectivas



Figura 72 - Perspectiva Externa 01.
Fonte: Sketchuo, Lumion e Photoshop. Elaborado pela autora.



Figura 73 - Perspectiva Externa 02.
Fonte: Sketchuo, Lumion e Photoshop. Elaborado pela autora.



Figura 74 - Perspectiva Externa 03.
Fonte: Sketchuo, Lumion e Photoshop. Elaborado pela autora.



Figura 75 - Perspectiva Externa 04.
Fonte: Sketchuo, Lumion e Photoshop. Elaborado pela autora.



Figura 76 - Perspectiva Interna 01.
Fonte: Sketchuo, Lumion e Photoshop. Elaborado pela autora.



Figura 77 - Perspectiva Interna 02.
Fonte: Sketchuo, Lumion e Photoshop. Elaborado pela autora.



Figura 78 - Perspectiva Interna 03.
Fonte: Sketchuo, Lumion e Photoshop. Elaborado pela autora.

07

Considerações Finais

7. Considerações Finais

O presente trabalho teve como intuito a melhor compreensão sobre o agravante problema social, ainda bastante persistente, que é a violência contra a mulher e analisar o contexto histórico e a evolução dos direitos que regem a mulher no Brasil. Com isso, foi necessário entender o que caracteriza a violência de gênero, como a legislação trata tais violências e que amparos essas mulheres tem na nossa sociedade atualmente.

Após a contextualização, foi necessária a utilização de levantamento de dados sobre a violência contra a mulher, para melhor entender a demanda que ainda existe, tanto em escala local como nacional. Para a melhor análise na pesquisa, se fez necessário um estudo descritivo sobre o programa 'Mulher, viver sem Violência', com um foco maior na Casa da Mulher Brasileira, compreendendo sobre seu funcionamento, os serviços ofertados, e a estrutura arquitetônica existente, auxiliando no desenvolvimento do programa de necessidades do projeto proposto no presente trabalho.

O Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência atenderá um público alvo específico, mulheres que estão em situação de violência e necessitam de um espaço seguro, que ofereça serviços especializados. O espaço envolverá atividades e ações para minimizar o número da violência de gênero na cidade de Fortaleza, trabalhando juntamente com a sociedade pelo empoderamento das mulheres e na criação de espaços mais seguros.

O equipamento terá uma função social, de modo a agregar para o bem-estar e segurança para as mulheres que serão usuárias do espaço. Seu porte deve surgir como um auxílio para os equipamentos já existentes, como a Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza, tornando-se uma referência em atendimento e um espaço de integração e conhecimento sobre a violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al, - São Paulo: FBSP, 2021.

BARSTED, Leila Linhares. **“Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas”**. Cadernos CEP-PIA, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1994.

_____. **“O progresso das mulheres no enfrentamento da violência”**. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 346-382.

SARTRI, Cynthia Andersen (....)

BRASIL – SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA MULHERES. **Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento A Mulher em Situação de Violência**. Brasília, 2006.

BRASIL – SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA MULHERES. **Casa da Mulher Brasileira e inaugurada em Brasília**. Publicado em 02 de junho de 2015.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. 2011.

BONI, Cláudio.; SILVA, Conrado. **Conforto Ambiental Hospitalar na perspectiva dos hospitais da rede Sarah Kubistchek**. Revista Contemporânea: Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Designer e Educação, 2018.

BUENO, Samira et al. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2020.

CIACO, Ricardo J. A. S. **A arquitetura no processo de humanização dos ambientes hospitalares**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Editora Vozes Limitada, 2018.

DE ALMEIDA TELES, Maria Amélia; DE MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. Brasiliense, 2017.

DE REFORMAS, UMA DÉCADA. **MULHERES, EMPRESAS E O DIREITO 2019**. 2019.

CÂMARA, DOS DEPUTADOS. **Mapa da violência contra a mulher 2018**. 2018

FEDERAL, Senado. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil**. Brasília: Senado Federal, observatório da mulher contra a violência, 2016.

FORTALEZA. Prefeitura de Fortaleza. **Desenvolvimento Humano, por Bairro, em Fortaleza**. Fortaleza, 2020.

FORTALEZA. Lei Complementar No 236 de 11 de agosto de 2017. **Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo**. Disponível em <<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/445-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-lei-n-236-2017>>

GONÇALVES (org.) Aparecida. **Diretrizes e Protocolos de Atendimento. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**, sem data.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Municipal de Fortaleza. Tema VII: Distribuição Espacial da Renda Pessoal**. Fortaleza, 2012.

LELÉ INSPIRA PROJETO DE CASAS DE ACOLHIMENTO PARA MULHERES. **ARCOWEB**. Disponível em <<https://revistaprojeto.com.br/acervo/casas-acolhimento-mulheres-vitimas-violencia/>> Publicado originalmente em 17 de agosto de 2015.

O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas, Universidade Federal de Santa Catarina**, v. 12, n. 2, 2004.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência, 246 p. <<http://hdr.undp.org/en/content/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2014>> PÚBLICA, ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 12, 2018. 2020.

ROMA, Júlio César. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Ciência e cultura**, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil**. 2008. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11080>>

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

